



SOLICITAÇÃO DA DEMANDA – SD Nº 07/2024.

INTRODUÇÃO

O presente documento visa padronizar a demanda e consolidar informações e documentos necessários para a contratação.

Em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos, a fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda pela Área de Licitações. Este documento deverá ser elaborado pela Secretaria Demandante. (Conforme Instrução Normativa nº5 de 26 de Maio de 2017). MPG Seção I – “Dos Procedimentos Iniciais para Elaboração do Planejamento da Contratação”:

Art. 21. “Os procedimentos iniciais do Planejamento da Contratação consistem nas seguintes atividades:”

I - Elaboração do documento para formalização da demanda pelo setor requisitante do serviço.(...)

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Setor Requisitante: Secretaria Municipal de Administração

Nome do ordenador responsável pela demanda: IRENE APARECIDA SCHMOELLER

Cargo:

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

E-mail institucional: pmsantamaria.adm@gmail.com

TEL/Ramal: (42) 9841-0496

2– INFORMAÇÕES GERAIS

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|---|-------------------------------------------------|
| Nº do processo administrativo anterior: | : | 091/2023 |
| Modalidade adotada na contratação anterior, se for o caso: | : | Pregão eletrônico |
| Gestor/gerenciador do futuro contrato ou ATA | : | Irene Aparecida Schmoeller |
| Servidor responsável indicado para auxiliar no planejamento da contratação, se for o caso | : | Não se aplica |
| Fiscal (s) indicado (s) pelo ordenador de despesas | : | Marcia Renata Rosa |
| Gestor do contrato indicado pelo ordenador de despesas | : | Paulo Henrique Renzi |
| Nº do Contrato ou Ata de Registro de Preços da contratação anterior | : | 052 / 2023 |
| Encerramento da vigência do instrumento anterior, se for o caso | : | 30/12/2024 |
| A licitação anterior foi executada | : | Satisfatoriamente (X) Insatisfatoriamente () |
| Pontos de melhoria sugeridos na licitação anterior | : | |

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|------------------------------------------|
| Prazo sugerido para a Contratação | : | Imediato |
| Prazo de entrega ou execução dos serviços | : | 24 HORAS |
| Fonte de Recurso | : | Federal () Estadual () Municipal (X) |
| Indicação da dotação orçamentária | : | EM ANEXO |
| Legislação Especial sobre o Objeto | : | NÃO SE APLICA |
| Regime regente da contratação: | : | (x) Lei 14.133/2021 |
| O objeto solicitado tem relação com a frota de veículos do município? (Se sim, anexar a relação ATUALIZADA da frota) | : | () Sim (x) Não |

3 – JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Seleção de instituição Financeira para prestação de serviços bancários de pagamento de folha de salário dos servidores públicos do Município de Santa Maria do Oeste- Pr

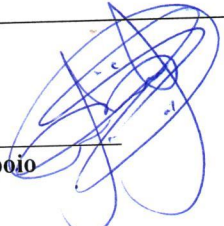
4– DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

| | |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2 | Contratação de instituição Financeira para prestação de serviços bancários – folha de Pagamento |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------|

| ITEM | NOME DO SERVIÇO/PRODUTO | DETALHAMENTO |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de pagamento de folha de salário dos servidores públicos do município de Santa Maria do Oeste- Pr | Serviço bancário relacionados a folha de pagamento dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas da administração direta pelo prazo de 24 meses. A instituição financeira deverá possuir estrutura de pessoal para atendimento dos servidores municipais no mínimo pelo período compreendido entre os cinco dias anteriores e os dez posteriores a data de realização o pagamento |

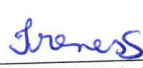
DOCUMENTOS ANEXOS:

Data: 06/11/2024.



Equipe de Apoio

Data: 06/11/2024.



IRENE APARECIDA SCHMOELLER
Sec. Municipal de Administração

**CÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ****CNPJ: 95.684.544/0001-26**

SE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 998410496

PMSANTAMARIA.ADM@GMAIL.COM**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****SOLICITAÇÃO DE DEMANDA Nº 29/2024****OBJETO: Seleção de instituição Financeira para prestação de serviços bancários de pagamento de folha de salário dos servidores públicos do município de Santa maria do Oeste- Pr**

Responsáveis pela elaboração:

Irene Aparecida Schmoeller- Secretária de Administração.

Joana Luciana Silva de Andrade- Técnico de controle.

SANTA MARIA DO OESTE - PR**NOVEMBRO -2024****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP****1. INFORMAÇÕES BÁSICAS****Secretaria Municipal de Administração****OBJETO:** Seleção de instituição Financeira para prestação de serviços bancários de pagamento de folha de salário dos servidores públicos do município de Santa maria do Oeste- Pr.**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Serviço bancário relacionados a folha de pagamento dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas da administração direta pelo prazo de 24 meses. A instituição financeira deverá possuir estrutura de pessoal para atendimento dos servidores municipais no mínimo pelo período compreendido entre os cinco dias anteriores e os dez posteriores a data de realização o pagamento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada, será responsável pela prestação de serviços bancários relacionados a folha de pagamento dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas da administração direta pelo prazo de 24 meses, conforme descrito no objeto, destinados a todas os servidores executivo municipal.

O município reserva-se o direito de liberar a Nota Fiscal para pagamento, após o responsável pelo recebimento aferir a qualidade dos serviços prestados. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa vencedora.

**CÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ****CNPJ: 95.684.544/0001-26**

SE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 998410496

PMSANTAMARIA.ADM@GMAIL.COM**4. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO VIÁVEL**

Serviço bancário relacionados a folha de pagamento dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas da administração direta pelo prazo de 24 meses. A instituição financeira deverá possuir estrutura de pessoal para atendimento dos servidores municipais no mínimo pelo período compreendido entre os cinco dias anteriores e os dez posteriores a data de realização o pagamento.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em virtude da impossibilidade da gestão desempenhar suas atividades de forma mais ágil. Já existe um processo licitatório em andamento, sendo este serviço essencial não podendo ser descontinuado.

6. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Considerando o objeto desta contratação, sendo um serviço essencial, para o pagamento da folha dos funcionários públicos.

7. DA ESTIMATIVA DO PREÇO TOTAL DA CONTRATAÇÃO / LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme contrato anterior seria 38.000,00 para 18 meses, sendo o atual para 24 meses.

8. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

(X) o objeto da contratação está previsto no plano de contratações Anual de 2024, conforme consta das informações básicas, deste Termo de Referência.
() o objeto da contratação não está previsto no plano de contratações Anual de 2024.

9. DA JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO / LOCAL DE ENTREGA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Devido às especificidades do objeto desta demanda, a aquisição do item deverá ser em sua totalidade. Atendendo ao interesse público das atividades a serem desenvolvidas.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a finalidade de dar continuidade de maneira eficiente às demandas existentes, o objeto desta demanda atende a necessidade observada.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS.

A demanda não apresenta impactos ambientais.



CÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

SE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 998410496
PMSANTAMARIA.ADM@GMAIL.COM

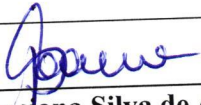

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A demanda solicitada atende as especificidades da administração, a fim de executar sua rotina laboral com maior agilidade. Reduzindo risco operacionais e lentidão das operações.

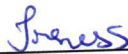
13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E CIÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O presente planejamento está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

Santa Maria do Oeste/PR, 06/11/2024

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Joana Luciana Silva de Andrade técnico de controle |  Irene Aparecida Schmoeller Sec. Mun. De Administração |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Santa Maria do Oeste-PR, 06/11/2024.


Irene Aparecida Schmoeller
Sec. Mun. De Administração



**CÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO
PARANÁ**

CNPJ: 95.684.544/0001-26

SE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042)
998410496
PMSANTAMARIA.ADM@GMAIL.COM

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

- 1 – TODOS OS ITENS DO RELATÓRIO SERÃO OBRIGATÓRIOS;
- 2 – Conforme o objeto, a equipe poderá acrescentar novos dados para que o relatório fique mais completo, preferencialmente como subitem no item Do Relatório;
- 3 – Os relatórios devem tomar como referência as informações e documentos constantes da SD e o processo da contratação anterior, quando for o caso;
- 4 – A equipe deve consultar dados do objeto junto às pessoas da estrutura que detenham o conhecimento necessário, ainda que não sejam membros do grupo de estudos;
- 5 – Os estudos devem ser pautados em informações oficiais advindas da Solicitação da Demanda – SD;

Irene

Irene Aparecida Schmoeller
Sec. Mun. De Administração



Município de Santa Maria do Oeste
Solicitação 109/2024

FLS. 07

Equipamento

Página 1

| | | | |
|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|------------------------|---------------------|
| Solicitação | | | |
| Número | Tipo | Emitido em | Quantidade de itens |
| 109 | Contratação de Serviço | 07/11/2024 | 1 |
| Solicitante | | Processo Gerado | |
| Código | Nome | Número | |
| 105859-2 | IRENE APARECIDA SCHMOELLER | 0/2024 | |
| Local | | | |
| 132 | GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| Órgão | | | |
| 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| Forma de pagamento | | | |
| Descrição | | | |
| CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL | | Tipo | |
| Entrega | | Depósito bancário | |
| Local | | Prazo | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE | | 18 Meses | |

Descrição:

SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR.

Justificativa:

A ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL MOVIMENTA UM EXPRESSIVO VOLUME DE RECURSOS, NÃO SENDO POSSÍVEL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXECUTAR DIRETAMENTE TODOS OS SERVIÇOS, INCLUINDO O PAGAMENTO DA FOLHA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. ESTA FASE REQUER EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DE PAGAMENTO, SENDO QUE, A PREFEITURA MUNICIPAL NÃO DISPÕE DE COMPETÊNCIA LEGAL, COMO TAMBÉM DE FERRAMENTAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS PARA EXECUTAR DIRETAMENTE O SERVIÇO.

Lote

001 Lote 001

| Código | Nome | Unidade | Quantidade | Unitário | Valor |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------|-----------|-----------|
| 015586 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. | UN | 1,00 | 51.000,00 | 51.000,00 |
| SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MÍNIMO PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | | | | | |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | 51.000,00 |



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS. 08

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 9 9841-0495

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE-PR

De: Gabinete do Prefeito Municipal

Para: Setor de Licitação

Preliminarmente, defiro o requerimento da solicitação da Secretaria Municipal de Administração, solicitando a **"SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE – PR."**

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1 – à indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face à despesa pela Divisão de Contabilidade;
- 2 – à elaboração de parecer sobre a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame pela Assessoria Jurídica;
- 3 – à elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação;
- 4 – ao exame e aprovação pelo Assessor Jurídico da minuta indicada no item.

Cujo Valor Total de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais).

Santa Maria do Oeste/PR, 07 de Novembro de 2024.

OSCAR DELGADO
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Santa Maria do Oeste - 2024

Saldo das contas de despesa

Calculado em : 11/11/2024

Equilíbrio

Página: 1

| Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APU/ DES/ DET) | | | | Valor autorizado | Valor atualizado | Líquido empenhado | Saldo atual |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-------|-------------------------------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------|
| 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | | | 36.871,86 | 261.871,86 | 209.925,07 | 51.946,79 |
| 004 DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES | | | | 36.871,86 | 261.871,86 | 209.925,07 | 51.946,79 |
| 04.122.0401.2014 Atividades do Departamento de Compras, Licitações e Encargos Gerais | | | | 36.871,86 | 261.871,86 | 209.925,07 | 51.946,79 |
| 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | |
| 00630 | E | 00000 | 000001070000 Recursos Ordinários (Livres) | 36.871,86 | 101.871,86 | 51.846,60 | 50.025,26 |
| 00630 | EA | 00000 | 000001070000 Recursos Ordinários (Livres) | 0,00 | 160.000,00 | 158.078,47 | 1.921,53 |
| Total Geral | | | | 36.871,86 | 261.871,86 | 209.925,07 | 51.946,79 |

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 11/11/2024

Contas de despesa: 630

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1137/1244

PARECER JURÍDICO

“O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista”.

Em análise aos atos de desencadeamento de procedimento, verifica-se que a Secretaria de Administração, através de sua Secretária Sra. Irene Ap. Schmoeller, em data de 06 de Novembro de 2024, solicitou a abertura de procedimento para a **“CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-Pr.”**, a modalidade de LICITAÇÃO a ser adotada é a de **PREGÃO ELETRÔNICO** Maior lance **POR ITEM**, conf. Art. 28, Inciso I, e art. 33, Inciso VI, art. 39, da Lei 14.133/2021.

Seguindo despacho do Chefe do Executivo, foi encaminhado ao departamento de Contabilidade o procedimento, o qual retornou com informações afirmando que há previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das despesas no valor de **R\$ 51.000,00** (Cincoenta e um mil reais) conforme faz prova de documentos acostados nos autos.

Assim, considerando o valor estimado dos gastos e natureza do objeto, e uma vez inexistente a possibilidade de inexigibilidade e ou dispensa, em atendimento ao disposto a Lei Federal 14.133/21, obrigatório se faz o Procedimento Licitatório para a finalidade pretendida.



RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1137/1244

Devendo A Comissão de Licitação, observadas as formalidades legais, iniciar o processo de licitação, com a elaboração da minuta do edital, e retorne-se a essa Assessoria para posteriores averiguações.

O presente procedimento ser encaminhado a Divisão de Licitação – Comissão de Licitação.

S.M.J. É o parecer.

Santa Maria do Oeste-Pr, 18 de Novembro de 2024.



ÉDER JOSÉ SEBRENSKI
Assessor Jurídico



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 00/2024

PRÉAMBULO

O Município de Santa Maria do Oeste Pr torna público para ciência dos interessados que por intermédio da Secretaria de Administração que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **maior lance por item**, a qual será regida pela Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº.123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 11.462 de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº. 010 de 31 de março de 2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como, nas disposições contidas neste edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 00h00min. do dia 00/00/2024
ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das 00h00min. do dia 00/00/2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 00h00min. do dia 00/00/2024

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras" Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) Portal da Transparência do Município de Santa Maria do Oeste PR (www.santamariadooeste.pr.gov.br).

As consultas e informações complementares referentes à presente licitação poderão ser feitas pelo e-mail: pmsmolitacao@yahoo.com.br ou pelo telefone: (42) 99841-0495.

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR".

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais.)

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1 Uma vez que o objeto da licitação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, não haverá previsões orçamentárias.

3.2. A instituição financeira responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços de pagamento da folha de pessoal do Município de Santa Maria do Oeste - PR.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

1



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.bll.org.br

O edital está disponível na internet, www.bll.org.br, e no portal do município www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro MILICIO VICENTE STROHER e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 20/2024, servidores(as) do Município.

E-mail: pmsmolitacao@yahoo.com.br

Telefones: (42) 99841-0495

Endereço: Rua José de França Pereira nº 10 – CEP 85.230-000, Santa Maria do Oeste Paraná.
O atendimento será feito no horário 08h00hs às 12hs e das 13h00min às 17:00hs.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal n.º 010/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, em campo específico no site eletrônico www.bll.org.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site www.santamariadooeste.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 010/2023, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

2



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem abaixo dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 O critério de julgamento adotado será o **maior lance do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

10 ANEXOS:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Documentos de Habilitação;
Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
Anexo IV – Modelo de Procuração;
Anexo V – Modelo de Declaração;
Anexo VI – Locais de Entrega;
Anexo VII – Minuta de Contrato (ou Anexo à Nota de Empenho);
Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
Anexo IX – Declaração LGPD.

3



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, na página www.bll.org.br

1.2 O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal www.bll.org.br

1.3 O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 48 do Decreto n.º 010/2023.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.bll.org.br ou, ainda, por meio do telefone 41 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal www.bll.org.br implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituírem as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

4



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.

5



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o **maior lance por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.22 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor lance, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final inferior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s).

7



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços mínimos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contendo vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ou percentual superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00(cem reais)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10(dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2(dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

6.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.7.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo

8

definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários mínimos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.3 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecedente a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de **3 (três) dias úteis** contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou assinadas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no site www.santamariadooeste.pr.gov.br

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

9

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

11.3 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 ou se recusar a assinar o contrato a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.3.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.3.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.3, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou superior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

12.3 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Lei nº 9.78/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

12.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133 e no Decreto Municipal nº 010/2023.

12.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

10

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR", para atender a demanda do município de Santa Maria do Oeste PR, conforme especificações da planilha abaixo:

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | Unidade | Preço máximo | Preço máx total |
|-------|-------------------------|-------|---------|--------------|-----------------|
| TOTAL | | | | | |

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Conforme as descrições na Planilha do Item 1.1

1.2.2 O objeto compreende a execução de forma exclusiva dos serviços previstos no item anterior, abrangendo os servidores atuais e os admitidos durante o prazo de execução do contrato.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não se aplica

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 As trocas de informações entre a contratada e a Prefeitura Municipal deverão ser protegida através de sistema de segurança de preferência com a utilização de certificados digitais (podendo ser armazenado em token), emitidos por uma Autoridade Certificadora – AC, autorizada pela Infraestrutura de Chave Pública – ICP-BRASIL, tanto para fins de autenticação da origem quanto para garantir o sigilo dos dados transferidos.

1.4.2 Devido à natureza dos sistemas operados pela Prefeitura Municipal, cuja exportação de dados é realizada através dos recursos tecnológicos de sistemas de Troca eletrônica de dados, a instituição financeira a qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se em manter pessoal treinado para lidar com as operações inerentes a esses sistemas, indicando, um responsável, para fins de contato e comunicação direta com o órgão encarregado pela folha de pagamento da Prefeitura Municipal.

1.4.3 Os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste - PR, em relação ao serviço contratado, serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada à contratação em tela, na forma das regras sobre tarifas bancárias estabelecidas pela Resolução nº 3.919 de 25/11/2010, com observância do disposto na Resolução nº 93402/2006 e 3.424 de 21/12/2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, demais resoluções que vierem a substituí-las e legislação permanente.

1.4.4 Considerando a atuação da Administração Pública Municipal que possui servidores atuando em todo território do município em diversas atividades, é necessário que a contratada tenha condições de atendimento para todos os servidores.

12

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador Jurídico do Município.

Santa Maria do Oeste PR, 00 de xxxxx de 2024.

IRENE APARECIDA SCHMOELLER
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

1.4.5 A instituição financeira contratada deverá possuir rede de atendimento instalada, constituída por Agências Bancárias, Postos Bancários, como também, Correspondentes Bancários, na forma da Resolução BACEN n.º 3954, de 24/02/2011 ou Caixas de Atendimento Eletrônico.

1.4.6 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá possuir, no mínimo, 01 (uma) agência bancária no Município de Santa Maria do Oeste/PR, devidamente habilitada para os serviços objeto desta Licitação. Na agência bancária da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá direcionar a estrutura de pessoal ao atendimento dos servidores municipais, no mínimo pelo período compreendido entre os 10 (dez) dias posteriores à realização do pagamento.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A administração da folha de pagamento dos servidores da administração direta do Poder Executivo Municipal movimenta um expressivo volume de recursos, não sendo possível a administração pública executar diretamente todos os serviços, incluindo o pagamento da folha dos servidores municipais. Esta fase requer eficiência e eficácia nas operações financeiras de pagamento, sendo que, a Prefeitura Municipal não dispõe de competência legal, como também de ferramentas técnicas e administrativas para executar diretamente o serviço.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Em virtude da impossibilidade da gestão desempenhar suas atividades de forma mais ágil. Já existe um processo licitatório em andamento, sendo este serviço essencial não podendo ser descontinuado.

4 PESQUISA DE PREÇOS

Em análise do presente estudo, foi considerado o contrato anterior que era de 18 meses com valor de R\$ 38.000,00 sendo o atual para 24 meses.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O critério de julgamento adotado será o de maior lance ou oferta, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

a) O pagamento a ser feito pela instituição financeira, conforme valor ofertado na licitação deverá ser efetuado em 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis contados a partir da data da assinatura do contrato

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 Não se aplica

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

13



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como serviço(s) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão na forma eletrônico.

9.2 O objeto deste procedimento deverá ser entregue de forma parcelada, conforme valor ofertado na licitação. Deverá ser efetuado em 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis contados a partir da data da assinatura do contrato nos endereços indicados pelo município

9.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os serviços serão recebidos definitivamente na data solicitada, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

9.8 A gestão do contrato, bem como a fiscalização das atividades da empresa a ser contratada ficarão a cargo do gestor do contrato e do Fiscal de Contratos, nomeados pelo município, após a assinatura do contrato.

9.9 O fiscal deverá encaminhar relatório de execução contratual, contendo registro, análise e conclusão das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa ao gestor do contrato.

9.9 O gestor do contrato deverá analisar o relatório de execução contratual e, se aprovado, emitir o termo circunstanciado, o qual será instrumento de aceite definitivo dos serviços prestados, atestando o cumprimento das obrigações do contratado.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos.

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.8.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.8.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.7 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3 Prestar informações quando acionados pelos órgãos de controle da Administração Pública e do contratante.

10.4 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5 Prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais fatos ou atos noticiados que o envolvam, independente de solicitação.

10.6 Responsabilizar-se pela divulgação de dados pessoais não expressamente autorizada pelo contratante, ou pelo uso indevido de qualquer informação relativa ao objeto do contrato.

15



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento a ser feito pela instituição financeira, conforme valor ofertado na licitação deverá ser efetuado em 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis contados a partir da data da assinatura do contrato.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital;

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Conforme o Item 12 do Edital e Item 14 do Contrato e subsequentes há previsão expressa de sanções administrativas pelo eventual inadimplemento, por tanto, dispensável a garantia, uma vez que o contrato não cumprido, sofrerá as sanções previstas.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS.

16.1 Não se aplica

17 VIGÊNCIA:

16



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

17.1 O contrato terá vigência de 24(vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 Não se aplica

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 Uma vez que o objeto da licitação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, não haverá previsões orçamentárias.

19.2. A instituição financeira responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços de pagamento da folha de pessoal do Município de Santa Maria do Oeste - PR.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO MUNICIPAL N.º 010 de 2023.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Municipal nº 010/2023 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Município.

Santa Maria do Oeste, 00 de xxxx de 2024.

IRENE APARECIDA SCHMOELLER

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

17



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

Tratando-se de empresa criada neste exercício, deverá ser apresentado o balanço de abertura.

c) A Agência bancária deverá ser dotada de no mínimo de: 03 (três) funcionários, sendo um caixa físico e sala de autoatendimento com 01(um) caixa-eletrônico, com a função SAQUE.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 A licitante deverá apresentar documento comprobatório da condição de instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 **COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (ANEXO VIII), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício - DRE, a que se refere a Resolução nº 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade - CFC, ou outra norma que vier a substituir.

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

19

FLS. 15



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo estabelecido na plataforma utilizada pela Administração, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- Procuração do representante do licitante no prego, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); **Fazenda Estadual e Fazenda Municipal**;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011;
- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

- Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão ou comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A certidão apresentada deve ter sido emitida há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão;
- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira.

18



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

| | |
|-------------|---------------------|
| Fornecedor: | Inscrição Estadual: |
| CNPJ/CPF: | |
| Endereço: | |
| Bairro: | Cidade: |
| CEP: | Estado: |
| Telefone: | Fax: |
| Banco: | Conta-corrente: |
| | e-mail: |

Constitui objeto desta licitação: "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR", para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | Unidade | Preço máximo | Preço total |
|-------|-------------------------|-------|---------|--------------|-------------|
| TOTAL | | | | | |

2. A validade da proposta é de [xxxx] [xxxx] dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do serviço durante o período de validade. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a adequação dos serviços do nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

5. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

20

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

21

ANEXO VI
LOCAIS DE ENTREGA

| ÓRGÃO/ENTIDADE |
|---------------------------------------------|
| Local de Entrega: Não se aplica |
| Responsável pelo Recebimento: Não se aplica |
| Telefone: |
| Horário de Funcionamento: Não se aplica |

23

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

22

ANEXO VII
MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º [XXXXXXX]

CONTRATANTE: [O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR, através do órgão Secretaria de Administração, com sede no(a) XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX].

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 010/2023; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202_ XXXX do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

“CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR”, conforme descrito no Termo de Referência.

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | Unidade | Preço máximo | Preço máx total |
|-------|-------------------------|-------|---------|--------------|-----------------|
| TOTAL | | | | | |

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º XXXXXXXX, com homologação publicada no site eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 As trocas de informações entre a contratada e a Prefeitura Municipal deverão ser protegida através de sistema de segurança de preferência com a utilização de certificados digitais (podendo ser armazenado em token), emitidos por uma Autoridade Certificadora – AC, autorizada pela Infraestrutura de Chave Pública – ICP-BRASIL, tanto para fins de autenticação da origem quanto para garantir o sigilo dos dados transferidos.

24



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, n.º 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

3.2 Devido à natureza dos sistemas operados pela Prefeitura Municipal, cuja exportação de dados é realizada através dos recursos tecnológicos de sistemas de Troca eletrônica de dados, a instituição financeira à qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se em manter pessoal treinado para lidar com as operações inerentes a esses sistemas, indicando, um responsável, para fins de contato e comunicação direta com o órgão encarregado pela folha de pagamento da Prefeitura Municipal.

3.3 Os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste - PR, em relação ao serviço contratado, serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada à contratação em tela, na forma das regras sobre tarifas bancárias estabelecidas pela Resolução n.º 3.919 de 25/11/2010, com observância do disposto na Resolução n.º 3402/2006 e 3.424 de 21/12/2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, demais resoluções que vierem a substituí-las e legislação permanente.

3.4 Considerando a atuação da Administração Pública Municipal que possui servidores atuando em todo território do município em diversas atividades, é necessário que a contratada tenha condições de atendimento para todos os servidores.

3.5 A instituição financeira contratada deverá possuir rede de atendimento instalada, constituída por Agências Bancárias, Postos Bancários, como também, Correspondentes Bancários, na forma da Resolução BACEN n.º 3954, de 24/02/2011 ou Caixas de Atendimento Eletrônico.

3.6 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá possuir, no mínimo, 01 (uma) agência bancária no Município de Santa Maria do Oeste/PR, devidamente habilitada para os serviços objeto desta Licitação. Na agência bancária da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá direcionar a estrutura de pessoal ao atendimento dos servidores municipais, no mínimo pelo período compreendido entre os 10 (dez) dias posteriores à realização do pagamento.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratado pagará ao Contratante os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

5. DO REAJUSTE:

5.1 Não se aplica

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas Decreto Municipal n.º 010/2023.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no Decreto Municipal n.º 010/2023.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante. Gestor: Secretária de Administração IRENE APARECIDA SCHMOELLER. Fiscais: JOANA LUCIANA SILVA DE ANDRADE matrícula nº 9997227 e PAULO HENRIQUE RENZI, matrícula nº 9997235 conforme portaria nº 19/2024.

25



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, n.º 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

10.1.8.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.8.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.7 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3 Prestar informações quando acionados pelos órgãos de controle da Administração Pública e do contratante.

10.4 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5 Prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais fatos ou atos noticiados que o envolvam, independente de solicitação.

10.6 Responsabilizar-se pela divulgação de dados pessoais não expressamente autorizada pelo contratante, ou pelo uso indevido de qualquer informação relativa ao objeto do contrato.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento a ser feito pela instituição financeira, conforme valor ofertado na licitação deverá ser efetuado em 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis contados a partir da data da assinatura do contrato.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Conforme o Item 12 do Edital e 14 do contrato e subsequentes há previsão expressa de sanções administrativas pelo eventual inadimplemento, por tanto, dispensável a garantia, uma vez que o contrato não cumprido, sofrerá as sanções previstas.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, n.º 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

7.1 Os serviços deverão ser realizados na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 Uma vez que o objeto da licitação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, não haverá previsões orçamentárias.

8.2 A instituição financeira responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços de pagamento da folha de pessoal do Município de Santa Maria do Oeste - PR.

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de XXXX, contados de ____/____ a ____/____.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

26



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, n.º 10 - CEP: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS.

13.1 Não se aplica

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

29



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico nº _____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabeleceu a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD.

17.13 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.14 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.15 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.16 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal nº 010/2023 e demais leis municipais, estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pitanga – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

30



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



PARECER JURÍDICO

Em atendimento ao constante no despacho do Chefe do Executivo Municipal, esta Assessoria Jurídica, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, da Lei 14.133/2021, Art. 19, Inciso IV, da Constituição Federal e Estadual, passa a analisar a regularidade técnica dos documentos e minuta do edital, visando a **“CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-Pr.”**, denota-se:

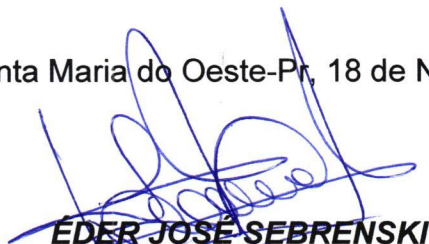
No que tange a minuta do edital, este contempla a existência das cláusulas necessárias, conforme previsões contidas na Lei 14.13/2021, e da Carta Magna Federal e Estadual.

Outrossim, a minuta do contrato administrativo, também preenche os requisitos necessários para o fiel cumprimento do objeto, estando o mesmo de acordo como artigo 92, do mesmo diploma legal citado;

Razão pela qual encontra-se o presente processo em condições de ser autorizado pelo Chefe do Executivo Municipal, se esse for o seu entendimento.’

É o parecer.

Santa Maria do Oeste-Pr, 18 de Novembro de 2024.


EDER JOSÉ SEBRENSKI
Assessor Jurídico



DESPACHO

Considerando as informações e pareceres contidos no presente procedimento **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, referente: **"CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR"**, especificações e anexos, nos termos da lei Federal n.º 14.133/2021.

Encaminhe-se para a comissão permanente de Licitação para as providencias necessárias.

Santa Maria do Oeste- PR, 21 de novembro de 2024.

Oscar Delgado
Prefeito Municipal



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

PORTARIA Nº 020/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Federal n. 14.133/21, e decreto Municipal nº. 010/2023:

RESOLVE:

I – NOMEAR MEMBRO SUBSTITUTO DA EQUIPE DE APOIO, do Município de Santa Maria do Oeste – PR, conforme composição abaixo:

| NOME | CPF | FUNÇÃO |
|------------------------------|----------------|--------------|
| MILICIO VICENTE STROHER | 578.***.***-04 | PREGOEIRO |
| DANIEL TOMEN | 065.***.***-86 | EQUIPE APOIO |
| MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS | 103.***.***-24 | EQUIPE APOIO |
| ODAIR JOSÉ FERREIRA DE LIMA | 857.***.***-00 | SUPLENTE |

II – Fica nomeado como membro suplente o Sr. Odaír José Ferreira de Lima, inscrito no CPF sob n. 857.***.***-00.

III – Ficando o MEMBRO anterior (conforme portaria 045/2023), respondendo pelos processos licitatórios que estão em andamento em seu nome ELYESER GONÇALVES LESZCZYNSKI CPF: 101.***.***-88.

IV - Publique-se e archive-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, em 07 de Fevereiro de 2024.

OSCAR DELGADO
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 020/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Federal n. 14.133/21, e decreto Municipal nº. 010/2023:

RESOLVE:

I – NOMEAR MEMBRO SUBSTITUTO DA EQUIPE DE APOIO, do Município de Santa Maria do Oeste – PR, conforme composição abaixo:

| NOME | CPF | FUNÇÃO |
|------------------------------|----------------|--------------|
| MILICIO VICENTE STROHER | 578.***.***-04 | PREGOEIRO |
| DANIEL TOMEN | 065.***.***-86 | EQUIPE APOIO |
| MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS | 103.***.***-24 | EQUIPE APOIO |
| ODAIR JOSÉ FERREIRA DE LIMA | 857.***.***-00 | SUPLENTE |

II – Fica nomeado como membro suplente o Sr. Odair José Ferreira de Lima, inscrito no CPF sob n. 857.***.***-00.

III – Ficando o MEMBRO anterior (conforme portaria 045/2023), respondendo pelos processos licitatórios que estão em andamento em seu nome ELYESER GONÇALVES LESZCZYNSKI CPF: 101.***.***-88.

IV - Publique-se e arquite-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, em 07 de Fevereiro de 2024.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador: DAEDD16D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/02/2024. Edição 2957

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2024

PREÂMBULO

O Município de Santa Maria do Oeste Pr torna público para ciência dos interessados que por intermédio da Secretaria de Administração que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **maior lance por Item**, a qual será regida pela Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº.123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 11.462 de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº. 010 de 31 de março de 2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como, nas disposições contidas neste edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09h00min. do dia 10/12/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das 09h00min. do dia 10/12/2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h15min. do dia 10/12/2024

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras" Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) Portal da Transparência do Município de Santa Maria do Oeste PR (www.santamariadooeste.pr.gov.br).

As consultas e informações complementares referentes à presente licitação poderão ser feitas pelo e-mail: pmsmolicitacao@yahoo.com.br ou pelo telefone: (42) 99841-0495.

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR"**.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ **51.000,00 (Cinquenta e um mil reais.)**

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1 Uma vez que o objeto da licitação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, não haverá previsões orçamentárias.

3.2. A instituição financeira responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços de pagamento da folha de pessoal do Município de Santa Maria do Oeste - PR.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

Freitas



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.bll.org.br

O edital está disponível na internet, www.bll.org.br, e no portal do município www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro MILÍCIO VICENTE STROHER e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 20/2024, servidores(as) do Município.

E-mail: pmsmollicitacao@yahoo.com.br

Telefones: (42) 99841-0495

Endereço: Rua José de França Pereira nº 10 – CEP 85.230-000, Santa Maria do Oeste Paraná.

O atendimento será feito no horário 08h00hs às 12hs e das 13h00min às 17:00hs.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal n.º 010/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico www.bll.org.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site www.santamariadooeste.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 010/2023, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

Assinatura



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem abaixo dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 O critério de julgamento adotado será o **maior lance do Item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

10 ANEXOS:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Documentos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;

Anexo IV – Modelo de Procuração;

Anexo V – Modelo de Declaração;

Anexo VI – Locais de Entrega;

Anexo VII – Minuta de Contrato (ou Anexo à Nota de Empenho);

Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.

Anexo IX – Declaração LGPD.

Francisco



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, na página www.bll.org.br

1.2 O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal www.bll.org.br

1.3 O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 48 do Decreto n.º 010/2023.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.bll.org.br ou, ainda, por meio do telefone 41 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal www.bll.org.br implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

frederico



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.

João S



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta)dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços mínimos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ou percentual superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00(cem reais)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10(dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2(dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

Assinatura



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

- 5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18** O Critério de julgamento adotado será o **maior lance por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.22** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 5.23** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor lance, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.23.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.23.2** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.23.3** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.
- 5.24** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 6.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final inferior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s).



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

6.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.7.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo

Assinatura



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários mínimos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.3 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de **3 (três) dias úteis** contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no site **www.santamariadooeste.pr.gov.br**

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495



11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.3 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 ou se recusar a assinar o contrato a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.3.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.3.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.3, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou superior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

12.3. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Nº 9.78/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

12.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133 e no Decreto Municipal n.º 010/2023.

12.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

francisco



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos **por 90 (noventa)** dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 O foro é o da Comarca do município de Pitanga PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador Jurídico do Município.

Santa Maria do Oeste PR, 21 de novembro de 2024.


IRENE APARECIDA SCHMOELLER
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR". para atender a demanda do município de Santa Maria do Oeste PR, conforme especificações da planilha abaixo:

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | Unid | Preço máx | Preço máx total |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|-----------|------------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | 1,00 | UN | 51.000,00 | 51.000,00 |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Conforme as descrições na Planilha do Item 1.1

1.2.2 O objeto compreende a execução de forma exclusiva dos serviços previstos no item anterior, abrangendo os servidores atuais e os admitidos durante o prazo de execução do contrato.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não se aplica

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 As trocas de informações entre a contratada e a Prefeitura Municipal deverão ser protegida através de sistema de segurança de preferência com a utilização de certificados digitais (podendo ser armazenado em token), emitidos por uma Autoridade Certificadora – AC, autorizada pela Infraestrutura de Chave Pública - ICP-BRASIL, tanto para fins de autenticação da origem quanto para garantir o sigilo dos dados transferidos.

1.4.2 Devido à natureza dos sistemas operados pela Prefeitura Municipal, cuja exportação de dados é realizada através dos recursos tecnológicos de sistemas de Troca eletrônica de dados, a instituição financeira à qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se em manter pessoal treinado para lidar com as operações inerentes a esses sistemas, indicando, um responsável, para fins de contato e comunicação direta com o órgão encarregado pela folha de pagamento da Prefeitura Municipal.

freitas



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

1.4.3 Os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste - PR, em relação ao serviço contratado, serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada à contratação em tela, na forma das regras sobre tarifas bancárias estabelecidas pela Resolução n.º 3.919 de 25/11/2010, com observância do disposto na Resolução n.º 3402/2006 e 3.424 de 21/12/2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, demais resoluções que vierem a substituí-las e legislação permanente.

1.4.4 Considerando a atuação da Administração Pública Municipal que possui servidores atuando em todo território do município em diversas atividades, é necessário que a contratada tenha condições de atendimento para todos os servidores.

1.4.5 A instituição financeira contratada deverá possuir rede de atendimento instalada, constituída por Agências Bancárias, Postos Bancários, como também, Correspondentes Bancários, na forma da Resolução BACEN n.º 3954, de 24/02/2011 ou Caixas de Atendimento Eletrônico.

1.4.6 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá possuir, no mínimo, 01 (uma) agência bancária no Município de Santa Maria do Oeste/PR, devidamente habilitada para os serviços objeto desta Licitação. Na agência bancária da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá direcionar a estrutura de pessoal ao atendimento dos servidores municipais, no mínimo pelo período compreendido entre os 10 (dez) dias posteriores à realização do pagamento.

1.5 CONDIÇÕES GERAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PUBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

1.5.1 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá ter sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *online*. Havendo alteração/substituição do sistema informatizado do Município, deverá a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA realizar a necessária compatibilização. Em qualquer hipótese, todas as despesas de adaptação e/ou conversão, se necessárias, ocorrerão por conta da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

1.5.2 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá atualizar constantemente seus serviços e produtos no sentido de alcançar para os servidores municipais o melhor e o maior benefício dentre os serviços e produtos oferecidos pelos bancos.

1.5.3 Os servidores municipais poderão optar pelos serviços que lhe convierem, sendo assegurada a **isenção de taxas** referentes aos itens abaixo relacionados, sem prejuízo das condições especificadas nas Resoluções e normativas do BACEN:

- manutenção de Conta Corrente;
- 01 (um) extrato mensal impresso;
- 02 (dois) extratos semanais (por mês) emitidos em terminal eletrônico
- transferência total ou parcial de crédito para outras instituições financeiras
- saques totais ou parciais dos créditos;
- renovação de cadastro;
- fornecimento de cartão magnético com a função DÉBITO;
- consultas de saldos e extratos ilimitadas na tela de terminal de auto-atendimento e pela internet.

Jesus



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

1.5.3.1 Os servidores que optarem pela abertura de conta corrente (comum ou especial) junto à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ficarão sujeitos à cobrança das respectivas tarifas/taxas pelos produtos/serviços disponibilizados, em valores limitados aos praticados para todos os demais correntistas da instituição financeira, de acordo com as características do tipo de conta e de serviços em que o servidor se enquadra.

1.5.4 Para os servidores que recebem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não será cobrada qualquer tarifa/taxa de produtos/serviços ou encargos de qualquer natureza.

1.5.4.1 O Município não realizará o pagamento dos servidores municipais por intermédio da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA enquanto não concluídos a abertura de todas as contas.

1.5.5 Será concedido à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA o direito de disponibilizar aos servidores municipais empréstimos em consignação na folha de pagamento, em conformidade com a legislação própria.

1.5.5.1 As taxas de juros a serem praticadas para os empréstimos em consignação serão negociadas, objetivando o estabelecimento de taxas de juros mais benéficas.

1.5.6 Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores municipais, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, gratificação natalina (13º salário), férias e demais créditos originários da relação entre o servidor, a Prefeitura e os demais órgãos da Administração Direta.

1.5.7 O Município enviará a relação nominal dos servidores com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data do crédito, no caso de pagamento mensal.

1.5.8 O Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros com antecedência de 01 (um) dia útil, ou seja, em D-1.

1.5.9 Pirâmide Salarial (valor e quantidade de servidores por faixa salarial):

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

| Faixa Salarial em R\$ | Nº. de Servidores | Valor Bruto em R\$ |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------------|
| Entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 | 76 | R\$ 130.129,47 |
| Entre R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00 | 117 | R\$ 288.091,73 |
| Entre R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00 | 102 | R\$ 364.168,92 |
| Acima de R\$ 4.000,01 | 164 | R\$ 983.095,17 |
| Total | 459 | R\$ 1.765.485,29 |

1.5.9.1 Valor da folha de pagamento (base OUTUBRO 2024);

Valor bruto: R\$ 1.765.485,29 (Um milhão setecentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

1.5.10 Em relação ao número de servidores acima informados, este poderá variar durante o período contratual.

1.5.11 O Município estará isento da cobrança de tarifas referente ao objeto licitado para os créditos efetuados em contas-salários ou contas correntes abertas pelos servidores e fornecedores na(s) agência (as) do licitante vencedor do certame.

Jesus



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A administração da folha de pagamento dos servidores da administração direta do Poder Executivo Municipal movimenta um expressivo volume de recursos, não sendo possível a administração pública executar diretamente todos os serviços, incluindo o pagamento da folha dos servidores municipais. Esta fase requer eficiência e eficácia nas operações financeiras de pagamento, sendo que, a Prefeitura Municipal não dispõe de competência legal, como também de ferramentas técnicas e administrativas para executar diretamente o serviço.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Em virtude da impossibilidade da gestão desempenhar suas atividades de forma mais ágil. Já existe um processo licitatório em andamento, sendo este serviço essencial não podendo ser descontinuado.

4 PESQUISA DE PREÇOS

Em análise do presente estudo, foi considerado o contrato anterior que era de 18 meses com valor de R\$ 38.000,00 sendo o atual para 24 meses.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O critério de julgamento adotado será o de maior lance ou oferta, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

a) O pagamento a ser feito pela instituição financeira, conforme valor ofertado na licitação deverá ser efetuado em 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis contados a partir da data da assinatura do contrato

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 Não se aplica

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como serviço(os) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão na forma eletrônico.

9.2 O objeto deste procedimento deverá ser entregue de forma parcelada, conforme valor ofertado na licitação. Deverá ser efetuado **em 05 (cinco) parcelas**, sendo a primeira no prazo máximo de **10 (Dez)** dias úteis contados a partir da data da assinatura do contrato nos endereços indicados pelo município

9.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos

Assinatura



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

imediatamente, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os serviços serão recebidos definitivamente na data solicitada, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

9.8 A gestão do contrato, bem como a fiscalização das atividades da empresa a ser contratada ficarão a cargo do gestor do contrato e do Fiscal de Contratos, nomeados pelo município, após a assinatura do contrato.

9.9 O fiscal deverá encaminhar relatório de execução contratual, contendo registro, análise e conclusão das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa ao gestor do contrato.

9.9 O gestor do contrato deverá analisar o relatório de execução contratual e, se aprovado, emitir o termo circunstanciado, o qual será instrumento de aceite definitivo dos serviços prestados, atestando o cumprimento das obrigações do contratado.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos.

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

Jesus



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

10.1.8.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.8.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.7 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3 Prestar informações quando acionados pelos os órgãos de controle da Administração Pública e do contratante.

10.4 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5 Prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais fatos ou atos noticiados que o envolvam, independente de solicitação.

10.6 Responsabilizar-se pela divulgação de dados pessoais não expressamente autorizada pelo contratante, ou pelo uso indevido de qualquer informação relativa ao objeto do contrato.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento a ser feito pela instituição financeira, conforme valor ofertado na licitação deverá ser efetuado em **05 (cinco) parcelas**, sendo a primeira no prazo máximo de **10 (Dez)** dias úteis contados a partir da data da assinatura do contrato.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Assinatura



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Conforme o Item 12 do Edital e Item 14 do Contrato e subsequentes há previsão expressa de sanções administrativas pelo eventual inadimplemento, por tanto, dispensável a garantia, uma vez que o contrato não cumprido, sofrerá as sanções previstas.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS.

16.1 Não se aplica

17 VIGÊNCIA:

17.1 O contrato terá vigência de 24(vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 Não se aplica

frederico



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495



19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 Uma vez que o objeto da licitação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, não haverá previsões orçamentárias.

19.2. A instituição financeira responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços de pagamento da folha de pessoal do Município de Santa Maria do Oeste - PR.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO MUNICIPAL N.º 010 de 2023.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Municipal n.º 010/2023 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Município.

Santa Maria do Oeste, 21 de novembro de 2024.

Irene
IRENE APARECIDA SCHMOELLER

Responsável pela elaboração do Termo de Referência



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo estabelecido na plataforma utilizada pela Administração, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- f) Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual e Fazenda Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;
- f) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão eu comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A certidão apresentada deve ter sido emitida há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão;
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

Tratando-se de empresa criada neste exercício, deverá ser apresentado o balanço de abertura.

c) A Agência bancária deverá ser dotada de no mínimo de: 03 (três) funcionários, sendo um caixa físico e sala de autoatendimento com 01(um) caixa-eletrônico, com a função SAQUE.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 A licitante deverá apresentar documento comprobatório da condição de instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

ANEXO III MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

| | | | |
|-------------|----------|----------------------|--|
| Fornecedor: | | | |
| CNPJ/CPF : | | Inscrição Estadual : | |
| Endereço : | | | |
| Bairro: | | | |
| CEP: | Cidade: | Estado: | |
| Telefone: | Fax: | e-mail: | |
| Banco: | Agência: | Conta-corrente: | |

Constitui objeto desta licitação: **"CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR , para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.**

1. Especificações técnicas:

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | Unidade | Preço máximo | Preço máx total |
|--------------|-------------------------|-------|---------|--------------|-----------------|
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

- A validade da proposta é de [xxxx] [xxxx] dias.
- A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do serviço durante o período de validade. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a adequação dos serviços do nos termos do Edital e da legislação vigente.
- O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
- O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

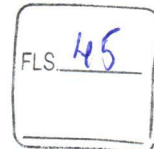
Representante Legal



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495



ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

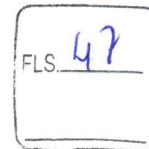


Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495



ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

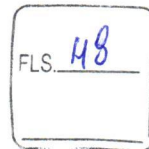
| ÓRGÃO/ENTIDADE |
|---------------------------------------------|
| Local de Entrega. Não se aplica |
| Responsável pelo Recebimento: Não se aplica |
| Telefone: |
| Horário de Funcionamento: Não se aplica |



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495



ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° [XXXXXXXX]

CONTRATANTE: [O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR, através do órgão Secretaria de Administração, com sede no(a) XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 010/2023; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202_XXXX do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

“CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR”, conforme descrito no Termo de Referência.

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | Unidade | Preço máximo | Preço máx total |
|-------|-------------------------|-------|---------|--------------|-----------------|
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º XXXXXXXX, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 As trocas de informações entre a contratada e a Prefeitura Municipal deverão ser protegida através de sistema de segurança de preferência com a utilização de certificados digitais (podendo ser armazenado em token), emitidos por uma Autoridade Certificadora – AC, autorizada pela Infraestrutura de Chave Pública - ICP-BRASIL, tanto para fins de autenticação da origem quanto para garantir o sigilo dos dados transferidos.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

3.2 Devido à natureza dos sistemas operados pela Prefeitura Municipal, cuja exportação de dados é realizada através dos recursos tecnológicos de sistemas de Troca eletrônica de dados, a instituição financeira à qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se em manter pessoal treinado para lidar com as operações inerentes a esses sistemas, indicando, um responsável, para fins de contato e comunicação direta com o órgão encarregado pela folha de pagamento da Prefeitura Municipal.

3.3 Os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste - PR, em relação ao serviço contratado, serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada à contratação em tela, na forma das regras sobre tarifas bancárias estabelecidas pela Resolução n.º 3.919 de 25/11/2010, com observância do disposto na Resolução n.º 3402/2006 e 3.424 de 21/12/2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, demais resoluções que vierem a substituí-las e legislação permanente.

3.4 Considerando a atuação da Administração Pública Municipal que possui servidores atuando em todo território do município em diversas atividades, é necessário que a contratada tenha condições de atendimento para todos os servidores.

3.5 A instituição financeira contratada deverá possuir rede de atendimento instalada, constituída por Agências Bancárias, Postos Bancários, como também, Correspondentes Bancários, na forma da Resolução BACEN n.º 3954, de 24/02/2011 ou Caixas de Atendimento Eletrônico.

3.6 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá possuir, no mínimo, 01 (uma) agência bancária no Município de Santa Maria do Oeste/PR, devidamente habilitada para os serviços objeto desta Licitação. Na agência bancária da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá direcionar a estrutura de pessoal ao atendimento dos servidores municipais, no mínimo pelo período compreendido entre os 10 (dez) dias posteriores à realização do pagamento.

3.7 CONDIÇÕES GERAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PUBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

3.7.1 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá ter sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *online*. Havendo alteração/substituição do sistema informatizado do Município, deverá a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA realizar a necessária compatibilização. Em qualquer hipótese, todas as despesas de adaptação e/ou conversão, se necessárias, ocorrerão por conta da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

3.7.2 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá atualizar constantemente seus serviços e produtos no sentido de alcançar para os servidores municipais o melhor e o maior benefício dentre os serviços e produtos oferecidos pelos bancos.

3.7.3 Os servidores municipais poderão optar pelos serviços que lhe convierem, sendo assegurada a **isenção de taxas** referentes aos itens abaixo relacionados, sem prejuízo das condições especificadas nas Resoluções e normativas do BACEN:

- manutenção de Conta Corrente;
- 01 (um) extrato mensal impresso;
- 02 (dois) extratos semanais (por mês) emitidos em terminal eletrônico
- transferência total ou parcial de crédito para outras instituições financeiras
- saques totais ou parciais dos créditos;



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

- renovação de cadastro;
- fornecimento de cartão magnético com a função DÉBITO;
- consultas de saldos e extratos ilimitadas na tela de terminal de auto-atendimento e pela internet.

3.7.3.1 Os servidores que optarem pela abertura de conta corrente (comum ou especial) junto à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ficarão sujeitos à cobrança das respectivas tarifas/taxas pelos produtos/serviços disponibilizados, em valores limitados aos praticados para todos os demais correntistas da instituição financeira, de acordo com as características do tipo de conta e de serviços em que o servidor se enquadra.

3.7.4 Para os servidores que recebem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não será cobrada qualquer tarifa/taxa de produtos/serviços ou encargos de qualquer natureza.

3.7.4.1 O Município não realizará o pagamento dos servidores municipais por intermédio da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA enquanto não concluídos a abertura de todas as contas.

3.7.5 Será concedido à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA o direito de disponibilizar aos servidores municipais empréstimos em consignação na folha de pagamento, em conformidade com a legislação própria.

3.7.5.1 As taxas de juros a serem praticadas para os empréstimos em consignação serão negociadas, objetivando o estabelecimento de taxas de juros mais benéficas.

3.7.6 Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores municipais, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, gratificação natalina (13º salário), férias e demais créditos originários da relação entre o servidor, a Prefeitura e os demais órgãos da Administração Direta.

3.7.7 O Município enviará a relação nominal dos servidores com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data do crédito, no caso de pagamento mensal.

3.7.8 O Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros com antecedência de 01 (um) dia útil, ou seja, em D-1.

3.7.9 Pirâmide Salarial (valor e quantidade de servidores por faixa salarial):

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

| Faixa Salarial em R\$ | Nº. de Servidores | Valor Bruto em R\$ |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------------|
| Entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 | 76 | R\$ 130.129,47 |
| Entre R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00 | 117 | R\$ 288.091,73 |
| Entre R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00 | 102 | R\$ 364.168,92 |
| Acima de R\$ 4.000,01 | 164 | R\$ 983.095,17 |
| Total | 459 | R\$ 1.765.485,29 |

3.7.9.1 Valor da folha de pagamento (base OUTUBRO 2024);

Valor bruto: R\$ 1.765.485,29 (Um milhão setecentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

3.7.10 Em relação ao número de servidores acima informados, este poderá variar durante o período contratual.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

3.7.11 O Município estará isento da cobrança de tarifas referente ao objeto licitado para os créditos efetuados em contas-salários ou contas correntes abertas pelos servidores e fornecedores na(s) agência (as) do licitante vencedor do certame.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratado pagará ao Contratante os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

5. DO REAJUSTE.

5.1 Não se aplica

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas Decreto Municipal n.º 010/2023.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no Decreto Municipal n.º 010/2023.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante. **Gestor:** Secretária de Administração **IRENE APARECIDAD SCHMOELLER**. **Fiscais:** **JOANA LUCIANA SILVA DE ANDRADE** matrícula nº 9997227 e **PAULO HENRIQUE RENZI**, matrícula nº 9997235 conforme portaria Nº 19/2024.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os serviços deverão ser realizados na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 Uma vez que o objeto da licitação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, não haverá previsões orçamentárias.

8.2. A instituição financeira responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços de pagamento da folha de pessoal do Município de Santa Maria do Oeste - PR.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de XXXX, contados de __/__/__ a __/__/__.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.8.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.8.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

10.2.6 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.7 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3 Prestar informações quando acionados pelos os órgãos de controle da Administração Pública e do contratante.

10.4 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5 Prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais fatos ou atos noticiados que o envolvam, independente de solicitação.

10.6 Responsabilizar-se pela divulgação de dados pessoais não expressamente autorizada pelo contratante, ou pelo uso indevido de qualquer informação relativa ao objeto do contrato.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento a ser feito pela instituição financeira, conforme valor ofertado na licitação deverá ser efetuado em **05 (cinco) parcelas**, sendo a primeira no prazo máximo de **10 (Dez)** dias úteis contados a partir da data da assinatura do contrato.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Conforme o Item 12 do Edital e 14 do contrato e subsequentes há previsão expressa de sanções administrativas pelo eventual inadimplemento, por tanto, dispensável a garantia, uma vez que o contrato não cumprido, sofrerá as sanções previstas.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS.

13.1 Não se aplica

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

- 17.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
- 17.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
- 17.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
- 17.7** O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
- 17.8** O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 17.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
- 17.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 17.11** Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
- 17.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabeleceu a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD.
- 17.13** O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
- 17.14** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.
- 17.15** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
- 17.16** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 010/2023 e demais leis municipais, estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pitanga – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

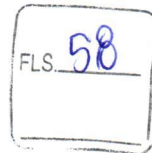
Representante Legal



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495



ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 101/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2024

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/21, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR", de acordo com as demais especificações do edital e anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 10 de dezembro de 2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 10 de dezembro de 2024.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h15min do dia 10 de dezembro de 2024.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"

VALOR MAXIMO: R\$ 51.000,00(Cinquenta e um mil reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Lance Por Item.

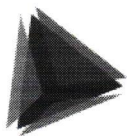
- AQUISIÇÃO DO EDITAL

O presente Edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua José de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste PR, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Informações: (42) 9 9841-0495
pmsmolicitacao@yahoo.com.br

Santa Maria do Oeste PR, 21 de novembro de 2024.


MILÍCIO VICENTE STROHER
Pregoeiro
Portaria n° 020/2024



[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais

Entidade Executora MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE

Ano* 2024

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade* 60

Modalidade* Pregão

Número edital/processo* 101/2024

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

Instituição Financeira

Contrato de Empréstimo

Descrição Resumida do Objeto* "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR".

Forma de Avaliação Maior Lance ou Oferta

Dotação Orçamentária* 0400404122040120143390390000

Preço máximo/Referência de preço - R\$* 51.000,00

Data de Lançamento do Edital 21/11/2024

Data da Abertura das Propostas 10/12/2024

Data Registro 21/11/2024

NOVA Data da Abertura das Propostas

Data Registro

Data de Lançamento do Edital

Data da Abertura das Propostas

Há itens exclusivos para EPP/ME? Não

Há cota de participação para EPP/ME? Não

Percentual de participação: 0,00

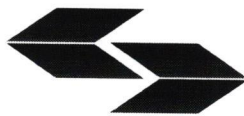
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não

Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? Não

Data Cancelamento

Editar

Excluir

**BLL COMPRAS**

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 60/2024**Nº PROC. ADM. 101/2024**

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, de acordo com a regulamentação CONFORME EDITAL realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por MILICIO VICENTE STROHER e tendo como autoridade OSCAR DELGADO.

PUBLICAÇÃO: 21/11/2024 15:44**INÍCIO REC. PROPOSTA:** 22/11/2024 08:00**FIM REC. PROPOSTA:** 10/12/2024 09:00**INÍCIO DISPUTA:** 10/12/2024 09:15**TIPO DE LANCE:** MAIOR LANCE**TIPO ENCERRAMENTO:** ABERTO**EXCLUSIVO ME:** NÃO**VALOR TOTAL DO PROCESSO:** R\$ 51.000,0000

OBJETO DO PROCESSO

"CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR"

Para demais informações contato via e-mail: pmsmo@yahoo.com.br, telefone: 4236441359 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DqWMoVRJosz4Pb3VRZt828jgakCZYOchsfiBGeYkFuFkMPp8oFcAgfB0BUgwk1GGx2vcH0vGVbCndosDEVbHN9AZ9j_zv9K5SpJN0%2FVFXHBA%3D

MILICIO VICENTE STROHER

SANTA MARIA DO OESTE-PR - 21/11/2024



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 101/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2024

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/21, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR”, de acordo com as demais especificações do edital e anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 10 de dezembro de 2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 10 de dezembro de 2024.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h15min do dia 10 de dezembro de 2024.

LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado no link – licitações”

VALOR MAXIMO: R\$ 51.000,00(Cinquenta e um mil reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Lance Por Item.

- AQUISIÇÃO DO EDITAL

O presente Edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua José de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste PR, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Informações: (42) 9 9841-0495
pmsmolitacao@yahoo.com.br

Santa Maria do Oeste PR, 21 de novembro de 2024.

MILICIO VICENTE STROHER

Pregoeiro
Portaria nº 020/2024

Publicado por:
Milicio Vicente Stroher
Código Identificador:F1E02144

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 22/11/2024. Edição 3158
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1137/1244

Ofício n.º 025/2024

Santa Maria do Oeste – Pr, 22 de Novembro de 2024

Prezado(a) Senhor(a):

Em atendimento ao contido na Lei Municipal n.º 326/2011, ora encaminhamos documentos referentes aos procedimentos licitatórios abaixo relacionados quais encontram-se disponíveis no Portal do Município <http://www.santamariadooeste.pr.gov.br>:

- PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2024

Sendo o que nos apresentava, reiteramos protestos de elevada estima e consideração e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


MILÍCIO VICENTE STROHER
Departamento de Licitação

Exmo. Senhor:
TIAGO VARIZA
Presidente da Câmara Municipal
Santa Maria do Oeste – Paraná

Recebi em 22.11.2024
às 9 horas e 50 min.
Reginaldo V. Silva

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2024
Processo Administrativo Nº 101/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER
Data de Publicação: 21/11/2024 15:44:37

LOTE 1

| Item: 1 | Quant.: 1 | Unidade: UNIDADE | Val. Ref.: 51.000,00 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|------------------|----------------------|
| Descrição: SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR.SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | | | |
| Autor | Marca/Modelo | Valor | |
| PARTICIPANTE 430 | Serviço | 51.000,00 | |

**MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR**

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2024
Processo Administrativo Nº 101/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER
Data de Publicação: 21/11/2024 15:44:37

LOTE 1

Val. Ref.: 51.000,00

Item: 1

Quant.: 1

Unidade: UNIDADE

Descrição: SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO.

Autor

COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP

Marca/Modelo

Serviço

Valor

51.000,00

DOCUMENTOS ANEXADOS

**MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR**

**COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAS DO PARANA E
NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP**

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** 09 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Conforme o Edital)

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/3e5ea560b72e49ab8f4321e9ac295546.7z>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social)

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/8ad5b72597ee42408467c249b5c8086d.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Cadastro de CNPJ

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/3fe1b1c45a8945ae8a5aaffa783507f8.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/4243e14ac3ee42c797e9eaa355956f1d.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/d4427891b25a4da1813712f1b3dd1be6.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/f032c9bb01b34b7ea41b2a178a1c8db7.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/9d4043950b3542929157167ac1208ad3.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/05b850a88a0a474a99855d86be8970e0.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Certidão Negativa de Falência ou Concordata

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/0fa6e0fa8b5f44b8b80fdc29607f92fe.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Certidão Simplificada da Junta Comercial

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/cd17abd344f44896b3df33db1b15a4fb.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/6d16a97da2a94f568928df3802df2839.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Declaração de Idoneidade

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/f12fff15e37f4dc7971ce4f794c648ee.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/698a980a17c44eda803754136164cae7.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Declaração de inexistência de parentes

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/248cb05435b8423bbc8e9bcf11f42098.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Declaração de não utilização de mão de obra infantil

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/3e9e558879b841c0b53ffd4be589517f.pdf>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Outros documentos

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/704c4e77461747fd8fa3f8c790cf136a.7z>

Horário: 06/12/2024 17:41 **Documento:** Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/365cc85bdc564e6c9c92000ea98194a2.pdf>

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR

RELATÓRIO DE LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2024
Processo Administrativo Nº 101/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER
Data de Publicação: 21/11/2024 15:44:37

LOTE 1 - LOTE 1

10/12/2024 09:17:07 COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E
INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAS DO PARANA E NOROESTE
AULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP
VÁLIDO 51,000.00

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2024
Processo Administrativo Nº 101/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER
Data de Publicação: 21/11/2024 15:44:37

MOVIMENTOS DO PROCESSO

06/12/2024 17:41:19 CADASTRO DE PROPOSTA COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS
10/12/2024 09:50:20 MENSAGEM PREGOEIRO
APÓS ANALISE VERIFICAMOS QUE A EMPRESA APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA CONFORME EXIGENCIAS
DO EDITAL.
10/12/2024 09:50:31 MENSAGEM PREGOEIRO
PORTANTO ENCONTRA-SE HABILITADA

LOTE 1 - ADJUDICADO
LOTE 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: Serviço Modelo:
Descrição: SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA
FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR.SERVIÇO BANCÁRIO
RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE
PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS
CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO.
Quantidade: 1 Valor Unit.: 51.000,00 Valor Total: 51.000,00

CLASSIFICAÇÃO

| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|---------------------------|-----|--------------------|----------------|--------------|---------|-----|
| 1 COOPERATIVA DE CREDITO, | 430 | 77.984.870/0001-77 | 51.000,00 | 51.000,00 | | Não |

DESCLASSIFICADOS

| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|

INABILITADOS

| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|

MOVIMENTOS DO LOTE

21/11/2024 15:44:37 PUBLICADO
22/11/2024 08:00:00 RECEPÇÃO DE PROPOSTAS
10/12/2024 09:00:00 ANÁLISE DE PROPOSTAS
10/12/2024 09:15:41 MENSAGEM PREGOEIRO
BOM DIA
10/12/2024 09:16:45 MENSAGEM PREGOEIRO
OBRIGADO POR PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO. LEMBRANDO SEMPRE OFERTAR LANCES E PRODUTOS/SERVIÇOS
CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
10/12/2024 09:16:58 MENSAGEM PREGOEIRO
DESEJO UM ÓTIMO CERTAME.
10/12/2024 09:17:07 DISPUTA
10/12/2024 09:17:07 LANCE COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS 51.000,00

**MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR**

10/12/2024 09:19:39 **MENSAGEM** COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA
bom dia

10/12/2024 09:19:49 **MENSAGEM** PREGOEIRO
COMO SÓ TEM UMA LICITANTE, VAMOS NEGOCIAR O VALOR JA DURANTE ESTA FASE

10/12/2024 09:20:15 **MENSAGEM** PREGOEIRO
PROPOMOS R\$ 70.000,00

10/12/2024 09:22:27 **MENSAGEM** COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA
Mantemos a proposta atual

10/12/2024 09:23:13 **MENSAGEM** PREGOEIRO
ENTÃO R\$ 60.000,00, VAMOS MELHORAR UM POUCO PELO MENOS

10/12/2024 09:26:15 **MENSAGEM** PREGOEIRO
ARREDONDAMOS PARA R\$ 55.000,00/

0/12/2024 09:27:08 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP

10/12/2024 09:27:08 **HABILITAÇÃO**

10/12/2024 09:27:31 **MENSAGEM** COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA
Vamos manter o lance inicial

10/12/2024 09:28:31 **MENSAGEM** PREGOEIRO
A LICITANTE VAI MELHORAR PARA R\$ 55.000,00 OU VAI MANTER O VALOR?


10/12/2024 09:29:03 **MENSAGEM** COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA
Vamos manter o valor

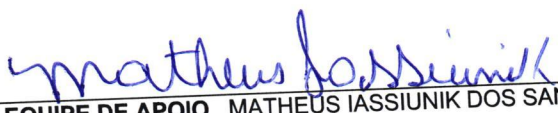
10/12/2024 09:29:23 **MENSAGEM** PREGOEIRO
OK VAMOS ANALISAR A DOCUMENTAÇÃO E RETORNAREMOS ÀS 9:45HS

10/12/2024 09:50:58 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

10/12/2024 10:05:58 **EM ADJUDICAÇÃO**

10/12/2024 10:25:34 **ADJUDICADO**


PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER


MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS


MEMBRO DE APOIO DANIEL TOMEN

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2024
Processo Administrativo Nº 101/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER
Data de Publicação: 21/11/2024 15:44:37

TOTAL DO PROCESSO: 51.000,00

COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E
INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAS DO PARANA E
NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS
PR/SP

77.984.870/0001-77

51.000,00

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 430 Lance: 51.000,00 Total: 51.000,00

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: Serviço Modelo:

Descrição: SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO.

Quantidade: 1 Val. Ref.: 51.000,00 Valor Unit.: 51.000,00 Total Item: 51.000,00


PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER


MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS


MEMBRO DE APOIO DANIEL TOMEN

**COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP**

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

I. DATA, HORA, LOCAL: Aos vinte dias do mês de março do ano de 2021, às 10 (dez) horas, realizada na modalidade digital, transmitida da sede da Cooperativa, localizada na Rua das Flores, 506, bairro Conradinho, na cidade de Guarapuava/PR, utilizando a Ferramenta Pertencer, acessada pelo site www.sicredi.com.br/assembleiadigital, com a manifestação e voto dos delegados, mediante participação remota.

A gravação integral do ato está armazenada na sede da Cooperativa.

A realização da Assembleia em formato digital deu-se em face da recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades competentes para evitar aglomerações, garantindo a segurança e saúde de nossos delegados e colaboradores, e a modalidade está amparada pelo Estatuto Social, no art. 43-A na Lei 5764/71 e na Instrução Normativa DREI n.º 81, de 10 de junho de 2020.

II. PRESENÇAS: Certifica-se que estiveram presentes 52 (cinquenta e dois) delegados (entre efetivos e suplentes), conectados digitalmente na Ferramenta Pertencer, realizando-se a Assembleia em 3ª (terceira) convocação, com a presença de 26 (vinte e seis) delegados aptos a votar.

TOTAL DE DELEGADOS DA COOPERATIVA: 26 (vinte e seis).

III. CONVOCAÇÃO: A Assembleia foi convocada na forma do que dispõem os artigos 38, §§ 1º e 2º da Lei n.º 5.764/71, e 14, § 2º do Estatuto Social.

Edital de Convocação: Transcrito abaixo.

Data da publicação: 05/03/2021 Jornais: Correio do Cidadão, página 14 na cidade de Guarapuava/PR e A Cidade, página 5 na cidade de Votuporanga/SP.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA –
SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP
CNPJ n.º 77.984.870/0001-77
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

O Presidente da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 do Estatuto Social, convoca os delegados de núcleo, que nesta data somam 26 (vinte e seis), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA, a ser realizada no dia vinte de março de 2021, às 8 (oito) horas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, em segunda convocação, às 9 (nove) horas, com a presença da metade dos delegados mais um, e, em terceira e última convocação, às 10 (dez) horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados. A Assembleia será realizada na modalidade **digital**, transmitida da sede da Cooperativa, localizada na Rua das Flores, n.º 506, Bairro Conradinho, nesta cidade, para todos os delegados, simultaneamente, utilizando a Ferramenta Pertencer* acessada pelo site www.sicredi.com.br/assembleiadigital, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Reforma e consolidação do Estatuto Social da Cooperativa compreendendo, em especial, os seguintes dispositivos:

- a) Art. 10, IV - adequação de redação;
- b) Art. 11, § 1º - adequação de redação;
- c) Art. 41, § 2º - adequação de redação.

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 compreendendo:

- a) relatório da gestão;
- b) balanço dos dois semestres do correspondente exercício;
- c) demonstrativo do resultado;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

- d) parecer da auditoria;
- e) parecer do Conselho Fiscal.
- 2. Destinação do resultado.
- 3. Eleição dos componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- 4. Fixação do valor dos honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável e Retenção de Longo Prazo para o Presidente e das cédulas de presença/honorários para Vice-Presidente e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- 5. Destinação **e/ou** Ratificação da destinação dos recursos advindos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.
- 6. Atualização da Política de Conformidade e da Norma de Auditoria Interna.
- 7. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

Guarapuava, 05 de março de 2021.

Adilson Primo Fiorentin
Presidente

OBSERVAÇÕES:

- 1 A Assembleia se realizará em formato **DIGITAL**, com base no art. 43-A da Lei 5764/71, bem como na Instrução Normativa DREI n.º 81, de 10 de junho de 2020, e em razão de medidas de proteção a saúde pública, tendo em vista as recomendações emitidas pelas autoridades competentes para evitar aglomerações, garantindo a segurança e saúde de nossos associados e colaboradores.
- 2 ***Instruções para participação e votação na videoconferência na data e horário indicado:** Serão disponibilizados aos Delegados as instruções e o *link* de acesso à Assembleia Geral, através de e-mail ou WhatsApp, acessível através de navegador ou aplicativo de smartphone compatível com os sistemas IOS e Android. Os mecanismos utilizados permitirão aos Delegados que se identifiquem, assim como exerçam seu direito a voz e voto, mediante atuação remota através de áudio, vídeo e chat, em tempo

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DE DELEGADOS

real. Para acesso basta clicar no *link* e preencher sua identificação, oportunidade em que será admitido seu ingresso na Assembleia.

3 A Assembleia será gravada eletronicamente.

4 A minuta do Estatuto Social encontra-se disponível nas agências da cooperativa.

IV. COMPOSIÇÃO DA MESA:

Presidente: Sr. Adilson Primo Fiorentin.

Vice-Presidente e Secretário dos Trabalhos: Sr. Conrado Ernesto Rickli.

Diretores: Srs. Valmir Dzivielevski, Paulo Diego Breancini e Eric Ranulfo Martins.

V. DELIBERAÇÕES:

EM REGIME EXTRAORDINÁRIO

Reforma ampla e geral e consolidação do Estatuto Social da Cooperativa compreendendo, em especial, os seguintes dispositivos:

O Presidente apresentou as adequações a serem realizadas, onde os itens abaixo citados passam a ter a seguinte redação:

a) Art. 10. A eliminação do associado será decidida pelo Conselho de Administração da Cooperativa e o motivo deverá constar em seus registros, em virtude de:

IV - prática de atos que caracterizem gestão temerária ou fraudulenta, enquanto conselheiro de administração, fiscal ou diretor.

b) Art. 11. A exclusão do quadro social ocorre por:

§1º A alteração das condições de admissão posterior à associação não será considerada como perda de requisito estatutário de ingresso ou permanência na Cooperativa.

c) Art. 41. Entre outras atribuições decorrentes da legislação, deste Estatuto e dos normativos sistêmicos, compete ao Conselho Fiscal:

§ 2º A Cooperativa, por meio de seus órgãos sociais, em conjunto ou isoladamente, desde já aqui autorizados, tomará prontamente as medidas

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

cabíveis, inclusive no âmbito judicial, para promover a responsabilização dos conselheiros e diretores pelos prejuízos causados na forma do parágrafo anterior.

Após os esclarecimentos, o Estatuto Social foi aprovado por unanimidade da assembleia, o qual é parte integrante da presente ata.

EM REGIME ORDINÁRIO

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O Presidente da Cooperativa, Sr. Adilson Primo Fiorentin, fez um breve relato das ações e dos números do Sicredi em nível nacional, destacando o número de associados, pontos de atendimento, operações de crédito e volume de recursos. Apresentou os números da Cooperativa, fazendo um comparativo entre os anos de 2018, 2019 e 2020. Relatou, também, as principais atividades desenvolvidas pela Cooperativa no ano de 2020 e as conquistas do Sistema neste exercício. Apresentou o Balanço Patrimonial do ano de 2020 bem como a destinação do Fundo de Expansão no valor de R\$ 2.432.742,64, recuperado de prejuízos em anos anteriores utilizado para alavancagem de novas agências.

Em seguida o Sr. Paulo Diego Breancini apresentou o Parecer da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, favoráveis a aprovação do Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Resultados do ano de 2020.

Após o Sr. Adilson Primo Fiorentin fez a apresentação da Demonstração do Resultado, das Notas Explicativas e demais documentos comprobatórios do semestre/exercício financeiro encerrado em 2020.

Prestados os devidos esclarecimentos, a unanimidade dos delegados aprovou o presente item.

2. Destinação dos resultados.

O Sr. Adilson Primo Fiorentin, informou que a Cooperativa registrou resultado positivo no valor de R\$ 14.599.629,82 (quatorze milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos), com pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.217.022,50 (um

mo
m

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

milhão, duzentos e dezessete mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos), sendo destinado, conforme disposição estatutária, ao Fundo de Reserva, o valor de R\$ 9.367.825,12 (nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e doze centavos) e ao FATES, o valor de R\$ 669.130,37 (seiscentos e sessenta e nove mil, cento e trinta reais e trinta e sete centavos).

Em seguida, a Assembleia, por unanimidade, se manifestou no sentido de que, após as destinações estatutárias, das sobras remanescentes, no valor de R\$ 3.345.651,83 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos), R\$ 745.651,83 (setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos), devem ser transformadas em quotas-partes de capital dos associados, proporcionalmente às operações por eles realizadas no exercício de 2020, cujos valores serão distribuídos até 30 de abril de 2021, considerando os seguintes critérios: 5% (cinco por cento) sobre a movimentação de depósito à vista, 20% (vinte por cento) sobre conta poupança, 20% (vinte por cento) crédito comercial, 5% (cinco por cento) crédito rural, 25% (vinte e cinco por cento) sobre depósito a prazo, 5% (cinco por cento) cartão de crédito, 5% (cinco por cento) seguros, 5% (cinco por cento) fundos, 5% (cinco por cento) LCA e 5% (cinco por cento) aplicações automáticas, e R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) sendo destinados, conforme disposição estatutária, ao Fundo para Expansão/Desenvolvimento de Agências, para fins de suportar o nível de alavancagem e de custeios necessários ao cumprimento dos objetivos da Cooperativa.

3. Eleição dos componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal

O Presidente da Assembleia lembrou aos candidatos que, segundo a Resolução nº. 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional, o exercício do cargo de administrador em cooperativa de crédito requer capacitação técnica de seu postulante, requisito medido ou por experiência na área ou pela formação acadêmica.

Feita a apresentação dos candidatos para compor o Conselho de Administração da Cooperativa até a Assembleia Geral Ordinária de 2025 e para o Conselho Fiscal até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, e das suas propostas para a gestão e fiscalização, respectivamente, da Cooperativa, a Assembleia em votação

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

por aclamação, elegeu, por unanimidade os seguintes membros para compor cada colegiado:

3.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração, Sr. Fabio Peterlini, brasileiro, administrador, casado em regime de separação total de bens, CPF 015.994.729-45, Carteira de Identidade nº. 6.199.768-7, órgão expedidor - PR, residente na Rua Dezesete de Julho, nº. 1975, bairro Santa Cruz, na cidade de Guarapuava – PR, CEP: 85015-010;

Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Olacir Borgert, brasileiro, administrador, solteiro, CPF 964.543.349-53, Carteira de Identidade nº. 4.989.196-2, órgão expedidor - PR, residente em Rua Sergipe, n.º846, bairro Centro, na cidade de Manoel Ribas – PR, CEP: 85260-000;

Conselheiros:

Sr(a). Adriane Thives Araujo de Azevedo, brasileira, produtora agropecuária, casada em regime de separação total de bens, CPF 966.334.769-49, Carteira de Identidade nº. 5.900.303-8, órgão expedidor - PR, residente em Rua do Escoteiro, n.º35, Bairro Santana, na cidade de Guarapuava – PR, CEP: 85070-060;

Sr(a). Elisandra Martins Portes, brasileira, administradora, casada em regime de comunhão parcial de bens, CPF 020.277.099-08, Carteira de Identidade nº. 5.826.585-3, órgão expedidor - PR, residente em Rua Rui Barbosa, n.º341, Bairro Centro, na cidade de Pitanga – PR, CEP: 85200-000;

Sr. Lucas Simon, brasileiro, administrador, casado em regime de comunhão parcial de bens, CPF 062.066.049-00, Carteira de Identidade nº. 8.725.855-6, órgão expedidor - PR, residente em Rua Verci Grande, n.º75, Bairro Centro, na cidade de Santa Maria do Oeste – PR, CEP: 85230-000;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

Sr. Adauto Brandelero, brasileiro, produtor agropecuário, casado em regime de comunhão parcial de bens, CPF 926.089.309-72, Carteira de Identidade nº. 6.462.785-6, órgão expedidor - PR, residente em Colônia São Judas Tadeu, S/N, Zona Rural, na cidade de Cândói - PR, CEP: 85140-000;

Sr. Manfred Becker, brasileiro, produtor agropecuário, casado em regime de comunhão parcial de bens, CPF 590.900.229-53, Carteira de Identidade nº. 4.249.876-9, órgão expedidor - PR, residente em Avenida Nikolaus Lenau, n.º481, Colônia Samambaia, Entre Rios, na cidade de Guarapuava - PR, CEP: 85138-300;

3.2 CONSELHO FISCAL

Conselheiros efetivos:

Sr. Ari Schwans, brasileiro, professor, casado em regime de separação total de bens, CPF 639.007.349-68, Carteira de Identidade nº. 4.491.839-0, órgão expedidor - PR, residente em Rodovia PR-170, KM 8, na cidade de Guarapuava - PR, CEP: 85023-060;

Sr. Marcelo Krachinski Galvão, brasileiro, contador, casado em regime de comunhão parcial de bens, CPF 672.740.999-49, Carteira de Identidade nº. 4.513.376-1, órgão expedidor - PR, residente em Rua Professor Becker, n.º2944, bairro Santa Cruz, na cidade de Guarapuava - PR, CEP: 85015-230;

Sr. Marcos Storti, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado em regime de comunhão parcial de bens, CPF 289.987.478-04, Carteira de Identidade nº. 6.959.564-2, órgão expedidor - PR, residente em Rua Tiradentes, n.º231, Bairro Centro, na cidade de Pitanga - PR, CEP: 85200-000;

Conselheiros suplentes:

Sr. Ricardo Berté, 1º suplente, brasileiro, administrador, solteiro, CPF 008.413.329-59, Carteira de Identidade nº. 3.807.101-0, órgão expedidor - PR,

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

residente em Rua Expedicionário Amarílio Lima, S/N, Bairro Caldas, na cidade de
Pinhão - PR, CEP: 85170-000;

Sr. Max Ronaldo Scheiffer, 2º suplente, brasileiro, produtor agropecuário, casado
em regime de comunhão parcial de bens, CPF 005.709.879-46, Carteira de
Identidade nº. 8.264.648-5, órgão expedidor - PR, residente em Comunidade
Faxinal dos Rodrigues, Zona Rural, na cidade de Turvo - PR, CEP: 85150-000;

Sr. Ademir Pires Barandrecht, 3º suplente, brasileiro, administrador, casado em
regime de comunhão parcial de bens, CPF 726.584.109-30, Carteira de
Identidade nº. 6.113.718-1, órgão expedidor - PR, residente em Rua Domingos
Caetano do Amaral, n.º128, Bairro Batel, na cidade de Guarapuava - PR, CEP:
85015-354;

3.3 POSSE

O Presidente da Assembleia declarou eleitos os novos componentes do Conselho
de Administração e Fiscal, e informou à Assembleia que a posse depende da
homologação dos nomes pelo Banco Central do Brasil, na forma do art. 1º, "caput"
do Regulamento Anexo II da Resolução CMN/BACEN nº 4.122.

3.4 MANDATO

Os membros eleitos para composição do Conselho de Administração exercerão
seus cargos até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, podendo o exercício
estender-se até a posse dos substitutos, e os membros eleitos para o Conselho
Fiscal, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, podendo o exercício estender-
se até a posse dos substitutos.

3.5 DECLARAÇÃO

Os eleitos aos órgãos de administração e fiscal declararam, sob as penas da lei,
que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam
de exercer a atividade mercantil, nem nas vedações estabelecidas nos arts. 51 e
56 da Lei 5.764/71.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DE DELEGADOS

4. Fixação do valor dos honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável e Retenção de Longo Prazo para o Presidente e das cédulas de presença/honorários para Vice-Presidente e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Conforme Política Sistêmica de Remuneração para estatutários das filiadas à Central PR/SP/RJ e considerando que a cooperativa está enquadrada no porte III, após dirimidas as dúvidas, assembleia, por unanimidade, aprovou e definiu:

a) Honorários do Presidente - Ao Presidente será pago, mensalmente, o valor de R\$ 36.536,26 (trinta e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos), de honorários que serão reajustados no mesmo mês e mesmo índice de correção dos colaboradores, em 2021 inclusive.

Perceberá, uma gratificação no ano, correspondente ao valor dos honorários mensais fixos, devendo ser pago 50% no mês de maio e 50% no mês de dezembro.

O Presidente terá direito ao recebimento de 11 múltiplos de remuneração variável, a ser pago conforme política aprovada pela Central PR/SP/RJ.

Terá direito ao recebimento de 3 (três) múltiplos líquidos de retenção de longo prazo - RLP, a ser pago conforme política aprovada pela Central PR/SP/RJ.

A quantidade de múltiplos de remuneração variável e RLP poderá ultrapassar o limitador em no máximo 20% (vinte por cento) caso haja o atingimento superior das métricas definidas na política aprovada.

Terá direito aos benefícios adicionais previstos na Política de Benefícios Sicredi, válido para os colaboradores, bem como Plano de Previdência Privada equivalente ao percentual de 8,33% dos honorários, recolhidos mensalmente, sobre os valores pagos. Terá, também, direito a utilização do carro da cooperativa.

b) Honorários do Vice-Presidente - Para o Vice-Presidente será pago, mensalmente, o valor de R\$ 7.309,22 (sete mil, trezentos e nove reais e vinte e dois centavos), totalizando 12 (doze) honorários anuais, que serão reajustados no mesmo mês e mesmo índice de correção dos colaboradores, em 2021 inclusive.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DE DELEGADOS

Terá direito ao Plano de Previdência Privada equivalente ao percentual de 8,33% dos honorários, recolhidos mensalmente, sobre os valores pagos.

c) Cédulas Mensais dos Conselheiros – Para os Conselheiros Fiscais e de Administração serão pagas cédulas mensais, a título ressarcitório, no valor de R\$ 2.228,25 (dois mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), que serão reajustados no mesmo mês e mesmo índice de correção dos colaboradores, em 2021 inclusive.

Vigência do pagamento – Os itens ora aprovados serão aplicados a partir da posse dos eleitos nesta assembleia, observados os prazos e rotinas de folha de pagamento.

5. Destinação e/ou Ratificação da destinação dos recursos advindos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

A Assembleia decidiu, por unanimidade que os recursos do FATES referente ao exercício 2020 devem ser destinados aos programas sociais, educacionais e cursos técnicos da seguinte forma: Programa União Faz a Vida, Programas Crescer e Pertencer, Treinamentos e Formação para Colaboradores, Dirigentes, Diretores e Conselheiros, Palestras e eventos com associados, viagens técnicas para Dirigentes, Diretores e Conselheiros, Assembleias de Núcleos e Assembleia de Delegados.

6. Atualização da Política de Conformidade e da Norma de Auditoria Interna.

O Presidente apresentou as modificações introduzidas na Política de Conformidade e na Norma de Auditoria Interna.

A atualização promovida na Política de Conformidade tem por objetivo adequá-la ao Programa de Compliance da instituição. As alterações consistem em: deixar claro o conceito de risco de conformidade; inserir diretrizes de compliance mais robustas buscando garantir a conformidade com os requisitos legais, regulatórios, autorregulatórios e normativos internos; previsão dos três pilares norteadores do

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-300
TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

Programa de Compliance; introduzir redação que facilita a compreensão das responsabilidades do Conselho de Administração de todas as Entidades, da Diretoria Executiva de todas as Entidades, das áreas responsáveis por auditoria e por riscos e controles internos de todas as Entidades e das áreas responsáveis por compliance no sistema Sicredi; também inclui na base regulatória importantes legislações e decreto ao tema conformidade.

A alteração da Norma de Auditoria Interna objetiva a simplificação do instrumento para deixá-lo aderente aos demais Normativos Internos do Sicredi. Devido as constantes mudanças que permeiam os processos de auditoria interna, entende-se mais apropriados que as regras consideradas de caráter operacional constem em Manuais Internos, mantendo na Norma de Auditoria Interna exclusivamente o foco estratégico.

Na sequência, colocada a matéria em votação, os delegados presentes e aptos a votar aprovaram por unanimidade, a Política de Conformidade e a Norma de Auditoria Interna, documentos que permanecem à disposição dos associados na sede da Cooperativa.

7. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

Foi apresentada a Assembleia a retrospectiva das ações realizadas pela cooperativa nos últimos quatro anos, onde o Presidente explanou sobre as evoluções ocorridas neste período.

Em seguida, questionou aos associados se teriam algum assunto de interesse coletivo, porém não houveram manifestações.

VI. DECLARAÇÃO:

O Presidente da Assembleia e o Secretário dos Trabalhos, declaram que a presente Assembleia digital atende todos os requisitos para a sua realização, especialmente os previstos na Instrução Normativa DREI n.º 81, de 10 de junho de 2020.

Por fim, certificam a presença dos seguintes delegados (efetivos e suplentes):

ADAUTO BRANDELERO

ADEMIR PIRES BARANDRECHT

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-
300 TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

ADILSON JOSE DOS SANTOS
ALCEONE IANSE
ALVANI APARECIDA LIMA PEREIRA
ANDERSON MOREIRA SOUZA
ANDRE LUIS DE CAMPOS
ANGELA APARECIDA LOURENCO
ANGELO BRANDELERO
ARNALDO LANGE
CICERO TULIO ARAUJO
CLAUDINEI BOEING
CLAUDIO ROBERTO ROSSETE
DENISE DE RAMOS
DEUCELIA CARMEM REKSUA
DJALMA MATOSO BIM
EDNA BOEING
ELIAKIN ROBERTO DO CARMO
ELIANE APARECIDA SUREKI BRUKALO
ELSO MAXIMOWSKI
EUNICE MARIA SCHEIS KELLER
FABIO LEAL DE SOUZA
FERNANDO FRANCO
FERNANDO MIS
GILMAR BECKER
ISRAEL DUPCKI CARDOZO
JOAO GUELI DE OLIVEIRA
JOEL APARECIDO DE ABREU
JOSELIO FERREIRA PRATES
JOSUE DE MATTOS ALMEIDA
JULIANA HAMMEL RICKLI
LEONIR MENEGAZZO
LUIZ VITOR BONA
LUZIANE GIORDANI
MARCIA APARECIDA CARVALHO

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-
300 TELEFONE: (42) 3035-9000

ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DE DELEGADOS

MARCIO JOSE CARVALHO
MARCIO RICARDO VITOR
MARCO ANTONIO BENSIMON GOMES
MARCOS GENILTON CORREA
MAURO KRUG
MELIZA DANIELI BLAKA SCHIMANSKI
MERYLISA FURLAN CARRARO
NATALINA VANZEI
NELSON SEHNEM
PEDRO MATCHULA
SILVONEI CASSIANO FUSVERKI
SUZANA PEREIRA GELINSKI
TEREZINHA SEGURO KORCHAK HEY
VALDECIR PEDRO ZART
WANDERLEY MUSIAL JUNIOR
WELTON VANZEI TEIXEIRA
WILSON MARQUES DA SILVA

NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO, O PRESIDENTE SR. ADILSON
PRIMO FIORENTIN, ENCERROU ESTA ASSEMBLEIA

VII. ASSINATURAS NO LIVRO DE ATAS:

Presidente, Sr. Adilson Primo Fiorentin

Vice-Presidente, Sr. Conrado Ernesto Rickli

Comissão designada: Srs. Eliane Aparecida Sureki Brukalo, Elso Maximowski,
Eunice Maria Scheis Keller, Luziane Giordani e Valdecir Pedro Zart.

DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE A PRESENTE ATA É CÓPIA
FIEL E AUTÊNTICA DA QUE SE ENCONTRA LAVRADA NO LIVRO DE ATAS
DE ASSEMBLEIAS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E
INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE
PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE N°.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR. CEP: 85.045-
300 TELEFONE: (42) 3035-9000

**ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DE DELEGADOS**

Guarapuava/PR, 20 de março de 2021.

Adilson Primo Fiorentin
Presidente

Conrado Ernesto Rickli
Vice-Presidente



**COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP**

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

ESTATUTO SOCIAL

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E
INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE
PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP**

CAPÍTULO I

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO DE
DURAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO SICREDI**

Seção I

Denominação, Sede, Foro, Área de Ação e Prazo de Duração

Art. 1º A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista – Sicredi Planalto das Águas PR/SP, constituída na Assembleia geral de 10 de Agosto de 1983, é uma instituição financeira, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos e de responsabilidade limitada, regida pela legislação vigente e por este Estatuto Social, tendo:

I – sede, administração e foro jurídico em Guarapuava, Rua das Flores, 506, Bairro Conradinho, CEP 85045-300, neste Estado do Paraná.

II – área de ação, sempre referendada pela Central Sicredi PR/SP/RJ, circunscrita aos seguintes municípios: Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Candói, Foz do Jordão, Guarapuava, Goioxim, Manoel Ribas, Nova Tebas, Palmital, Pinhão, Pitanga, Reserva do Iguaçu, Santa Maria do Oeste e Turvo no Estado do Paraná. Álvares Florence, Américo de Campos, Aparecida d'Oeste, Aspásia, Cardoso, Cosmorama, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Jales, Macaubal, Macedônia, Magda, Marinópolis, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Nhandeara, Nova Canaã Paulista, Ouroeste, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Parisi, Pedranópolis, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Riolandia, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara do Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste,

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Sebastianópolis do Sul, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia, Valentim Gentil, Vitória Brasil e Votuporanga no estado de São Paulo.

III - prazo de duração indeterminado.

Seção II

Integração ao Sicredi

Art. 2º A Sociedade, ao filiar-se à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ, doravante denominada "Central", integra, com esta e as demais filiadas, o Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo, regendo-se, também, pelos seus normativos.

§ 1º O Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi ou Sistema é o conjunto de Cooperativas de Crédito singulares, suas respectivas Cooperativas Centrais, a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (Confederação Sicredi), a Sicredi Participações S/A (SicrediPar), por e todas as pessoas jurídicas das quais essas participam direta ou indiretamente, a Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo (Fundação Sicredi) e a Sicredi Fundos Garantidores (SFG).

§ 2º A Cooperativa somente poderá desfiliar-se do Sicredi com autorização prévia de sua assembleia geral, asseguradas a participação e a manifestação da respectiva Central no conclave e nas assembleias de núcleo com os associados, das quais deve ser prévia e comprovadamente notificada.

§ 3º O ingresso e a permanência da Cooperativa no Sistema, bem como o uso da marca Sicredi, estão condicionados à observância, em especial:

I - das normas sistêmicas sobre o uso da marca, a participação em fundos garantidores e a implantação dos programas Crescer e Pertencer, de acordo com normativo próprio;

II - dos limites relativos à solidez patrimonial e de liquidez, nos termos da regulamentação oficial e de conformidade com os padrões internamente definidos pelo Sistema;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
 PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
 DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

III - da regulamentação oficial e normativos do próprio Sistema.

§ 4º O descumprimento de qualquer das exigências de que tratam os incisos I a III do parágrafo anterior resultará na aplicação de ações e sanções previstas no Regimento Interno do Sicredi (RIS), sem prejuízo da sujeição a outras sanções previstas em lei.

§ 5º A Central, sempre que entender necessário, implantará regime de cogestão na Cooperativa, em caráter temporário e mediante celebração de convênio, visando a assisti-la para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria sociedade ou da solidez e/ou imagem do Sistema Sicredi, nos termos da legislação em vigor e dos normativos internos.

§ 6º A filiação à Central importa, automaticamente, em solidariedade da Cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, em relação:

I - às obrigações pela participação no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;

II - às obrigações contraídas por movimentações na conta reservas bancárias, acessada por meio do Banco Sicredi, e a utilização de linhas de liquidez;

III - aos empréstimos contraídos pela Central e pelo Banco Sicredi, com a finalidade de financiar atividades dos associados da Cooperativa ou do conjunto das demais filiadas.

§ 7º A integração ao Sicredi implica, também, responsabilidade subsidiária da Cooperativa, em relação aos empréstimos mencionados no § 6º deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicredi.

§ 8º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a da própria Cooperativa, a que estiverem associados os beneficiários dos recursos e a da respectiva Central.

§ 9º A Central deverá supervisionar o funcionamento da filiada, com vistas ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor e também das normas próprias do Sicredi, podendo examinar livros e registros contábeis e outros papéis, documentos e informações/dados relacionados com as suas atividades, e manter à disposição do Banco Central do Brasil, ou mesmo encaminhar

mo

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

prontamente a este, se motivos graves ou urgentes o determinarem, os relatórios que decorrerem da verificação.

§ 10. A corresponsabilidade prevista nos § 6º e § 7º deste artigo, mais as contribuições financeiras destinadas aos fundos da Sicredi Fundos Garantidores, em conformidade com os normativos próprios, compõem sistema de garantias recíprocas.

§ 11. À Central Sicredi PR/SP/RJ como coordenadora das ações do Sistema em sua área de atuação, bem como à Confederação Sicredi, formada pelas cooperativas centrais integrantes do Sicredi, ficam outorgados poderes de representação, notadamente para tratativas junto a empresas e entidades, inclusive integrantes do próprio Sicredi, órgãos e autoridades governamentais.

§ 12. A expressão "legislação" compreende as leis, os decretos e as normas jurídicas reguladoras e complementares.

CAPÍTULO II

DO OBJETO SOCIAL

Art. 3º A Cooperativa tem como objeto social:

I - praticar as operações próprias de cooperativas de crédito, inclusive financiamento habitacional, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes;

II - propiciar aos seus associados, inclusive mediante convênio com entidade pública ou privada, nos termos da regulamentação vigente, o acesso a produtos de seguros, planos de previdência, consórcios, emissão e aquisição de cartões e outros meios de pagamento, compensação de cheques e outros papéis, crédito com recursos oficiais ou repassados por outras instituições financeiras, câmbio, poupança, fundos e clubes de investimento, e qualquer outro produto e serviço financeiro e não financeiro, não vedado pela legislação vigente;

III - desenvolver e implementar programas educacionais, de pesquisa, de ensino e de desenvolvimento institucional, dentre outros, que tenham como objeto a prática do cooperativismo, do empreendedorismo, da cidadania, do desenvolvimento sustentável e de outros valores universais.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Parágrafo único. Em todos os aspectos de suas atividades serão rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.

Art. 4º A Cooperativa pode, ainda, nos limites da legislação, regulamentação e das normas sistêmicas, participar do capital de outras empresas ou entidades do Sistema, assim como valer-se dos serviços da Central e das demais entidades integrantes do Sicredi, especialmente em relação àquelas atividades que possam ser organizadas em comum com o objetivo de ganho de escala.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS: COMPOSIÇÃO, CONDIÇÕES DE ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES, RESPONSABILIDADES E FORMAS DE DESLIGAMENTO

Seção I

Composição e Condições de Admissão

Art. 5º Podem ser associados da Cooperativa as pessoas que concordem com este Estatuto Social, preencham as condições aqui estabelecidas e sejam:

- I – pessoas físicas, que residam ou exerçam atividade na área de ação da Cooperativa;
- II – pessoas jurídicas estabelecidas na área de ação da Cooperativa, inclusive seus administradores e sócios;
- III - pessoas físicas que tenham vínculo com a cooperativa ou com algum de seus associados, independentemente do local onde residam ou exerçam atividade;
- IV - outras pessoas jurídicas que tenham vínculo com a cooperativa ou com algum de seus associados, independentemente do local onde estejam estabelecidas;
- V - pais, cônjuge ou companheiro (a), viúvo (a), filho (a), dependente legal de associado ou pensionista de associado falecido, independentemente do local onde residam ou exerçam atividade.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Para todos os tipos de cooperativas:

§ 1º O número de associados, salvo impossibilidade técnica de atendimento, é ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).

§ 2º Para adquirir a qualidade de associado, o (a) interessado (a) deverá propor a sua admissão, integralizar o número de quotas-partes mínimas previstas no § 2º do art. 12º e aceitar os direitos e obrigações decorrentes deste Estatuto.

§ 3º Não serão admitidos no quadro social da Cooperativa e nem nele poderão permanecer, além das hipóteses previstas na legislação:

I - aquele que possa exercer concorrência com a Cooperativa;

II - aquele que exercer atividades que contrariem os objetivos da Cooperativa ou que com eles colidam;

III - aquele que tenha perdido o vínculo de emprego com a Cooperativa por justa causa;

IV - aquele que deixar de efetuar pagamento de obrigações assumidas junto à Cooperativa por mais de 180 (cento e oitenta) dias;

V - aquele que causar prejuízos de qualquer natureza à Cooperativa ou ao Sicredi;

VI - aquele que deixar de operar com a Cooperativa, ou por meio dela, por mais de 180 dias;

VII - aquele que realizar movimentação de valores incompatível com sua capacidade financeira ou atividades declaradas, quando evidenciado;

VIII - aquele que prestar informações inconsistentes, ou inverídicas, inclusive por meio de documento público ou particular, ou omitir informações cadastrais e/ou outras que poderiam alterar as condições de associação;

IX - aquele que movimentar valores oriundos de atividades consideradas irregulares ou ilícitas, nos termos da legislação em vigor;

X - aquele que infringir obrigações contratuais de produtos e/ou serviços contratados no Sicredi;

XI - aquele que possuir informações cadastrais irregulares ou desatualizadas.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

§ 4º Podem, ainda, ser associados os pais, cônjuge ou companheiro (a), viúvo (a), filho (a), dependente legal de associado e pensionista de associado falecido, desde que demonstrem o vínculo com o associado da Cooperativa.

§ 5º Para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 5º, consideram-se vínculos as relações contratuais, societárias, trabalhistas, institucionais, associativas e de parentesco.

Seção II

Direitos

Art. 6º São direitos dos associados:

I - participar nas assembleias de núcleo e, por meio de delegados, nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que forem tratados;

II - votar e ser votado para cargos eletivos na Cooperativa, observadas as condições e requisitos estabelecidos na legislação aplicável, neste estatuto e nos normativos internos;

III - utilizar-se das operações e serviços oferecidos pela Cooperativa e/ou pelo Sistema, cuja remuneração e preços, quando não definidos em normas oficiais, são fixados de acordo com as regras aprovadas pela Cooperativa e/ou pelo Sistema;

IV - propor ao Conselho de Administração mudanças estatutárias e normativas internas, bem como a adoção de providências de interesse da Cooperativa ou do Sicredi, inclusive em decorrência de eventual irregularidade verificada na gestão da Sociedade ou de infração normativo-estatutária cometida por associado;

V - propor ao Conselho de Administração, previamente à publicação do edital de convocação da assembleia, mediante solicitação de 5% (cinco por cento) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, quaisquer assuntos de interesse da Sociedade para serem discutidos e deliberados em assembleia geral;

VI - ter acesso aos normativos internos da Cooperativa e do Sistema, aprovados em Assembleia Geral;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

VII - ter acesso, examinar e obter informações sobre as demonstrações financeiras do exercício a serem submetidas à assembleia geral;

VIII - demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.

Seção III

Deveres

Art. 7º São deveres dos associados:

I - cumprir as disposições legais deste Estatuto e os demais normativos internos do Sistema;

II - operar regularmente com a Cooperativa, cumprindo pontualmente as obrigações e demais compromissos assumidos com a Cooperativa ou por meio dela;

III - integralizar as quotas-partes de capital de acordo com o prazo de subscrição;

IV - preferencialmente, investir suas economias na Cooperativa e com ela realizar suas operações financeiras em geral;

V - não praticar, dentro e fora da Cooperativa, atividade que caracterize discriminação de qualquer ordem;

VI - manter, dentro da cooperativa e nos eventos por ela organizados, a neutralidade política e ter sempre em vista que a cooperação é de interesse comum, sobrepondo-se aos interesses individuais;

VII - manter atualizadas as informações cadastrais.

Parágrafo único. A demissão, a eliminação ou a exclusão do associado implica no vencimento antecipado de todas as suas obrigações contraídas com a Cooperativa ou com outras entidades integrantes do Sicredi, a critério da Cooperativa.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Seção IV

Responsabilidades

Art. 8º Os associados, sem embargo do disposto nos § 2º e § 3º deste artigo, respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes integralizadas e pelo valor dos prejuízos verificados nessas operações, proporcionalmente a sua participação, conforme fórmula de cálculo aprovada pela assembleia geral, perdurando a responsabilidade, mesmo nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a data em que forem aprovadas pela assembleia geral as contas do exercício em que se deu o desligamento.

§ 1º A responsabilidade dos associados, na forma da legislação aplicável, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a da Cooperativa, salvo nas hipóteses dos § 2º e § 3º seguintes.

§ 2º Os associados respondem solidariamente, até o limite do valor das quotas-partes subscritas, pelas obrigações contraídas pela Cooperativa em decorrência de sua participação no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis, incluindo os débitos na conta de Reservas Bancárias e os oriundos da utilização de linhas de liquidez.

§ 3º De forma ilimitada, com o seu patrimônio pessoal, responderão os associados que, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, causarem prejuízo material ou moral à Cooperativa.

Seção V

Formas de Desligamento

Subseção I

Demissão

Art. 9º A demissão do associado ocorre ao seu pedido e não poderá ser negada.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Subseção II

Eliminação

Art. 10. A eliminação do associado será decidida pelo Conselho de Administração da Cooperativa e o motivo deverá constar em seus registros, em virtude de:

I - infração à legislação em vigor ou ao Estatuto, quando não aplicável a sua exclusão;

II - se o associado deixar de cumprir pontualmente as obrigações e demais compromissos assumidos com a Cooperativa até 179 (cento e setenta e nove) dias;

III - infração aos normativos internos do Sicredi;

IV - prática de atos que caracterizem gestão temerária ou fraudulenta, enquanto conselheiro de administração, fiscal ou diretor.

§ 1º Poderão ser eliminados, também, a critério do Conselho de Administração, os associados que exercerem qualquer atividade prejudicial à Cooperativa, agirem com má-fé, abuso de direito ou com o intuito de prejudicar a Cooperativa;

§ 2º A eliminação será precedida de notificação ao associado para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente ao Conselho de Administração as razões que, no seu entender, desqualificam a infração ou o ato que fundamentou a notificação. O Conselho de Administração, em igual prazo ou na primeira reunião que se seguir, apreciará as razões apresentadas e comunicará ao associado a sua decisão, acolhendo as razões apresentadas ou eliminando-o do quadro social, na forma desta Subseção.

§ 3º A Cooperativa comunicará a eliminação ao associado com a indicação do motivo dentro de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, que poderá ser por meio físico ou eletrônico.

§ 4º O associado eliminado poderá interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação da eliminação, observado o art. 51 deste Estatuto, com efeito suspensivo à primeira assembleia geral que se realizar.

mo
m

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

§ 5º Quando algum conselheiro ou diretor incorrer no disposto no inciso III do *caput* deste artigo, o Conselho de Administração, após apuradas as infrações, que constarão de relatório específico, notificará o investigado/infrator, podendo suspendê-lo ou destituí-lo, conforme o caso, preventivamente das suas funções, enquanto perdurar a investigação, dando-lhe conhecimento das verificações feitas, para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente suas razões de defesa, as quais serão apreciadas pelo Conselho em igual prazo ou em sua próxima reunião.

§ 6º No caso do § 5º, o Conselho de Administração poderá solicitar informações complementares, fixando o prazo para sua apresentação, e, após análise destas, dependendo da gravidade da infração, poderá advertir o infrator, convocar reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre a eliminação ou assembleia geral para deliberar sobre a destituição, conforme o caso.

§ 7º A decisão pela eliminação do associado, excetuada a hipótese do § 6º deste artigo, poderá ser delegada para a Diretoria Executiva.

Subseção III

Exclusão

Art. 11. A exclusão do quadro social ocorre por:

I - Dissolução da pessoa jurídica;

II - Morte da pessoa física;

III - Perda da capacidade civil não suprida;

IV - Deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa previstos no art. 5º, § 3º, deste Estatuto.

§ 1º A alteração das condições de admissão posterior à associação não será considerada como perda de requisito estatutário de ingresso ou permanência na Cooperativa.

§ 2º A exclusão com fundamento nas disposições do § 3º do artigo 5º deste Estatuto será decidida pelo Conselho de Administração, podendo esse delegar a decisão à Diretoria Executiva.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

CAPÍTULO IV

DO CAPITAL SOCIAL: FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE RETIRADA

Art. 12. O capital social é ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de quotas-partes subscritas, prevalecendo, quanto ao mínimo, o valor R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), devendo ser integralizado em moeda corrente.

§ 1º O capital social é dividido em quotas-partes de valor de R\$ 1,00 (um real).

§ 2º Ao ingressar na Cooperativa, e para nela permanecer, o associado deverá subscrever e integralizar, no mínimo, 20 (vinte) quotas-partes.

§ 3º A solicitação de reingresso do associado demitido, eliminado ou excluído do quadro social será analisada pelo Conselho de Administração, podendo delegar para a Diretoria Executiva, ao qual caberá definir o número de quotas a serem subscritas e integralizadas para a concretização da sua readmissão.

§ 4º A assembleia geral, mediante proposição do Conselho de Administração da Cooperativa, e sem prejuízo das subscrições e integralizações voluntárias, inclusive vinculadas à composição do limite de crédito de cada associado, poderá, ainda, estipular que, extraordinariamente, os associados subscrevam e integralizem novas quotas-partes de capital, definindo, inclusive, a forma, o valor e a periodicidade das subscrições e integralizações.

§ 5º Nas integralizações de capital, salvo a descrita no § 2º deste artigo, admitir-se-á a subscrição e integralização mensal, a critério do Conselho de Administração, inclusive por meio de desconto em folha de pagamento ou débito em conta de depósitos.

§ 6º A quota-parte é indivisível e intransferível a não associados, sendo que sua subscrição, realização, transferência ou restituição será registrada no Livro, Ficha de Matrícula ou em seu respectivo registro eletrônico, observando-se que nenhum associado poderá deter mais de 1/3 (um terço) do total das quotas.

§ 7º As quotas-partes do capital integralizado respondem sempre como garantia pelas obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, sendo vedado dá-las em garantia para outros associados ou terceiros.

§ 8º Nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, restituir-se-á o capital integralizado, acrescentadas as sobras ou deduzidas as perdas do

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

correspondente exercício social, observado o disposto no Capítulo IX deste Estatuto Social.

§ 9º A restituição de que trata o parágrafo anterior será feita em até 30 (trinta) dias após a aprovação, pela assembleia geral, do balanço do exercício financeiro em que ocorreu o desligamento, admitido o parcelamento do pagamento pela Cooperativa, a iniciar no mesmo prazo, em até 5 (cinco) anos, a critério do Conselho de Administração, ponderadas, para tanto, as condições financeiras e patrimoniais da Cooperativa, respeitando como parâmetros especiais o nível de reservas da Sociedade e o enquadramento desta em todos os limites patrimoniais exigidos pela legislação em vigor.

§ 10. As parcelas de que trata o parágrafo anterior, a contar da data da primeira liberação e até o dia em que forem colocadas à disposição do interessado, serão atualizadas mediante utilização de índice de preços oficial a ser definido pelo Conselho de Administração da Cooperativa, respeitada a indicação sistêmica.

§ 11. O Capital Social poderá ser restituído ao associado desligado, antes da realização da assembleia geral referida no § 9º deste artigo, desde que:

I - o resultado parcial do exercício em que se der o desligamento apresente sobras;

II - não existam perdas a compensar com sobras futuras; e

III - sejam ponderadas as condições financeiras e patrimoniais da Cooperativa, respeitando o enquadramento desta em todos os limites patrimoniais exigidos pela legislação em vigor.

§ 12. O associado, pessoa física, que atingir a idade de 65 (sessenta e cinco) anos e, cumulativamente, integrar o quadro social da Cooperativa há, no mínimo, 10 (dez) anos ou aposentar-se por invalidez, poderá, excepcionalmente, submeter ao Conselho de Administração solicitação de retirada de parte de seu capital social, mantendo a sua condição de associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido no § 2º deste artigo, onde nos casos de valor igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), poderá ter seu pagamento parcelado em até 3 (três) anos, conforme decisão do Conselho de Administração.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

§ 13. Nos casos envolvendo doenças graves, o associado poderá submeter ao Conselho de Administração solicitação do resgate de parte de seu capital social, mantendo a sua condição de associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 14. Caso a Cooperativa tenha, em 31 de dezembro do ano anterior, reservas constituídas que correspondam a no mínimo 100% (cem por cento) dos requerimentos de capital estabelecidos pelo Banco Central do Brasil nesta mesma data base, excluídos os valores dos aportes dos Fundos Garantidores, de qualquer modalidade, poderá o Conselho de Administração, excepcionalmente, autorizar o resgate parcial nos casos fortuitos ou de força maior, bem como flexibilizar os critérios de retirada parcial estabelecidos no § 12 e § 13 acima, mantendo a condição de associado com o mínimo de quotas-partes estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 15. Nos casos de desligamento do associado, a Cooperativa deverá promover a imediata compensação entre o crédito decorrente do valor de sua quota-parte de capital, e do valor total do débito existente junto à Cooperativa; os assumidos pela Cooperativa em seu nome, bem como aqueles que o associado tenha assumido com terceiros mediante a corresponsabilidade da Sociedade.

§ 16. Ocorrendo a compensação citada no parágrafo anterior, a responsabilidade do associado desligado da Cooperativa perdurará até a aprovação de contas relativas ao exercício em que se deu seu desligamento do quadro social. Na hipótese de restar saldo devedor decorrente de alguma obrigação do associado desligado, a Cooperativa poderá cobrá-lo pelos meios admitidos no ordenamento jurídico pátrio.

§ 17. A devolução de que tratam os § 12 e § 13 se aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa, dar-se-á a critério do colegiado, ponderadas, para tanto, as condições financeiras e patrimoniais da Cooperativa, respeitando como parâmetros especiais o nível de reservas da Sociedade e o enquadramento desta em todos os limites patrimoniais exigidos pela legislação em vigor, sendo ainda admitido o parcelamento do pagamento pela Cooperativa.

§ 18. As quotas-partes do capital integram o patrimônio da sociedade Cooperativa e não podem ser utilizadas para o adimplemento de obrigações do

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

associado com terceiros, enquanto perdurar o vínculo societário com a Cooperativa.

§ 19. Caso o associado não cumpra pontualmente as obrigações assumidas com a Cooperativa, os valores devidos por aquele podem ser compensados, a critério da cooperativa, com as suas respectivas quotas-partes, sobras ou remuneração anual sobre as quotas-partes de capital, mantendo a sua condição de associado com o mínimo de quotas-partes estabelecido no § 2º deste artigo.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLEIA GERAL: DISPOSIÇÕES GERAIS, ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 13. A assembleia geral é o órgão supremo da Cooperativa e, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da Sociedade, sendo que as deliberações vinculam todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º A prestação de contas do encerramento do exercício, a destinação dos resultados e a eleição de componentes dos conselhos de administração e fiscal, quando forem assuntos da ordem do dia da assembleia geral, devem ser previamente apreciados em assembleias de núcleos, que poderão ser presenciais e/ou à distância, por meios físicos e/ou eletrônicos.

§ 2º As demais matérias objeto da ordem do dia da assembleia geral poderão ser deliberadas diretamente em Assembleias de Delegados, exceto decisão em contrário do Conselho de Administração.

§ 3º Quando as matérias forem deliberadas somente em Assembleia de Delegados, a cooperativa dará posterior conhecimento aos associados.

§ 4º A coordenação das assembleias de núcleo será do Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa, ou pelo Vice-Presidente, ou, ainda, na impossibilidade destes, por quem aquele indicar.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Art. 14. As assembleias gerais (ordinária e/ou extraordinária) serão normalmente convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, mediante edital publicado em jornal e afixado em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados, além de comunicação por intermédio de circulares físicas ou por meio eletrônico.

§ 1º A convocação poderá também ser feita pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou, após solicitação não atendida no prazo de 5 (cinco) dias, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, hipótese em que pelo menos 4 (quatro) dos requerentes devem assinar o edital convocatório.

§ 2º No edital constarão:

I - a denominação da Cooperativa, seguida da expressão "Convocação de Assembleia Geral" (Ordinária e/ou Extraordinária, conforme o caso);

II - o dia e a hora da assembleia, assim como o endereço do local de sua realização, que, salvo motivo justificado, será o da sede social;

III - a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma de Estatuto, a indicação da matéria;

IV - o número de delegados existentes na data de sua expedição, para efeito de quórum de instalação;

V - local, data, nome, cargo/função e assinatura (s) do (s) responsável (eis) pela convocação.

§ 3º As Assembleias Gerais poderão realizar-se em segunda ou terceira convocação, no mesmo dia da primeira, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre cada convocação, desde que assim conste expressamente no edital.

§ 4º As Assembleias Gerais referidas no *caput* poderão ser realizadas presencialmente e/ou à distância, por meios físicos e/ou eletrônicos, desde que tal condição conste no edital de convocação.

§ 5º As Assembleias que forem realizadas à distância devem garantir a efetiva participação dos delegados.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Art. 15. O quórum de instalação, apurado pelas assinaturas (físicas ou eletrônicas) no Livro de Presenças, será o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de delegados, em primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos delegados em segunda convocação;

III - 10 (dez) delegados, em terceira e última convocação.

Parágrafo único. O quórum de instalação deverá observar o número de convocações adotado no edital.

Art. 16. Nas assembleias gerais, os associados, agrupados por núcleos, serão representados por delegados, eleitos na forma desta Seção e de normativo próprio, podendo comparecer aos conclaves, privados, contudo, de voz e voto.

§ 1º Os delegados deliberarão acerca de todos os assuntos da ordem do dia.

§ 2º O mandato dos delegados terá duração de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos. Quando da eleição de novos delegados, os mandatos deverão coincidir com o tempo remanescente dos demais delegados já eleitos.

§ 3º Durante o prazo de mandato o delegado não poderá exercer, simultaneamente, cargo eletivo ou remunerado na Cooperativa. Caso venha a ser eleito para cargo estatutário ou contratado como empregado da Cooperativa, deverá renunciar concomitantemente ao posto de delegado.

§ 4º Sempre que as matérias forem apreciadas pelos associados em seus respectivos núcleos, o voto do delegado nas assembleias gerais estará vinculado às decisões tomadas pelo núcleo a que represente.

Art. 17. Para efeito da representação de que trata o art. 16, a distribuição das vagas de delegados pelos núcleos será efetuada com base nos normativos próprios e nos seguintes parâmetros:

I - a Cooperativa agrupará seus associados em até 50 (cinquenta) núcleos, observando os normativos próprios.

II - o agrupamento de associados em núcleos poderá ser feito considerando as condições de associação descritas no art. 5º deste Estatuto Social, respeitadas as demais regras previstas nos normativos próprios.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Art. 18. A eleição dos delegados ocorrerá em assembleia de núcleo, presencial ou à distância, por meios físicos e/ou eletrônicos, em tempo hábil, antes da Assembleia Geral da Cooperativa.

§ 1º Serão eleitos um delegado efetivo e pelo menos um delegado suplente, os mais votados, respectivamente, entre os associados que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais e que não exerçam cargos eletivos na sociedade, respeitados os demais requisitos previstos em normativo.

§ 2º A eleição será realizada por votação aberta ou secreta, por definição do Conselho de Administração da Cooperativa.

§ 3º Em caso de votação secreta, o Conselho de Administração da Cooperativa definirá as condições e os procedimentos próprios para a sua execução.

§ 4º Em caso de empate na votação, a ordem de classificação observará a antiguidade de associação na Cooperativa.

Art. 19. Não sendo possível a instalação da assembleia geral de delegados por falta de quórum, será reiterada a convocação para nova data, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Não ocorrendo a assembleia geral nos termos do *caput*, os delegados ausentes – efetivos e suplentes – perderão seus mandatos, instaurando-se, imediatamente, processo de eleição para a escolha de novos delegados, na forma do art. 18 deste Estatuto.

Art. 20. As assembleias gerais serão dirigidas pelo Presidente do Conselho de Administração, auxiliado pelo Vice-Presidente ou, na ausência deste, por outro conselheiro de administração, que secretariará os trabalhos.

§ 1º Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, assumirá a presidência da assembleia o Vice-Presidente, que convidará um conselheiro de administração para secretariar os trabalhos.

§ 2º Quando a assembleia geral não tiver sido convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão presididos e secretariados por delegado ou outro associado escolhido na ocasião, compondo a Mesa os principais interessados na convocação.

Art. 21. O delegado não poderá representar o Núcleo nas decisões, em Assembleia Geral, sobre assuntos que a ele se refiram direta ou indiretamente,

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

hipótese na qual o Núcleo será representado pelo seu suplente ou outro associado indicado, conforme o caso.

Art. 22. As deliberações nas assembleias gerais, realizadas em votação aberta salvo decisão em contrário da própria assembleia, serão tomadas por maioria simples, exceto quanto às matérias de competência exclusiva da assembleia geral extraordinária, para cuja validade se requerem os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes.

Parágrafo único. As deliberações e demais ocorrências substanciais nas assembleias constarão em atas, aprovadas e assinadas pelo Presidente da assembleia e pelo secretário dos trabalhos, bem como por uma comissão de 5 (cinco) delegados indicados pelo plenário, e por quantos mais desejarem fazê-lo.

Art. 23. A assembleia geral poderá ser suspensa, admitindo-se a continuidade em data posterior, desde que precedida da publicação de novo edital de convocação, determinando a data, a hora e o local de prosseguimento da sessão, respeitados o quórum legal, assim na abertura como no (s) reinício (s) dos trabalhos, e a ordem do dia constante no edital, tudo devidamente registrado em ata.

Parágrafo único. A publicação do edital de convocação referida no *caput* será dispensada quando o lapso temporal entre a suspensão e o reinício da sessão não possibilitar o cumprimento do prazo legal exigido para aquela publicação.

Seção II

Assembleia Geral Ordinária

Art. 24. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á obrigatoriamente uma vez por ano, no prazo legal, deliberando sobre os seguintes assuntos, mencionados na ordem do dia:

I - prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada dos pareceres do Conselho Fiscal e da auditoria independente, compreendendo:

a) relatório de gestão;

b) balanços dos dois semestres do correspondente exercício;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

c) demonstrativo das sobras ou perdas.

II - destinação das sobras ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos estatutários;

III - eleição dos componentes dos conselhos de administração e fiscal;

IV - fixação, por ocasião da eleição e sempre que prevista alteração, do valor dos honorários, das cédulas de presença e das gratificações dos membros dos Conselhos;

V - quaisquer assuntos de interesse social, inclusive propostos na forma do art. 6º, inciso V, deste Estatuto, excluídos os de competência exclusiva da assembleia geral extraordinária.

Parágrafo único. A fixação dos valores previstos no inciso IV deste artigo deve seguir os normativos internos do Sicredi, aplicáveis à Cooperativa.

Seção III

Assembleia Geral Extraordinária

Art. 25. A assembleia geral extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse social, inclusive os propostos na forma do art. 6º, inciso V, deste Estatuto, desde que mencionado no edital de convocação.

Parágrafo único. É de sua competência exclusiva deliberar sobre as seguintes matérias:

I - reforma do Estatuto Social;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da Sociedade;

IV - dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidante(s);

V - contas do liquidante;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

VI - manutenção do regime de cogestão e da adoção de outras medidas legais necessárias.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 26. O processo eleitoral obedecerá ao disposto no Código Eleitoral aprovado em Assembleia Geral, sendo conduzido por uma Comissão Eleitoral constituída especificamente para essa finalidade, a cada pleito, por deliberação do Conselho de Administração da Cooperativa, assegurada a sua autonomia e a sua independência, reportando-se operacionalmente ao mesmo colegiado.

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Conselho de Administração

Art. 27. A Cooperativa terá um Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, composto por associados pessoas físicas, sendo no mínimo 3 e no máximo 10 conselheiros, dentre eles, um Presidente e um Vice-Presidente constituindo condições básicas para a candidatura e exercício do cargo, sem prejuízo do atendimento dos requisitos sistêmicos complementares previstos nos normativos internos do Sicredi.

I - não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicredi, ou ainda, de membro dos conselhos de administração, fiscal ou da Diretoria Executiva da Cooperativa;

II - não ser cônjuge ou companheiro (a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;

III - não ser, simultaneamente, empregado ou administrador ou deter participação em empresa que, por suas atividades, seja considerada como

mo
27

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

concorrente de qualquer das entidades do Sicredi ou de cujo capital estas participem;

IV - não ter exercido ou estar exercendo cargo ou função político-partidários, no último exercício civil;

V - reunir a qualificação profissional exigida para o cargo, nos termos da legislação vigente e em conformidade com os normativos sistêmicos, compatível com a complexidade das atividades inerentes;

VI - não se ter valido de 2 (duas) ou mais renegociações de dívidas na Cooperativa ou em outra entidade do Sicredi, nos últimos 2 (dois) exercícios;

VII - não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas, inclusive em qualquer entidade do Sicredi, ou ter registro negativo em quaisquer banco de dados;

VIII - não ter, por dolo ou culpa, praticado irregularidade que tenha causado prejuízo ou desgaste à imagem do Sicredi em qualquer das entidades integrantes do Sicredi;

IX- ter operado assiduamente e regularmente com a Cooperativa nos dois últimos exercícios sociais (ser associado ativo) e ter participado de, no mínimo, 2 (duas) assembleias de núcleo, nos últimos 3 (três) exercícios;

X - ter participado, no exercício imediatamente anterior, ou participar, dos cursos e outros eventos de capacitação e reciclagem programados pelo Sistema, conforme a natureza do cargo ou da função, sem prejuízo do comparecimento a todos os demais eventos direcionados para os conselheiros no período do seu mandato, até o prazo de 1 (um) ano após a posse;

XI - ter disponibilidade de tempo para o integral cumprimento das incumbências estatutárias e legais, sendo vedada a acumulação com outro cargo ou função (eletivos ou não), que requeira dedicação incompatível com a responsabilidade na Cooperativa;

XII - estar exercendo ou ter exercido, como titular ou suplente, a função de Coordenador de Núcleo do Programa Pertencer na Cooperativa onde é associado, ou ter ocupado cargo estatutário na cooperativa;

mo
17

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

XIII - atender aos demais requisitos decorrentes da legislação pertinente;

XIV - não expor negativamente, ou denegrir, direta ou indiretamente, a imagem de quaisquer entidades integrantes do Sicredi, seus membros estatutários ou empregados, em razão do cargo, por qualquer meio, verbal ou escrito, ou de quaisquer marcas de propriedade das entidades integrantes do Sicredi;

XV - não ter sofrido sanção por infração de natureza gravíssima, na forma do Regimento Interno do Sicredi;

XVI - não ser habitual prestador de serviços ou fornecedor de produtos para a Cooperativa, seja na condição de pessoa natural ou por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio, considerando-se habitual a prestação de serviços ou o fornecimento de produtos que, nos últimos 12 (doze) meses, tenha frequência superior a 3 (três) ocorrências ou, independentemente da frequência, duração superior a 2 (dois) meses.

§ 1º Não poderão candidatar-se a cargos sociais ex-empregados demitidos por justa causa, nem os conselheiros e diretores que estejam submetidos a investigação interna para apurar violações às normas legais ou sistêmicas no curso de seu mandato ou que, pelas mesmas razões, tenham sido destituídos ou renunciado ao cargo para o qual foram eleitos.

§ 2º O mandato será de 4 (quatro) anos, com renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos integrantes, observado que, caso o cálculo resulte em número fracionário, deve ser considerado o número inteiro imediatamente superior, sendo que os eleitos permanecerão em exercício até a posse dos sucessores, permitido a estes, desde a eleição, o acompanhamento pleno da participação remanescente dos sucedidos.

§ 3º Nas licenças, ausências, suspensões e impedimentos temporários inferiores a 120 (cento e vinte) dias, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente; este, por um conselheiro designado pelo próprio Colegiado. Verificando-se a um só tempo as faltas do Presidente e do Vice-Presidente, o Conselho indicará substitutos, dentre seus componentes.

§ 4º Ocorrendo vacância do cargo de Presidente e/ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, os conselheiros, dentre eles, designarão sucessor (es), devendo a primeira assembleia que se seguir eleger novo (s) ocupante (s) para referido (s) cargo (s), confirmando ou não o (s) designado (s), sendo que o

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

(s) eleito (s) cumprirá (ão) o tempo remanescente do (s) mandato (s) do Presidente e/ou Vice-Presidente sucedido (s). Reduzindo-se o número de membros do Conselho a menos de 3 (três), excetuando o Presidente e Vice-Presidente, deverão ser eleitos novos componentes em até 90 (noventa) dias, que preencherão o tempo faltante da gestão.

§ 5º Constituem, entre outras, hipóteses de vacância do cargo eletivo:

I - a perda da qualidade de associado;

II - o não comparecimento, sem justificativa prévia, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas, no curso de cada ano civil. Caberá ao Conselho de Administração decidir acerca da procedência da justificativa;

III - a morte, a renúncia e a destituição, a qualquer tempo, na forma da legislação em vigor;

IV - o patrocínio, como parte ou procurador, de medida judicial contra a própria Cooperativa ou qualquer outra entidade ou empresa integrante do Sicredi durante o mandato, salvo aquelas que visem resguardar o exercício do próprio mandato;

V - tornar-se o detentor inelegível na forma da regulamentação em vigor, ou não mais reunir as condições básicas para o exercício de cargo eletivo nos termos deste Estatuto;

VI - as licenças, exceto para tratamento de saúde, ausências, suspensões ou impedimentos iguais ou superiores a 120 (cento e vinte) dias.

a) Quando do afastamento para tratamento de saúde, para Presidente, Vice-Presidente e membros da Diretoria Executiva, fica assegurado a continuidade do pagamento dos honorários de forma complementar a previdência social e a manutenção dos benefícios vigentes durante o período de afastamento de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado a critério do Conselho de Administração.

§ 6º Na hipótese de o conselheiro ser indicado como candidato a cargo político-partidário, deverá apresentar pedido de renúncia ao cargo eletivo na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da convenção do partido em que confirmada a indicação, sob pena de vacância do cargo.

§ 7º Para os efeitos deste Estatuto, entende-se por cargo político-partidário:

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

I - posto eletivo - aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual e Federal, Senador, Governador, Presidente da República), conforme a legislação eleitoral e constitucional vigente;

II - membro de executiva partidária – as pessoas que, filiadas a um determinado partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no partido. Em geral são eleitos na "convenção" do partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;

III - posto nomeado, designado ou delegado – aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais).

Art. 28. O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

I - reúne-se, mensalmente de forma ordinária, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria do próprio Colegiado, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

II - delibera, validamente, por maioria simples de votos, presente a maioria dos seus componentes, reservado ao Presidente o voto de desempate;

III - as deliberações do Colegiado e as demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão em atas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes, de cujo conteúdo o Presidente do Colegiado deverá também dar pronto conhecimento ao Conselho Fiscal da Cooperativa.

§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á, preferencialmente, por escrito, sendo admitido o uso de meios eletrônicos de comunicação.

§ 2º Nenhum conselheiro poderá participar de discussões e deliberações que envolvem transações financeiras ou quaisquer outras matérias que impliquem conflito de interesse próprio, ou que digam respeito a seus parentes até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, cônjuge, companheiro (a) ou empregados.

§ 3º As reuniões do Conselho de Administração poderão ser presenciais e/ou à distância, por meios físicos e/ou eletrônicos.

mo
21

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Art. 29. Além de outras atribuições decorrentes da legislação e deste Estatuto, compete ao Conselho de Administração, observado o detalhamento previsto em normativos sistêmicos:

I - fixar o direcionamento estratégico da Cooperativa e acompanhar a execução e o cumprimento do planejamento por ele aprovado;

II - acompanhar e supervisionar o desempenho da Diretoria Executiva da Cooperativa em face dos objetivos e metas definidos para a Sociedade;

III - aprovar normativos de sua competência, que não poderão contrariar as disposições dos normativos sistêmicos;

IV – nomear e destituir os membros da Diretoria Executiva, bem como fixar suas atribuições e competências e a remuneração individual dos Diretores, observadas as disposições contidas no estatuto;

V - autorizar a contratação de operações de crédito com instituições financeiras, destinadas ao financiamento das atividades dos associados, obedecido o disposto nos normativos sistêmicos;

VI - deliberar acerca do pagamento da remuneração anual sobre as quotas-partes de capital, estipulando a remuneração, nos termos da legislação em vigor;

VII - encaminhar à assembleia geral proposta para doação de bens imóveis da Cooperativa, classificados como não circulantes;

VIII - deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da Cooperativa, classificados como não circulantes;

IX - examinar e apurar as denúncias de infrações praticadas no âmbito da Sociedade, inclusive as que lhes forem encaminhadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, e determinar a aplicação das penalidades cabíveis;

X - deliberar sobre a eliminação e exclusão de associados;

XI - deliberar sobre a convocação de assembleia geral;

XII - autorizar, previamente, participações de capital em outras empresas ou entidades, atendidos os propósitos sociais da Cooperativa e respeitadas a legislação vigente e as deliberações e orientações sistêmicas a respeito;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

XIII - autorizar a alteração do endereço da sede, dentro do mesmo município, bem como a deliberar sobre a abertura, o fechamento, a transferência ou a mudança de endereço das demais dependências ou filiais da Cooperativa, dentro ou fora do município sede, nos termos da legislação vigente;

XIV - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, a legislação e os normativos do Sicredi;

XV - manifestar-se sobre o relatório da administração e prestação de contas do exercício;

XVI - escolher e destituir os auditores externos, observadas as diretrizes sistêmicas;

XVII - deliberar sobre assuntos específicos de interesse da Cooperativa, bem como sobre os casos omissos e todas as demais atribuições previstas neste Estatuto Social e na legislação pertinente, até posterior deliberação da assembleia geral, se for o caso.

Parágrafo único. Na hipótese de o Conselho de Administração designar outros membros para funções de natureza auxiliar, definirá para cada qual, com registro em ata, as pertinentes incumbências.

Art. 30. Ao Presidente do Conselho cabem, dentre outras, as seguintes atribuições, observado o detalhamento previsto em normativos internos do Sicredi:

I - exercer o acompanhamento e a supervisão das atividades da Cooperativa, inclusive quanto ao cumprimento das normas aplicáveis, coordenando a ação da Diretoria Executiva;

II - liderar a implantação dos programas de organização do quadro social, desenvolvimento e gestão do Sicredi, a fim de garantir a continuidade do negócio e a formação de novas lideranças cooperativistas;

III - acompanhar a execução dos planos de trabalho relativos, especificamente, ao desenvolvimento da Cooperativa;

IV - submeter ao Conselho de Administração propostas de normativos internos, observadas as diretrizes sistêmicas;

mo

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

V - levar à apreciação do Conselho de Administração o plano de trabalho, anual ou plurianual, bem como propostas orçamentárias, acompanhando a sua execução;

VI - apresentar ao Conselho de Administração e, em nome deste, à assembleia geral, relatório anual das operações e atividades da Cooperativa, acompanhado do balanço, da demonstração de sobras e perdas e do parecer do Conselho Fiscal e da auditoria independente, além de outros documentos e informações que se fizerem exigir;

VII - selecionar os Diretores, dentro ou fora do quadro social, obedecida a competência especial do Conselho de Administração;

VIII - representar institucionalmente a Cooperativa, nas matérias estratégico-corporativas perante o Sistema, e também nas assembleias gerais e reuniões das sociedades de cujo capital a Cooperativa participe;

IX - participar de congressos, seminários e outros eventos como representante institucional da Cooperativa, podendo ser substituído por quem este indicar;

X - atentar para o bom desempenho do Conselho de Administração, convocando e coordenando as suas reuniões;

XI - avaliar de forma sistematizada o atendimento prestado ao quadro social nas dependências da Cooperativa, visando garantir a satisfação e a qualidade dos serviços prestados aos associados;

XII - aplicar as penalidades que forem estipuladas pela assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;

XIII - indicar um secretário para lavrar ou coordenar a lavratura da ata das assembleias gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

Art. 31. O Vice-Presidente do Conselho substituirá o Presidente do Conselho nas suas licenças, ausências, suspensões ou impedimentos, inclusive nas assembleias gerais e reuniões das sociedades de cujo capital a Cooperativa participe.

mo

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Seção II

Diretoria Executiva

Art. 32. A Cooperativa será gerida por uma Diretoria Executiva, a quem compete a prática dos atos e operações relacionados aos fins de interesse da sociedade, composta por no mínimo 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor Executivo e um Diretor de Operações, e no máximo 3 (três) Diretores, sendo um Diretor Executivo, um Diretor de Operações e um Diretor de Negócios.

§ 1º Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração em até 90 (noventa) dias após o término do mandato ou de vacância do cargo dos Diretores, e exercerão as funções previstas neste Estatuto.

§ 2º Ocorrendo a eleição de somente 2 (dois) Diretores, as funções do cargo não ocupado serão exercidas cumulativamente pelos Diretores, conforme deliberação do Conselho de Administração, observadas as restrições legais e normativas.

§ 3º O mandato será de 4 (quatro) anos, sendo que os nomeados permanecerão em exercício até a posse dos sucessores. Poderão também ser reeleitos da mesma forma e prazo ou, a qualquer tempo, destituídos pelo Conselho de Administração.

§ 4º A Cooperativa será representada, em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, ressalvado o disposto no inciso VIII do art. 30, obrigatoriamente:

I - por 2 (dois) Diretores em conjunto;

II - por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído;

III - por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes específicos.

§ 5º Excepcionalmente, a representação da Cooperativa será válida mediante a assinatura de apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, nos seguintes casos:

I - perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;

II - na outorga de documentos para representação da Sociedade em juízo, incluindo a nomeação de prepostos e advogados;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

III - em casos de licença inferior a 120 (cento e vinte) dias que implique a falta da pluralidade de Diretores e de vacância não suprida.

Art. 33. Para estarem aptos para o exercício do cargo de Diretor, os candidatos deverão possuir as condições:

I - atender aos requisitos descritos no art. 27, incisos I a VIII e XIII a XVI bem como o do § 1º;

II - obedecer ao disposto nos § 6º e § 7º do art. 27;

III - possuir graduação em curso superior;

IV - comprovadamente deter conhecimento compatível com a complexidade das atividades inerentes, além de conhecer, cada qual, em profundidade, o funcionamento do sistema financeiro;

V - requisitos sistêmicos complementares quando previstos nos normativos.

Art. 34. Cabe à Diretoria Executiva, sem prejuízo das incumbências previstas em legislação e em normativo interno:

I - administrar operacionalmente a Cooperativa, atendendo seu objeto, as orientações emanadas da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e das diretrizes e estratégias corporativas do Sicredi;

II - contrair obrigações, transigir, firmar acordos em processos judiciais, acordos ou convenções coletivas, ceder e empenhar ou renunciar direitos, bem como acompanhar o estado econômico-financeiro da sociedade, observado o disposto neste Estatuto;

III - nomear procuradores, fixando-lhes, em instrumento de mandato hábil, atribuições, alçadas e responsabilidades e forma de representação, que poderá ser isolada ou em conjunto, nos limites deste Estatuto. Os instrumentos de mandato deverão ter poderes mínimos necessários para práticas de atos específicos e por prazo determinado, salvo os que contemplam os poderes da cláusula *ad judícia*, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado de validade;

IV - firmar todos os documentos, inclusive contratos e escrituras públicas, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização e à execução

mo
11

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

da aquisição, alienação, doação ou oneração, conforme o caso, de bens móveis ou imóveis da Cooperativa, observado o disposto no presente Estatuto;

V - autorizar e formalizar a alienação ou oneração de bens imóveis classificados como circulantes da Cooperativa, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização de tais negócios;

VI - elaborar o planejamento estratégico e financeiro, em conformidade com a diretriz sistêmica e as definidas pelo Conselho de Administração, e responder por sua execução;

VII - implementar as normas de controles internos das operações e serviços, verificando rotineiramente o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;

VIII - examinar os planos de trabalho e respectivos orçamentos, acompanhando mensalmente a sua execução, informando sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;

IX - decidir sobre a contratação e a demissão de empregados;

X - cumprir e fazer cumprir os apontamentos e orientações técnicas de auditoria e controles internos, visando à segurança e o respeito à legislação e aos normativos internos do Sicredi;

XI - decidir acerca da concessão de qualquer modalidade de doação de bens móveis, contribuição ou auxílio, independentemente de beneficiário e valor, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

XII - cumprir e fazer cumprir os normativos internos;

XIII - responder por todas as demais atividades próprias da administração ordinária da Cooperativa;

XIV - Decidir sobre o recebimento e alienação de bens, móveis ou imóveis, para a liquidação ou amortização de operações realizadas pela Cooperativa com seus associados.

Art. 35. Aos membros da Diretoria Executiva cabem as seguintes atribuições, dentre outras, observados o § 2º do art. 32 deste Estatuto e o detalhamento previsto em normativos internos do Sicredi:

mo
17

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

I - Ao Diretor Executivo:

- a) fomentar e apoiar o relacionamento das áreas executivas com os Conselhos de Administração e Fiscal da Cooperativa, subsidiando e apoiando os trabalhos;
- b) prover recursos e garantir a implantação e acompanhamento dos programas de desenvolvimento do cooperativismo e de sustentabilidade do Sicredi na área de atuação da Cooperativa;
- c) responder pelos planos de expansão e atividades da Cooperativa, de acordo com o potencial de mercado, sempre primando pelo desenvolvimento sustentável e sólido;
- d) coordenar e acompanhar a execução do orçamento da Cooperativa a partir das deliberações do Conselho de Administração;
- e) responder pela gestão do desempenho e acompanhamento dos resultados da Cooperativa, primando pelo atingimento pleno das metas acordadas no planejamento anual da Cooperativa, além de monitorar e intervir em unidades de atendimento, conforme o planejamento econômico e financeiro da Cooperativa;
- f) responder, formalmente, pelas responsabilidades indicadas perante os órgãos reguladores e fiscalizadores;
- g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, por meio do Presidente, para apreciação, o plano de trabalho, anual ou plurianual, bem como propostas orçamentárias, implementando a sua execução;
- h) representar a cooperativa nas deliberações de normas e regulamentos sistêmicos.

II - Ao Diretor de Operações:

- a) responder pelas análises gerenciais sobre as demonstrações financeiras, pelos controles contábeis e tributários e os indicadores de desempenho da Cooperativa;
- b) responder pelas atividades de controles internos, *compliance* e riscos, bem como encaminhar as providências no processo de supervisão e assegurar o respeito às normas internas e à legislação;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

c) responder, formalmente, pelas responsabilidades indicadas perante os órgãos reguladores e fiscalizadores.

III - Ao Diretor de Negócios:

a) elaborar e responder pela implementação do planejamento tático para as carteiras de produtos e serviços a partir das diretrizes do planejamento estratégico sistêmico e aqueles definidos pelo Conselho de Administração;

b) responder pela gestão do desempenho e acompanhamento dos resultados das unidades de atendimento, primando pelo atingimento pleno das metas acordadas no planejamento anual da Cooperativa;

c) responder e acompanhar a execução do orçamento do crédito rural, bem como das suas exigibilidades;

d) responder pela execução dos planos de expansão da Cooperativa em consonância às deliberações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;

e) responder, formalmente, pelas responsabilidades indicadas perante os órgãos reguladores e fiscalizadores.

§ 1º É vedada a qualquer dos membros da Diretoria Executiva a prática de atos de liberalidade às custas da Cooperativa, permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias, em nome da Cooperativa, desde que pertinentes ao seu objeto social e conforme previsto neste Estatuto Social.

§ 2º A Diretoria Executiva não é um órgão colegiado, podendo, entretanto, reunir-se presencialmente e/ou à distância, por meios físicos e/ou eletrônicos, sempre que convocada pelo Diretor Executivo, para decidir sobre matérias de sua competência, especialmente aquelas definidas no art. 34 deste Estatuto Social, quando a natureza do ato requerer decisão conjunta dos Diretores ou quando estes entenderem necessária a formalização de reunião.

§ 3º As deliberações e as demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão de atas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

Art. 36. Em caso de vacância do cargo de qualquer dos Diretores, nos termos do art. 27, § 5º, incisos III a VI deste Estatuto Social, o Conselho de Administração indicará o respectivo substituto, cujo mandato coincidirá com os mandatos dos demais Diretores. A vaga, todavia, se cabível e a critério do

mo

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Conselho de Administração poderá deixar de ser preenchida, sendo certo que, nesse caso, as respectivas funções serão exercidas por outros Diretores.

Parágrafo único. Em caso de vacância de todos os cargos da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração indicará gestor executivo interino para o exercício das atribuições pelo período máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 37. Os Conselheiros de Administração e os Diretores, com o seu patrimônio pessoal, respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela Cooperativa durante a sua gestão, até que se cumpram integralmente.

§ 1º Os Administradores que derem causa à insuficiência de liquidez no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis, ou, por gestão temerária ou omissão grave de deveres, determinarem prejuízo à Sociedade, responderão, diretamente, com seu próprio patrimônio pelo ressarcimento dos danos.

§ 2º A Cooperativa, por meio de seus órgãos sociais, em conjunto ou isoladamente, desde já aqui autorizados, tomará prontamente as medidas cabíveis, inclusive no âmbito judicial, para promover a responsabilização dos Conselheiros de Administração e Diretores cujas ações ou omissões, na forma do parágrafo anterior, tenham como consequência quaisquer dos resultados nele referidos.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 38. A administração da Cooperativa será fiscalizada assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos associados pessoas físicas, eleitos pela assembleia geral, observando-se, quanto às condições e aos requisitos para a candidatura e o exercício das funções, o disposto no art. 27, incisos I a XVI, deste Estatuto.

§ 1º A eleição dos membros do Conselho Fiscal requer chapa (s) completa (s), independente (s) e desvinculada (s) da eleição do Conselho de Administração, com indicação da ordem de suplência, observadas as demais condições de que trata o § 1º do art. 27 deste Estatuto.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

§ 2º O membro do Conselho Fiscal não deve ser habitual prestador de serviços ou fornecedor de produtos para a Cooperativa, seja na condição de pessoa natural ou por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio, considerando-se habitual a prestação de serviços ou o fornecimento de produtos que, nos últimos 12 (doze) meses, tenha frequência superior a 3 (três) ocorrências ou, independentemente da frequência, duração superior a 2 (dois) meses.

§ 3º O mandato será de 2 (dois) anos, com renovação de, ao menos, 2 (dois) membros a cada eleição, sendo 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente.

§ 4º Os conselheiros eleitos permanecerão em exercício até a posse dos sucessores.

Art. 39. O Conselho Fiscal reúne-se, mensalmente de forma ordinária e, extraordinariamente, sempre que necessário, decidindo por maioria. Suas deliberações e demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão em ata, aprovada e assinada pelos membros presentes.

§ 1º Em sua primeira reunião escolherá, dentre seus integrantes efetivos, um coordenador, incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos, e um secretário.

§ 2º As reuniões poderão, ainda, ser convocadas por qualquer de seus membros e por solicitação da assembleia e do Conselho de Administração.

§ 3º Ausentes o coordenador e/ou o secretário, serão escolhidos substitutos na ocasião.

§ 4º As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser presenciais e/ou à distância, por meios físicos e/ou eletrônicos.

Art. 40. Quando da ausência temporária, ou em caso de vacância, os conselheiros efetivos serão substituídos pelos suplentes, obedecida a ordem estabelecida na ata de eleição.

§ 1º Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Colegiado, o Presidente do Conselho de Administração convocará a assembleia geral para o devido preenchimento, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Aplicam-se ao Conselho Fiscal as hipóteses de vacância previstas no art. 27, § 5º, deste Estatuto, cabendo ao próprio Colegiado apreciar as justificativas sobre faltas de seus membros.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

§ 3º Na hipótese de o conselheiro ser indicado como candidato a cargo político-partidário, deverá apresentar pedido de renúncia ao cargo eletivo na Cooperativa em até 48 (quarenta e oito) horas após a data da convenção do partido em que for confirmada a indicação, sob pena de vacância do cargo.

Art. 41. Entre outras atribuições decorrentes da legislação, deste Estatuto e dos normativos sistêmicos, compete ao Conselho Fiscal:

I - exercer assídua fiscalização sobre o patrimônio, as operações com associados, os serviços e os atos dos administradores;

II - controlar assiduamente a movimentação financeira, as disponibilidades de recursos, as despesas, os investimentos e a regularidade de sua efetivação, bem como os valores e documentos sob custódia;

III - avaliar a política de empréstimos e exercer o monitoramento sobre sua concessão;

IV - analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa e opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes, bem como o cumprimento das normas sobre as atividades sociais e interesses da Cooperativa, apresentando parecer à assembleia geral, podendo assessorar-se de auditores internos e externos para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;

V - tomar conhecimento dos relatórios de auditoria interna produzidos pelos auditores da Central e pela auditoria independente, contribuindo com o trabalho desses profissionais e cobrando firmemente, da administração, as correções cuja necessidade for indicada nos documentos;

VI - averiguar o cumprimento, pela administração da Cooperativa, das disposições deste Estatuto e dos demais normativos oficiais e do próprio Sistema, bem como das deliberações da assembleia geral, do Conselho de Administração e de outros colegiados deliberativos sistêmicos, formalmente instituídos, relativamente a matérias estratégico-corporativas de interesse do conjunto das cooperativas singulares e respectivas centrais integrantes do Sicredi;

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

VII - relatar ao conselho de administração as conclusões de seus trabalhos, alertando sobre as irregularidades constatadas e, na ausência de providências por parte deste, denunciar o fato, oportunamente, à assembleia geral e à Central;

VIII - examinar os relatórios de risco gerados pelas entidades centralizadoras a respeito do cenário de risco da instituição, averiguando o cumprimento pela administração da Cooperativa dos postulados de cada relatório;

IX - opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da cooperativa;

X - convocar assembleia geral, por deliberação da maioria de seus membros, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes.

§ 1º Os membros efetivos do Conselho Fiscal são solidariamente responsáveis, inclusive em relação aos prejuízos decorrentes, pelos atos e fatos irregulares da administração da Cooperativa, cuja prática decorra de sua comprovada omissão, displicência, falta de acuidade, de pronta advertência ao Conselho de Administração e, na inércia ou renitência deste, de oportuna denúncia à assembleia geral.

§ 2º A Cooperativa, por meio de seus órgãos sociais, em conjunto ou isoladamente, desde já aqui autorizados, tomará prontamente as medidas cabíveis, inclusive no âmbito judicial, para promover a responsabilização dos conselheiros e diretores pelos prejuízos causados na forma do parágrafo anterior.

CAPÍTULO IX

DA FIXAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, RESULTADOS E FUNDOS SOCIAIS

Art. 42. O exercício social coincide com o ano civil.

Art. 43. Levantar-se-ão dois balanços no exercício, sendo um no último dia de junho e outro no último dia de dezembro.

mo 17

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Art. 44. As sobras apuradas ao final de cada exercício (resultado consolidado) serão destinadas da seguinte forma:

I - 70% (setenta por cento), no mínimo, para o fundo de reserva, destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento da Cooperativa;

II – 05% (cinco por cento), no mínimo, para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa;

III - O saldo que restar ficará à disposição da assembleia geral, para destinações que entender convenientes, obedecido o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º Sempre que a Cooperativa não atingir a estrutura patrimonial exigida/estipulada, pela autoridade monetária e por normas internas do Sicredi, para suportar as operações necessárias ao cumprimento de seus objetivos, as sobras disponíveis, obedecida a sistemática de rateio prevista neste Estatuto, deverão ser transformadas, até o limite necessário, em novas quotas-partes de capital dos associados ou destinadas adicionalmente ao próprio fundo de reserva.

§ 2º Poderão ser destinadas ao fundo de reserva antes da apuração das destinações obrigatórias as doações sem destinação específica; e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores recuperados, inclusive em decorrência da regulamentação aplicável.

Art. 45. A destinação das sobras e o rateio das perdas dar-se-ão proporcionalmente às operações realizadas pelos associados, conforme fórmula de cálculo estabelecida pela assembleia geral.

Parágrafo único. É facultada, mediante decisão da assembleia geral, compensar, por meio de sobras dos exercícios seguintes, o saldo remanescente das perdas verificadas no exercício findo.

Art. 46. O Fundo de Reserva e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social são indivisíveis entre os associados.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

CAPÍTULO X

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 47. Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa dissolve-se de pleno direito:

I - quando assim deliberar a assembleia geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pela alteração de sua forma jurídica;

III - pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a assembleia geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;

IV - pelo cancelamento da autorização para funcionar;

V - pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 48. A liquidação da Sociedade obedecerá às normas legais e regulamentares próprias.

CAPÍTULO XI

DA OUVIDORIA - OUVIDORIA COMPARTILHADA

Art. 49. A Cooperativa manterá convênio para execução das atividades de ouvidoria com entidade integrante do Sistema, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. Os prazos previstos neste Estatuto serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia final.

mo
11

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO
DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ : 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300 TELEFONE: (42) 3035-9000

Art. 51. As correspondências, notificações e comunicações, físicas ou eletrônicas, encaminhadas pela Cooperativa ao associado com base nos seus dados cadastrais presumir-se-ão recebidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados do seu envio.

Art. 52. A cooperativa possui legitimidade extraordinária autônoma concorrente para agir como substituta processual em defesa dos direitos coletivos de seus associados quando a causa de pedir versar sobre atos de interesse direto dos associados que tenham relação com as operações de mercado da cooperativa, mediante autorização manifestada individualmente pelo associado ou por meio de assembleia geral que delibere sobre a propositura da medida judicial.

Art. 53. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação e os princípios cooperativistas, ouvidos, quando for a hipótese, os órgãos sociais.

Guarapuava/PR, 20 de março de 2021.

Adilson Primo Fiorentin
Presidente

Conrado Ernesto Rickli
Vice Presidente

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

FLS. 126

Página 56 de 56

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|-------------------------|
| CPF | Nome |
| 60185392920 | CONRADO ERNESTO RICKLI |
| 70353441953 | ADILSON PRIMO FIORENTIN |



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/05/2021 09:23 SOB Nº 20213284324.
PROTOCOLO: 213284324 DE 25/05/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12103653455. CNPJ DA SEDE: 77984870000177.
NIRE: 41400000729. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/03/2021.
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
AGUAS PR/SP

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL

www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
77.984.870/0001-77
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
21/02/1984

NOME EMPRESARIAL
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE
PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
64.24-7-03 - Cooperativas de crédito mútuo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
214-3 - Cooperativa

LOGRADOURO
R DAS FLORES

NÚMERO
506

COMPLEMENTO

CEP
85.045-300

BAIRRO/DISTRITO
CONRADINHO

MUNICÍPIO
GUARAPUAVA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
COOP0703_CONTATO@SICREDI.COM.BR

TELEFONE
(42) 3622-4184

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/11/2024 às 16:36:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS. 128

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS
DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP
CNPJ: 77.984.870/0001-77**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:42:33 do dia 29/11/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/05/2025.

Código de controle da certidão: **7F04.6F8A.58D2.3370**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Assinatura]



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035433045-96

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **77.984.870/0001-77**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 29/03/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
ESTADO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ 76.178.037/0001-76



FLS. 130

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO CONTRIBUINTE Nº 98060/2024

Contribuinte

Nome/Razão: 279110 - COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP
CNPJ/CPF: 77.984.870/0001-77
Endereço: RUA DAS FLORES, 506
Complemento: *****
Bairro: CONRADINHO
Cidade: Guarapuava - PR

Finalidade

| DATA DE EMISSÃO | DATA DE VALIDADE |
|-----------------|------------------|
| 29/11/2024 | 90 dias |

CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos de competências e administrados pelo Poder Público Municipal. Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos tributários referentes à Fazenda Pública Municipal.

Prefeitura de Guarapuava, 29 de novembro de 2024.

As informações aqui dispostas podem ser verificadas on-line no site <https://guarapuava.atende.net/>, utilizando o código acima ou QR CODE.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 77.984.870/0001-77
Razão Social: CCPI TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA
Endereço: R DAS FLORES 506 / CONRADINHO / GUARAPUAVA / PR / 85045-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/11/2024 a 19/12/2024

Certificação Número: 2024112000530520808126

Informação obtida em 29/11/2024 16:39:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 77.984.870/0001-77

Certidão nº: 82840047/2024

Expedição: 29/11/2024, às 16:40:34

Validade: 28/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **77.984.870/0001-77**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



FLS. 133

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA

OFÍCIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL
AVENIDA MANOEL RIBAS Nº 500 - FORUM ESTADUAL - VILA
SANTANA
GUARAPUAVA/PR - 85.070-18

TITULAR
NERY REGIANI DE MACEDO
JURAMENTADO
RAQUEL REGEANI DE MACEDO LUSTOZA

Certidão Negativa
Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

**COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO**

CNPJ 77.984.870/0001-77, no período compreendido desde 02/01/1991, até a presente data.

GUARAPUAVA/PR, 02 de Dezembro de 2024

NERY REGIANI DE MACEDO



Certificação

**Nery
Regiani
de
Macedo**

Assinado
digitalmente por
Nery Regiani de
Macedo

Data:
2024.12.03
18:57:59 -0200

Custas = R\$ 52,69

Página 0001/0001

Qualquer rasura ou entrelinha, tornará nula esta Certidão.



DECLARAÇÃO

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, localizada na Rua das Flores, 506, Conradinho, Guarapuava/PR com inscrição junto ao CNPJ sob o nº 77.984.870/0001-77, por seus representantes legais, abaixo assinado e iden ficado, vem pela presente declarar que:

a) Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Guarapuava, 06 de dezembro de 2024.

VALMIR DZIVIELEVSKI
CPF: 881.076.719-53
DIRETOR EXECUTIVO

PAULO DIEGO BREANCINI
CPF: 057.065.289-85
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Sicredi Planalto das Águas PR/SP
Rua das Flores, 506, Conradinho
85.045-300 - Guarapuava/PR
sicredi.com.br

Classificação da informação: Uso Interno

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código A1B1-B4E2-31FC-515C.

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código A1B1-B4E2-31FC-515C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi (Certisign). Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A1B1-B4E2-31FC-515C> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A1B1-B4E2-31FC-515C



Hash do Documento

F4749B26C8995DB69EFFC051ED0A839373038AF871C2C6E1493B3FC6B38A7D12

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/12/2024 é(são) :

☒ Valmir Dzivielevski (DIRETOR EXECUTIVO) - 881.076.719-53
em 06/12/2024 17:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Paulo Diego Breancini (DIRETOR DE OPERAÇÕES) -
057.065.289-85 em 06/12/2024 16:32 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Handwritten signature



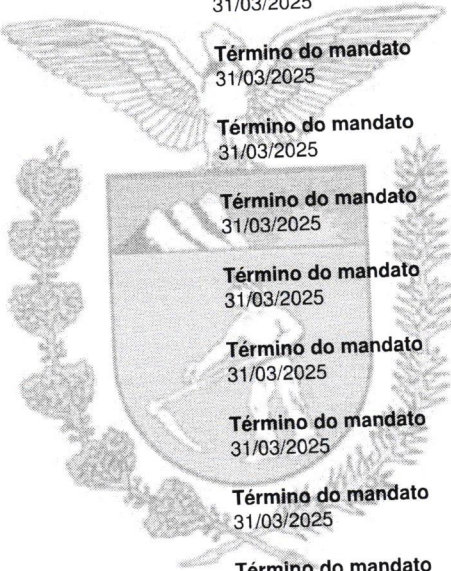
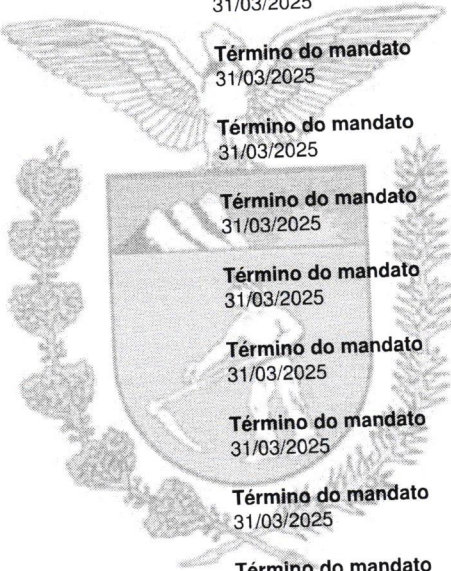
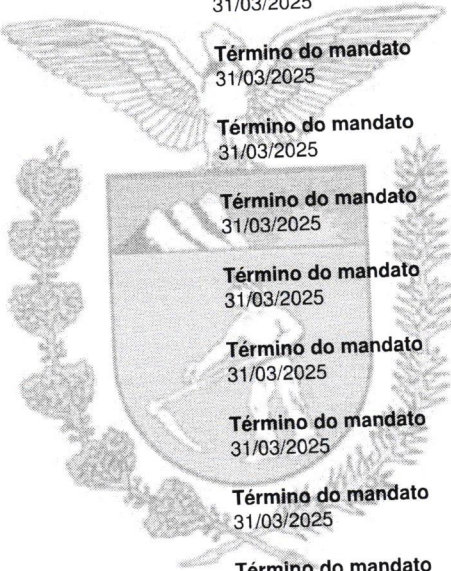
Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

| | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nome Empresarial: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP NIRE : 41400000729 Natureza Jurídica: Cooperativa | | | Protocolo: PRC2423769724 | | | | |
| NIRE (Sede) 41400000729 | CNPJ 77.984.870/0001-77 | Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 21/02/1984 | Início de Atividade 14/03/1984 | | | | |
| Endereço Completo Rua DAS FLORES, Nº 506, CONRADINHO - Guarapuava/PR - CEP 85045-300 | | | | | | | |
| Objeto Social ESTIMULAR A FORMAÇÃO DE POUPANÇA, ADMINISTRANDO OS RECURSOS PERTINENTES, E, ATRAVÉS DA MUTUALIDADE, CONCEDER EMPRÉSTIMOS AOS ASSOCIADOS, ALÉM DE PRESTAR SERVIÇOS INERENTES À SUA CONDIÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PODE PRATICAR TODAS AS OPERAÇÕES COMPATÍVEIS COM A SUA MODALIDADE SOCIAL, INCLUSIVE OBTER RECURSOS FINANCEIROS DE FONTES EXTERNAS, OBEDECIDA A LEGISLAÇÃO PERTINENTE, OS ATOS REGULAMENTARES OFICIAIS, O ESTATUTO SOCIAL E AS NORMAS INTERNAS DO SICREDI. | | | | | | | |
| Capital Social R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) | | | Prazo de Duração Indeterminado | | | | |
| <table border="0"> <tr> <td> Diretoria/Término do Mandato/Cargo/Nome/CPF Nome da pessoa ADRIANE THIVES ARAUJO DE AZEVEDO 966.334.769-49 Nome da pessoa VALMIR DZIVIELEVSKI 881.076.719-53 Nome da pessoa MANFRED BECKER 590.900.229-53 Nome da pessoa PAULO DIEGO BREANCINI 057.065.289-85 Nome da pessoa ERIC RANULLFO MARTINS 024.499.839-61 Nome da pessoa LUCAS SIMON 062.066.049-00 Nome da pessoa ADAUTO BRANDELERO 926.089.309-72 Nome da pessoa ELISANDRA MARTINS PORTES 020.277.099-08 Nome da pessoa FABIO PETERLINI 015.994.729-45 Nome da pessoa OLACIR BORGERT 964.543.349-53 </td> <td>  </td> <td> Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 </td> <td> Cargo Conselheiro de administração Cargo Diretor Cargo Conselheiro de administração Cargo Diretor Cargo Diretor Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração </td> </tr> </table> | | | | Diretoria/Término do Mandato/Cargo/Nome/CPF Nome da pessoa ADRIANE THIVES ARAUJO DE AZEVEDO 966.334.769-49 Nome da pessoa VALMIR DZIVIELEVSKI 881.076.719-53 Nome da pessoa MANFRED BECKER 590.900.229-53 Nome da pessoa PAULO DIEGO BREANCINI 057.065.289-85 Nome da pessoa ERIC RANULLFO MARTINS 024.499.839-61 Nome da pessoa LUCAS SIMON 062.066.049-00 Nome da pessoa ADAUTO BRANDELERO 926.089.309-72 Nome da pessoa ELISANDRA MARTINS PORTES 020.277.099-08 Nome da pessoa FABIO PETERLINI 015.994.729-45 Nome da pessoa OLACIR BORGERT 964.543.349-53 |  | Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 | Cargo Conselheiro de administração Cargo Diretor Cargo Conselheiro de administração Cargo Diretor Cargo Diretor Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração |
| Diretoria/Término do Mandato/Cargo/Nome/CPF Nome da pessoa ADRIANE THIVES ARAUJO DE AZEVEDO 966.334.769-49 Nome da pessoa VALMIR DZIVIELEVSKI 881.076.719-53 Nome da pessoa MANFRED BECKER 590.900.229-53 Nome da pessoa PAULO DIEGO BREANCINI 057.065.289-85 Nome da pessoa ERIC RANULLFO MARTINS 024.499.839-61 Nome da pessoa LUCAS SIMON 062.066.049-00 Nome da pessoa ADAUTO BRANDELERO 926.089.309-72 Nome da pessoa ELISANDRA MARTINS PORTES 020.277.099-08 Nome da pessoa FABIO PETERLINI 015.994.729-45 Nome da pessoa OLACIR BORGERT 964.543.349-53 |  | Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 Término do mandato 31/03/2025 | Cargo Conselheiro de administração Cargo Diretor Cargo Conselheiro de administração Cargo Diretor Cargo Diretor Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração Cargo Conselheiro de administração | | | | |
| Último Arquivamento Data 27/11/2024 | | Número 20248739255 | Ato/eventos 017 / 024 - ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE | | | | |
| Situação ATIVA Status SEM STATUS | | | | | | | |
| Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela 1- NIRE: 41900919071 Endereço Completo | | | | | | | |
| CNPJ: 77.984.870/0002-58 | | | | | | | |



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| <p>Nome Empresarial: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP</p> <p>NIRE: 41400000729 Natureza Jurídica: Cooperativa</p> | <p>Protocolo: PRC2423769724</p> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (RUA Sebastião Mendes de Araújo, Nº 166, Centro, Cândói, PR, CEP:85140000,) | CNPJ: 77.984.870/0004-10 |
| 2- NIRE: 41900919098 | |
| Endereço Completo | |
| (AVENIDA MANOEL RIBAS, Nº 1730, SANTANA, Guarapuava, PR, CEP:85070180,) | CNPJ: 77.984.870/0028-97 |
| 3- NIRE: 35920261573 | |
| Endereço Completo | |
| (AVENIDA FRANCISCO SCHMIDT, Nº 1279, CENTRO, Santa Albertina, SP, CEP:15750000,) | CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx |
| 4- NIRE: 41901084534 | |
| Endereço Completo | |
| (RUA ELIAS RICKLI, Nº 350, CENTRO, Turvo, PR, CEP:85150000,) | CNPJ: 77.984.870/0018-15 |
| 5- NIRE: 41901890182 | |
| Endereço Completo | |
| (AVENIDA JOAO FERREIRA NEVES, Nº 3108, CENTRO, Campina do Simão, PR, CEP:85148000,) | CNPJ: 77.984.870/0027-06 |
| 6- NIRE: 35920260275 | |
| Endereço Completo | |
| (AVENIDA EMILIO ARROYO HERNANDES, Nº 2575, POZZOBON, Votuporanga, SP, CEP:15503027,) | CNPJ: 77.984.870/0024-63 |
| 7- NIRE: 41902122049 | |
| Endereço Completo | |
| (AVENIDA SAO ROQUE, Nº 140, CENTRO, Boa Ventura de São Roque, PR, CEP:85225000,) | CNPJ: 77.984.870/0026-25 |
| 8- NIRE: 41902143275 | |
| Endereço Completo | |
| (AVENIDA 04 DE SETEMBRO, Nº 614, CENTRO, Reserva do Iguaçu, PR, CEP:85195000,) | CNPJ: 77.984.870/0003-39 |
| 9- NIRE: 41900919080 | |
| Endereço Completo | |
| (RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 206, CENTRO, Pinhão, PR, CEP:85170000,) | CNPJ: 77.984.870/0009-24 |
| 10- NIRE: 41901004883 | |
| Endereço Completo | |
| (RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 1060, CENTRO, Palmital, PR, CEP:85270000,) | CNPJ: 77.984.870/0011-49 |
| 11- NIRE: 41901185934 | |
| Endereço Completo | |
| (ALAMEDA BADEN WURTENBERG, Nº 726, COLONIA VITORIA, ENTRE RIOS, Guarapuava, PR, CEP:85139400,) | CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx |
| 12- NIRE: xxxxxxxx | |
| Endereço Completo | |
| (AVENIDA Expedicionários Brasileiros, Nº 0970, Coester, Fernandópolis, SP, CEP:15600000,) | CNPJ: 77.984.870/0021-10 |
| 13- NIRE: 35920155226 | |
| Endereço Completo | |
| (RUA BRASIL, Nº 612, CENTRO, Estrela d'Oeste, SP, CEP:15650000,) | CNPJ: 77.984.870/0025-44 |
| 14- NIRE: 35920220818 | |
| Endereço Completo | |
| (AVENIDA CAVALIN, Nº 847, CENTRO, Valentim Gentil, SP, CEP:15520000,) | CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx |
| 15- NIRE: xxxxxxxx | |
| Endereço Completo | |
| (RUA São Paulo, Nº 3147, SALA 1, Patrimônio Novo, Votuporanga, SP, CEP:15500010,) | CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx |
| 16- NIRE: xxxxxxxx | |
| Endereço Completo | |
| (RUA Maria de Glória Medina Estrela, Nº 583, LOTE 5, Centro, Mira Estrela, SP, CEP:15580000,) | CNPJ: 77.984.870/0017-34 |
| 17- NIRE: xxxxxxxx | |
| Endereço Completo | |
| (RUA 11, Nº 931, CENTRO, Santa Fé do Sul, SP, CEP:15775000,) | CNPJ: 77.984.870/0005-09 |
| 18- NIRE: 41900919101 | |
| Endereço Completo | |
| (RUA GENEROSO KARPINSKI, Nº 1368, CENTRO, Santa Maria do Oeste, PR, CEP:85230000,) | CNPJ: 77.984.870/0006-81 |
| 19- NIRE: 41900919110 | |
| Endereço Completo | |
| (RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 128, CENTRO, Pitanga, PR, CEP:85200069,) | CNPJ: 77.984.870/0007-62 |
| 20- NIRE: 41900919136 | |
| Endereço Completo | |
| (RUA QUINTINO BOCAIUVA, Nº 1144, CENTRO, Guarapuava, PR, CEP:85010300,) | CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx |
| 21- NIRE: xxxxxxxx | |



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Nome Empresarial: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP NIRE : 41400000729 Natureza Jurídica: Cooperativa | Protocolo: PRC2423769724 |
| Endereço Completo (AVENIDA João Amadeu, Nº 2774 , Centro, Jales, SP, CEP:15700076,) CNPJ: 77.984.870/0016-53 22- NIRE: 41901832204 Endereço Completo (AVENIDA Manoel Ribas, Nº 3931 , Bonsucesso, Guarapuava, PR, CEP:85055010,) CNPJ: 77.984.870/0020-30 23- NIRE: 35920155218 Endereço Completo (RUA DR. ANTONIO BELCHIOR DA SILVEIRA, Nº 1234 , CENTRO, Nhandeara, SP, CEP:15190000,) CNPJ: 77.984.870/0022-00 24- NIRE: 35920187373 Endereço Completo (AVENIDA DOS BANDEIRANTES, Nº 1737 , CENTRO, Ouroeste, SP, CEP:15685000,) CNPJ: 77.984.870/0023-82 25- NIRE: 41902104237 Endereço Completo (RUA LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, Nº 640 , CENTRO, Goioxim, PR, CEP:85162000,) CNPJ: 77.984.870/0008-43 26- NIRE: 41900919128 Endereço Completo (AVENIDA BRASIL, Nº 521 , CENTRO, Manoel Ribas, PR, CEP:85260000,) CNPJ: 77.984.870/0019-04 27- NIRE: 35920145221 Endereço Completo (RUA BRASIL, Nº 5259 , CENTRO, Palmeira d'Oeste, SP, CEP:15720000,) | |

Esta certidão foi emitida automaticamente em 03/12/2024, às 13:13:03 (horário de Brasília) e, se impressa, verificar sua autenticidade no
<https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **GGVDMVO**.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>)
no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, inscrito no CNPJ n.º 77.984.870/0001-77, por intermédio de seus representantes legais, o Sr. VALMIR DZIVIELEVSKI, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 52074924 e do CPF n.º 881.076.719-53, e o Sr. PAULO DIEGO BREANCINI, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 91978466 e do CPF n.º 057.065.289-85, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Guarapuava, 06 de dezembro de 2024.

VALMIR DZIVIELEVSKI
CPF: 881.076.719-53
DIRETOR EXECUTIVO

PAULO DIEGO BREANCINI
CPF: 057.065.289-85
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Sicredi Planalto das Águas PR/SP

Rua das Flores, 506, Conradinho
85.045-300 - Guarapuava/PR

sicredi.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código B168-4892-2720-74CD.

Classificação da informação: Uso Interno

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código B168-4892-2720-74CD.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi (Certisign). Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B168-4892-2720-74CD> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B168-4892-2720-74CD



Hash do Documento

4EA2E5C2A324D6F1175A90DB93731DF9626AEDD3BE7BA6D30B6302D4D83A65C5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/12/2024 é(são) :

☒ Valmir Dzivielevski (DIRETOR EXECUTIVO) - 881.076.719-53
em 06/12/2024 17:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Paulo Diego Breancini (DIRETOR DE OPERAÇÕES) -
057.065.289-85 em 06/12/2024 16:37 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



amo M



Demonstrações Financeiras 2023

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 26/02/2024, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Valmir Dzivielevski
Diretor Executivo
CPF: 881.076.719-53

Paulo Diego Breancini
Diretor de Operações
CPF: 057.065.289-85

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

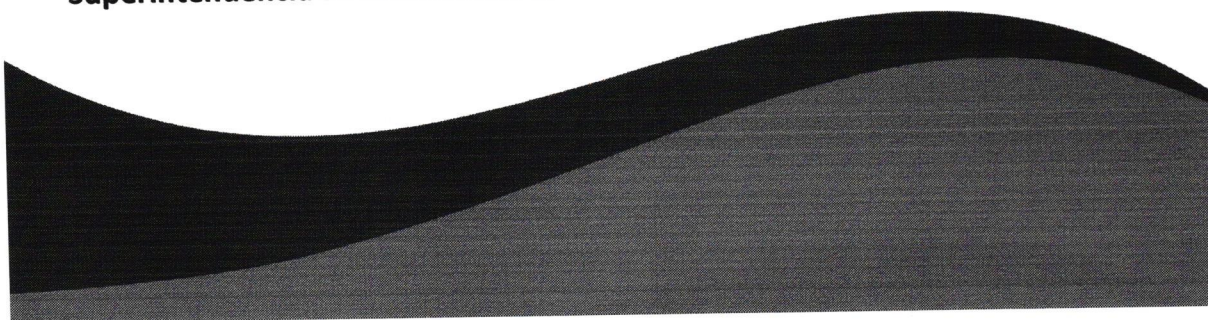
mo m



Demonstrações Financeiras 2023

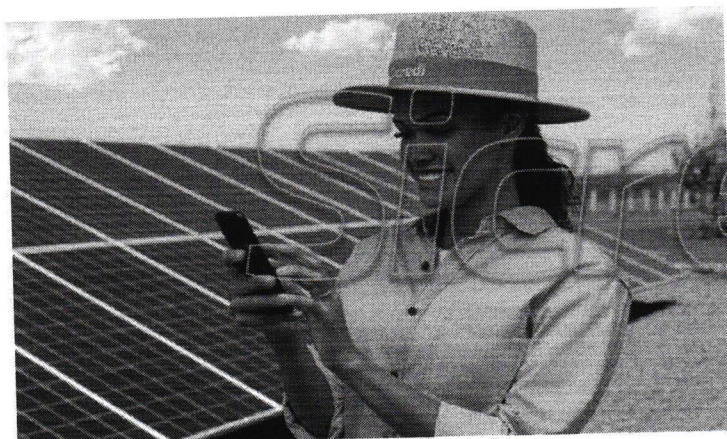
**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná
e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das
Águas PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



mo M

Relatório de Administração



Somos o

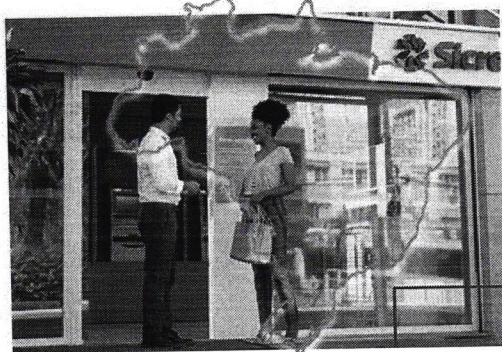
Sicredi

A primeira instituição
financeira cooperativa
do Brasil

Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em "fazer juntos para fazera diferença".



Temos parte e presença nacional

- Estamos presentes em todos os estados e Distrito Federal
- Temos agências em mais de 1,9 mil municípios
- Em mais de 200 municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos mais de 7,5 milhões de associados, além da presença no ecossistema digital
- Temos mais de 2,6 mil agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:



Conta corrente
Cartões



Investimentos
Seguros



Consórcios
Máquina de cartões



Câmbio
Crédito e muito mais

me m

Durante o exercício de 2023 destacamos os seguintes fatos administrativos:

Sicredi Planalto das Águas PR/SP, 40 Anos de crescimento além da conta!

No dia 10 de agosto completamos 40 anos de história e, para celebrar a data, realizamos uma palestra em Guarapuava/PR, com a presença de José Luiz Tejon, entusiasta do cooperativismo e considerado uma das maiores autoridades nas áreas de gestão de vendas, agronegócio, liderança e motivação, com presença de mais de 2.300 pessoas. Já na região Noroeste Paulista, foram 4 eventos com Allan Costa, referência em liderança, empreendedorismo e inovação: Santa Fé do Sul, Fernandópolis, Votuporanga e Jales, mobilizando mais de 2 mil pessoas. Nos 5 encontros foram mais de 4 mil pessoas impactadas.

Avançamos na metodologia batizada de "Relacionamento Ativo com o Associado" (RAAS), em que possibilita uma maior aproximação com os Associados, buscando entender para atender da melhor forma. Fomos reconhecidos a nível sistêmico como o maior ISA PJ (Índice de Solução por Associado Pessoa Jurídica). Essa reestruturação, também fez necessária a contratação de mais pessoas para garantir um atendimento de excelência. O número de colaboradores cresceu 14% em relação ao ano anterior e foram mais de R\$ 1 milhão de Reais investidos em qualificação, totalizando mais de 26 mil horas de treinamentos. Impacto direto na pesquisa NPS (que mede o nível de satisfação do associado com o atendimento de sua Cooperativa), em que alcançamos o recorde de 80,05% de Associados satisfeitos. Todo esse crescimento fez com que a Cooperativa alcançasse o Porte IV em recursos para fins de porte, demonstrando a segurança e a confiança em que os associados depositam na Cooperativa. Expandimos nossa rede de atendimento em 5 (cinco) novas agências em 2023. Chegamos em Ouroeste e Valentim Gentil, na região noroeste paulista e, no Paraná, em Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão e Reserva do Iguçu. Além da abertura do escritório de negócios junto ao Cilla Tech Park, no bairro inteligente Cidade dos Lagos, em Guarapuava/PR. A Sede Administrativa também ampliou, com o Espaço Catavento, em que duas gerências (Meios Pagamentos e Processos) foram alocadas.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÊS MULHER E JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 28 anos de existência, o programa já impactou mais de 4,2 milhões de crianças e adolescentes em 650 municípios.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



Na Semana ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), impactamos 3.933 pessoas, dentre jovens, adultos e crianças. No Dia de Cooperar (Dia C), realizamos 14 ações em prol da comunidade. Realizamos a segunda edição do Programa Coonecta, com alunos de duas escolas públicas do município de Turva/PR. A iniciativa tem como premissa incentivar alunos a identificar um problema local e propor uma solução, por meio de pilares como: inovação, sustentabilidade, cooperativismo e educação financeira. Destaque para mais de 47 mil operações de crédito (Comercial e Rural) e de 308 indenizações de sinistros respaldadas pelas seguras, que agregaram renda e minimizaram impactos aos Associados.

Notas atribuídas ao Sicredi pelas principais agências de rating do mundo:

AA+(br) – Fitch
AAA.br – Moody's
brAAA – Standard & Poor's

Reconhecimentos

Em 2023 fomos reconhecidos em vários ocasiões pelas melhores práticas e premiações nacionais e internacionais, tais como:

- Reconhecimento pelo Environmental Finance Impact Awards 2023, categoria Gender of the year.
- Premiação em três categorias do Open Summit Awards 2023, 1º lugar na categoria "Destaque S/S/SA/SC".
- Prêmio Environmental Finance Bond Award na categoria Empréstimo Social para mulheres e microempresárias.
- Melhor Empresa para Trabalhar, da GPTV.
- Reconhecimento pelo BNDES com o 1º lugar nas categorias "Atendimento ao Cliente" e "Economia Verde".

Conselho de Administração e Diretoria

me 11



Building a better
working world

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
Guarapuava - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Handwritten signature and initials



Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 26 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|----------------------------------------------------------------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| ATIVO | PASSIVO | | PASSIVO | |
| ATIVO | 1.826.905 | | 1.625.683 | |
| DISPONIBILIDADES | 7.408 | | 922.273 | |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 1.850.430 | (Nota 04) | 136.970 | (Nota 11) |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 62.025 | (Nota 05) | 121.640 | |
| Títulos e valores mobiliários | 363.784 | (Nota 06) | 663.663 | |
| Centralização financeira | 246.559 | (Nota 04) | 537.097 | |
| Relações interfinanceiras ativas | 222 | | 5 | |
| Operações de crédito | 1.037.971 | (Nota 07) | 523.194 | (Nota 12) |
| Outros ativos financeiros | 139.869 | (Nota 08) | 3 | (Nota 13) |
| PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO | (77.781) | (Nota 07) | 13.895 | (Nota 14) |
| OUTROS ATIVOS | 6.801 | (Nota 09) | 4.944 | (Nota 15) |
| IMOBILIZADO DE USO | 38.206 | (Nota 10) | 161.369 | (Nota 16) |
| INTANGÍVEL | 1.841 | (Nota 10) | 112.767 | (Nota 17) |
| TOTAL DO ATIVO | 1.826.905 | | 201.222 | (Nota 18) |
| | | | 171.623 | |
| | | | 62.954 | |
| | | | 103.989 | |
| | | | 4.680 | |
| | | | 1.826.905 | |
| | | | 1.333.096 | |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

FLS. 149

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| Descrição das contas | 01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado) | | 01/01/2023 a 31/12/2023 | | 01/01/2022 a 31/12/2022 | |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|-----------|----------------------------|-----------|----------------------------|----------|
| | | | | | | |
| INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | | | | | |
| Operações de crédito | | 156.507 | | 280.048 | | 169.909 |
| Resultado de títulos e valores mobiliários | (Nota 07) | 112.847 | | 204.840 | | 126.194 |
| Resultado das aplicações compulsórias | | 29.671 | | 52.313 | | 29.046 |
| Ingressos de depósitos intercooperativos | | 9 | | 15 | | 8 |
| | | 13.980 | | 22.880 | | 14.661 |
| | | (100.955) | | (175.660) | | (90.028) |
| DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | | | | | |
| Operações de captação no mercado | (Nota 21) | (39.639) | | (72.045) | | (45.507) |
| Operações de empréstimos e repasses | | (24.693) | | (43.770) | | (23.087) |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | (Nota 07) | (36.623) | | (59.845) | | (21.434) |
| | | 55.552 | | 104.388 | | 79.881 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | | | | | |
| | | (36.677) | | (67.554) | | (46.790) |
| OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS | | | | | | |
| Ingressos e receitas de prestação de serviços | (Nota 22) | 23.164 | | 41.352 | | 27.608 |
| Rendas de tarifas bancárias | (Nota 23) | 4.496 | | 8.103 | | 6.419 |
| Dispêndios e despesas de pessoal | (Nota 24) | (24.548) | | (46.155) | | (33.732) |
| Outros dispêndios e despesas administrativas | (Nota 25) | (21.450) | | (42.632) | | (33.451) |
| Dispêndios e despesas tributárias | | (145) | | (323) | | (263) |
| Outros ingressos e receitas operacionais | (Nota 26) | 3.725 | | 7.768 | | 5.937 |
| Outros dispêndios e despesas operacionais | (Nota 27) | (21.919) | | (35.667) | | (19.308) |
| | | 18.875 | | 36.834 | | 33.091 |
| RESULTADO OPERACIONAL | | | | | | |
| | | 18.875 | | 36.834 | | 33.091 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES | | | | | | |
| | (Nota 19) | 240 | | - | | - |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| Provisão para Imposto de Renda | | 147 | | - | | - |
| Provisão para Contribuição Social | | 93 | | - | | - |
| | | (4.728) | | (9.120) | | (6.016) |
| PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS | | | | | | |
| | | 14.387 | | 27.714 | | 27.075 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES | | | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Expansão | Sobras ou Perdas Acumuladas | Total |
|-----------------------------------------------------------------|----------------|---------------|---------------------|-----------------------------|---------|
| Saldo no início do exercício em 01/01/2022 | 53.507 | 81.307 | 2.600 | 5.083 | 142.497 |
| Destinação resultado exercício anterior | 1.365 | - | 3.700 | (1.365) | - |
| Distribuição de sobras para associados | - | - | - | (3.700) | (18) |
| Destinações para reservas | - | - | - | (18) | - |
| Outras destinações | - | - | - | - | 7.599 |
| Capital de associados | 7.599 | - | - | - | (2.999) |
| Aumento de capital | (2.999) | - | - | 27.075 | 27.075 |
| Baixas de capital | - | - | - | - | - |
| Resultado do exercício | - | - | - | (2.340) | (2.340) |
| Destinações | - | - | - | (3.673) | (191) |
| FATES - Estatutário | 3.482 | - | - | (16.382) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | 16.382 | - | - | - |
| Reserva legal - Estatutária | 62.954 | 97.689 | 6.300 | 4.680 | 171.623 |
| Saldo no fim do exercício em 31/12/2022 | 9.447 | 16.382 | 3.700 | (403) | 29.126 |
| Mutações do Exercício | 62.954 | 97.689 | 6.300 | 4.680 | 171.623 |
| Saldo no início do exercício em 01/01/2023 | - | - | - | (1.339) | - |
| Destinação resultado exercício anterior | 1.339 | - | 3.329 | (3.329) | - |
| Distribuição de sobras para associados | - | - | - | (12) | (12) |
| Destinações para reservas | - | - | - | - | 9.024 |
| Outras destinações | - | - | - | - | (3.594) |
| Capital de associados | 9.024 | 184 | - | - | - |
| Aumento de capital | (3.778) | - | (9.629) | 9.629 | 27.714 |
| Baixas de capital | - | - | - | 27.714 | 27.714 |
| Reversões de reservas | - | - | - | - | - |
| Resultado do exercício | - | - | - | (3.304) | (3.304) |
| Destinações | - | - | - | (4.300) | (229) |
| FATES - Estatutário | 4.071 | - | - | (23.130) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | 23.130 | - | - | - |
| Reserva legal - Estatutária | 73.610 | 121.003 | - | 6.609 | 201.222 |
| Saldo no fim do exercício em 31/12/2023 | 10.656 | 23.314 | (6.300) | 1.929 | 29.599 |
| Mutações do Exercício | 66.924 | 97.689 | 9.629 | 13.327 | 187.569 |
| Saldo no início do semestre em 01/07/2023 (Não auditado) | - | - | - | - | 4.808 |
| Capital de associados | 4.808 | - | - | - | (2.009) |
| Aumento de capital | (2.193) | 184 | - | - | - |
| Baixas de capital | - | - | (9.629) | 9.629 | 14.387 |
| Reversões de reservas | - | - | - | - | - |
| Resultado do semestre | - | - | - | - | - |
| Destinações | - | - | - | (3.304) | (3.304) |
| FATES - Estatutário | 4.071 | - | - | (4.300) | (229) |
| Juros sobre o capital próprio | - | 23.130 | - | (23.130) | - |
| Reserva legal - Estatutária | 73.610 | 121.003 | - | 6.609 | 201.222 |
| Saldo no fim do exercício em 31/12/2023 | 6.686 | 23.314 | (9.629) | (6.718) | 13.653 |
| Mutações do Semestre | - | - | - | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas
PR/SP

CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| | 01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado) | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO | 53.994 | 93.049 | 49.954 |
| Resultado do semestre/exercício | 14.387 | 27.714 | 27.075 |
| AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO | 39.607 | 65.335 | 22.879 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 36.623 | 59.845 | 21.434 |
| Distribuição de dividendos | (44) | (84) | (156) |
| Depreciação e amortização | 2.832 | 5.315 | 3.820 |
| Baixas do ativo permanente | 158 | 160 | 139 |
| (Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | 3.342 | 3.403 | (18) |
| Destinações ao FATES | (3.304) | (3.304) | (2.340) |
| VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS | (26.283) | (25.460) | 77.608 |
| (Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | (28.033) | 13.268 | (53.139) |
| (Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários | (12.573) | (111.532) | 8.226 |
| (Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas | 8.273 | (93) | (62) |
| (Aumento) em operações de crédito | (285.389) | (330.880) | (220.490) |
| (Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos | 5 | 5 | - |
| Aumento em relações interfinanceiras passivas | 121.765 | 160.750 | 119.969 |
| (Aumento) em outros ativos financeiros | (31.730) | (54.392) | (42.396) |
| (Aumento) Redução em outros ativos | 437 | (2.638) | (1.436) |
| Aumento em depósitos | 150.184 | 240.059 | 211.400 |
| Aumento em passivos financeiros | 10.682 | 11.531 | 1.079 |
| Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses | - | (140) | (304) |
| Absorção de dispêndios pelo FATES | (360) | (2.341) | (1.718) |
| Aumento em outros passivos | 40.456 | 50.943 | 56.479 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado) | 27.711 | 67.589 | 127.562 |
| Aquisição de imobilizado de uso | (4.653) | (12.417) | (11.564) |
| Aplicações no intangível | (235) | (502) | (797) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado) | (4.888) | (12.919) | (12.361) |
| Aumento de capital | 4.808 | 9.024 | 7.599 |
| Baixa de capital | (2.009) | (3.594) | (2.999) |
| Juros ao capital próprio | (229) | (229) | (191) |
| Distribuição de Sobras | - | (12) | (18) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado) | 2.570 | 5.189 | 4.391 |
| AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 25.393 | 59.859 | 119.592 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | 363.927 | 329.461 | 209.869 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04) | 389.320 | 389.320 | 329.461 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

mo

M

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| | 01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado) | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|---------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Resultado líquido do exercício | 14.387 | 27.714 | 27.075 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - |
| Resultado abrangente atribuível | 14.387 | 27.714 | 27.075 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Handwritten signature and initials

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/08/1983 e sede situada na Rua Flores, 506, na cidade de Guarapuava - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2023, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.600 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 25 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2024.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 2.510 (dezembro de 2022 - R\$ 1.125) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

- Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.
- Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.
- Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.
- Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.
- Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS - 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS - 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

Handwritten signature and initials.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

| Descrição | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|----------------|------------|----------------|
| | | | | |
| Disponibilidades | | 7.408 | | 6.514 |
| Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06) | | 135.353 | | 215.519 |
| Centralização financeira | | 246.559 | | 107.428 |
| Total | | 389.320 | | 329.461 |

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2023 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2022 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| Descrição | 31/12/2023 | | | | 31/12/2022 |
|-----------------------------------------------------------------|-------------|--------------|-------------------|---------------|---------------|
| | A vencer | | | | Total |
| | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | |
| Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. | - | - | 62.025 | 62.025 | 75.293 |
| | - | - | 62.025 | 62.025 | 75.293 |
| Total | | | | 62.025 | 16.439 |
| | | | | | 58.854 |

Total circulante

Total não circulante

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| Descrição | 31/12/2023 | | | | 31/12/2022 |
|----------------------------------------------------------|-------------|--------------|-------------------|----------------|----------------|
| | A vencer | | | | Total |
| | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | |
| Títulos de renda fixa - CPR | 33.389 | 126.597 | 30.480 | 190.466 | 94.266 |
| Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira | 135.353 | - | - | 135.353 | 22.582 |
| Cotas de fundos multimercado - centralização financeira | - | - | - | - | 192.937 |
| Participações de Cooperativas | - | - | 37.965 | 37.965 | 22.633 |
| | 168.742 | 126.597 | 68.445 | 363.784 | 332.418 |
| Total | | | | 295.339 | 285.689 |
| | | | | 68.445 | 46.729 |

Total circulante

Total não circulante

me

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passaram a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

| Descrição | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|------------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Registrados ao custo de aquisição | | | 5.685 | 5.685 |
| Sicredi Participações S.A. | | | 1 | 1 |
| Sicredi Fundos Garantidores | | | 32.279 | 16.947 |
| Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ | | | 37.965 | 22.633 |
| Total | | | | |

| Descrição | Sicredi Participações S.A. | | Sicredi Fundos Garantidores | | Cooperativa Central | |
|------------------------------------------|----------------------------|--------------|-----------------------------|------------|---------------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Número de ações/quotas possuídas | 1.840.844 ON | 1.840.844 ON | 1 | 1 | 32.278.960 | 16.947.227 |
| | 3.844.212 PN | 3.844.212 PN | Quotas | Quotas | Quotas | Quotas |
| Percentual de participação | 0,13% | 0,18% | 0,62% | 0,62% | 2,36% | 2,16% |
| Capital social | 4.341.716 | 3.208.211 | 161 | 161 | 1.367.728 | 786.243 |
| Patrimônio líquido | 4.427.933 | 3.298.737 | 416.033 | 369.267 | 1.375.980 | 787.743 |
| Resultado líquido do exercício | 120.326 | 115.902 | 46.767 | 1.195 | - | - |
| Valor das participações das cooperativas | 5.685 | 5.685 | 1 | 1 | 32.279 | 16.947 |

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

| Operações de crédito e Outros créditos | Vencidas a partir de 15 dias | 31/12/2023 | | | Total da carteira | 31/12/2022 |
|-----------------------------------------------------------------|------------------------------|-------------|--------------|-------------------|-------------------|------------|
| | | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | | |
| Empréstimos e títulos descontados | 22.547 | 129.246 | 202.387 | 273.317 | 627.497 | 422.565 |
| Financiamentos | 548 | 8.445 | 23.112 | 53.979 | 86.084 | 71.306 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 1.517 | 45.797 | 189.609 | 87.467 | 324.390 | 230.970 |
| Total das operações de crédito | 24.612 | 183.488 | 415.108 | 414.763 | 1.037.971 | 724.841 |
| Avalis e fianças honrados (Nota 08) | 390 | - | - | 775 | 390 | 16 |
| Devedores por compra de valores e bens (Nota 08) | 9 | 192 | 218 | 1.009 | 1.194 | 1.196 |
| Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08) | - | 89.186 | 39.489 | 1.009 | 129.684 | 79.674 |
| Total de outros créditos | 399 | 89.378 | 39.707 | 1.784 | 131.268 | 80.886 |
| Carteira total | 25.011 | 272.866 | 454.815 | 416.547 | 1.169.239 | 805.727 |
| Total circulante | | | | | 752.692 | 519.314 |
| Total não circulante | | | | | 416.547 | 286.413 |

Total circulante
Total não circulante

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

| Níveis de risco | % Provisão | Operações de crédito e Outros créditos | | Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | |
|-----------------|------------|----------------------------------------|------------|---------------------------------------------------------------|------------|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| AA | - | 38.129 | 23.279 | - | - |
| A | 0,50 | 465.962 | 325.569 | 2.330 | 1.628 |
| B | 1,00 | 321.301 | 282.864 | 3.213 | 2.828 |
| C | 3,00 | 172.146 | 109.323 | 5.164 | 3.279 |
| D | 10,00 | 71.199 | 23.610 | 7.120 | 2.361 |
| E | 30,00 | 35.817 | 14.356 | 10.745 | 4.306 |
| F | 50,00 | 20.897 | 6.882 | 10.448 | 3.441 |
| G | 70,00 | 16.756 | 6.648 | 11.729 | 4.647 |
| H | 100,00 | 27.032 | 13.196 | 27.032 | 13.196 |
| Total | | 1.169.239 | 805.727 | 77.781 | 35.686 |

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 191.514 (dezembro de 2022 - R\$ 105.411) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 29). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 2.568 (dezembro de 2022 - R\$ 954) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

| Setor | Vencidas a partir de 15 dias | 31/12/2023 | | | Total da Carteira | 31/12/2022 |
|-----------------------------|------------------------------|-------------|--------------|-------------------|-------------------|------------|
| | | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | | |
| Pessoas físicas | 15.345 | 133.197 | 138.912 | 147.417 | 434.871 | 270.747 |
| Rural | 1.517 | 45.797 | 189.609 | 87.467 | 324.390 | 230.970 |
| Industrial | 51 | 7.289 | 8.528 | 15.709 | 31.577 | 24.624 |
| Comércio | 3.719 | 46.376 | 70.235 | 94.952 | 215.282 | 154.813 |
| Pessoas jurídicas | 4.379 | 40.207 | 47.531 | 71.002 | 163.119 | 124.573 |
| Total | 25.011 | 272.866 | 454.815 | 416.547 | 1.169.239 | 805.727 |
| Total circulante | | | | | 752.692 | 519.314 |
| Total não circulante | | | | | 416.547 | 286.413 |

mo m

d) Concentração das operações de crédito

| | 31/12/2023 | % | 31/12/2022 | % |
|-------------------------|------------------|---------------|----------------|---------------|
| 10 maiores devedores | 106.538 | 9,11 | 75.879 | 9,42 |
| 50 devedores seguintes | 154.427 | 13,21 | 120.816 | 14,99 |
| 100 devedores seguintes | 145.218 | 12,42 | 105.407 | 13,08 |
| Demais | 763.056 | 65,26 | 503.625 | 62,51 |
| Total | 1.169.239 | 100,00 | 805.727 | 100,00 |

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

| | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 51.203 | 35.686 | 20.244 |
| Constituição de provisão | 50.903 | 85.582 | 36.801 |
| Reversão de provisão | (14.280) | (25.737) | (15.367) |
| Movimento da provisão para perdas no resultado | 36.623 | 59.845 | 21.434 |
| Movimentação de baixados para prejuízo | (10.045) | (17.750) | (5.992) |
| Saldo final | 77.781 | 77.781 | 35.686 |

f) Resultado com operações de crédito:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Empréstimos e títulos descontados | 163.082 | 96.655 |
| Financiamentos | 16.969 | 11.070 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 20.486 | 14.302 |
| Outros | 99 | 43 |
| Subtotal | 200.636 | 122.070 |
| Recuperações de créditos baixados como prejuízo | 4.204 | 4.124 |
| Total | 204.840 | 126.194 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 113.494 (2022 - R\$ 26.612).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------------------------------------------|----------------|---------------|
| Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07) | 129.684 | 79.674 |
| Rendas a receber | 2.499 | 1.608 |
| Devedores por compra de valores e bens (Nota 07) | 1.194 | 1.196 |
| Avais e fianças honrados (Nota 07) | 390 | 16 |
| Transações com cartão de crédito | 5.994 | 2.845 |
| Devedores por depósitos em garantia (Nota 16) | 108 | 54 |
| Total | 139.869 | 85.393 |
| Total circulante | 137.977 | 83.998 |
| Total não circulante | 1.892 | 1.395 |

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------------------------------|--------------|--------------|
| Outros valores e bens | 2.115 | 103 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 387 | 277 |
| Adiantamentos para pagamentos de nossa conta | 789 | 635 |
| Adiantamentos para Confederação Sicredi | 1.426 | 467 |
| Atualização monetária sobre Dis (Central) | 578 | 905 |
| Impostos e contribuições a compensar | 392 | 268 |
| Pendências a regularizar | 48 | 399 |
| Valores a receber Portabilidades | 17 | - |
| Valores a receber SFG | 7 | 4 |
| Outros | 48 | 63 |
| Total circulante | 5.807 | 3.121 |
| Total não circulante | 994 | 1.042 |
| Total | 6.801 | 4.163 |

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

| a) Outros valores e bens | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos | 4.698 | 3.271 |
| Imóveis | 4.698 | 3.271 |
| Provisões para redução ao valor recuperável de ativos | (2.229) | (2.229) |
| Material em estoque | 69 | - |
| Despesas antecipadas | 571 | 103 |
| Total | 3.109 | 1.145 |

mo m

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|------------|------------|
| Saldo inicial | (2.229) | (2.229) |
| Constituição de provisão | - | - |
| Reversão de provisão | - | - |
| Saldo final | (2.229) | (2.229) |

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

| Descrição | Taxas anuais de depreciação % | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 |
|-----------------------------------------|-------------------------------|------------|------------------------------------|---------|------------|
| | | Custo | Depreciação/ amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Imobilizado de uso | - | 51.291 | (13.085) | 38.206 | 30.365 |
| Móveis e equipamentos em estoque | - | 17 | - | 17 | - |
| Imobilizações em curso | - | 1.508 | - | 1.508 | 4.119 |
| Terrenos | - | 11.230 | - | 11.230 | 7.274 |
| Instalações | 10% | 1.716 | (594) | 1.122 | 910 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10% | 12.994 | (3.086) | 9.908 | 6.869 |
| Móveis e equipamentos | 10% | 9.144 | (2.949) | 6.195 | 4.774 |
| Equipamentos de comunicação e segurança | 10% | 4.101 | (1.172) | 2.929 | 2.056 |
| Equipamentos de processamento de dados | 20% | 9.347 | (4.678) | 4.669 | 3.500 |
| Veículos | 20% | 1.234 | (606) | 628 | 863 |
| Intangível | 20% | 8.082 | (6.241) | 1.841 | 2.238 |
| Investimentos Confederação | 20% | 7.985 | (6.144) | 1.841 | 2.227 |
| Outros ativos intangíveis | - | 97 | (97) | - | 11 |

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

| Depósitos | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 |
|----------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|------------|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| Depósitos à vista | 136.970 | - | - | 136.970 |
| Depósitos interfinanceiros | - | - | 121.640 | 121.640 |
| Depósitos a prazo | 33.090 | 78.798 | 551.775 | 663.663 |
| Total | 170.060 | 78.798 | 673.415 | 922.273 |

Total circulante

Total não circulante

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 |
|---------------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|------------|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI) | - | 5 | - | 5 |
| Total | - | 5 | - | 5 |

Total circulante

A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------|------------|------------|
| Repasses interfinanceiros | 523.194 | 362.444 |
| Total | 523.194 | 362.444 |

a) Repasses Interfinanceiros

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|------------|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| Banco Cooperativo Sicredi S.A. | 77.127 | 287.739 | 112.397 | 477.263 |
| Total - Recursos do Crédito Rural | 77.127 | 287.739 | 112.397 | 477.263 |
| Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ | 50 | 32 | 244 | 326 |
| Banco Cooperativo Sicredi S.A. | 14.449 | 1.716 | 29.440 | 45.605 |
| Total - Outros Recursos | 14.499 | 1.748 | 29.684 | 45.931 |
| Total | 91.626 | 289.487 | 142.081 | 523.194 |

Total circulante

Total não circulante

mo

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,25% a.a. com vencimentos até 15/10/2033, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

| Repasses no País | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | |
|------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|------------|------------|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total |
| | - | 3 | - | 3 | 143 |
| BNDES | - | 3 | - | 3 | 143 |
| Total | | | | 3 | 143 |

Total circulante

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 30/06/2024.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

| Descrição | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|----------------------------------------------------------|---------------|--|------------|--------------|
| | | | | |
| Provisão para garantias financeiras prestadas | 660 | | | 250 |
| Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco | 242 | | | - |
| Recursos em trânsito de terceiros | 1.085 | | | 1.410 |
| Total circulante | 1.907 | | | 1.660 |
| | | | | |
| Provisão para garantias financeiras prestadas | 1.908 | | | 704 |
| Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco | 10.000 | | | - |
| Total não circulante | 11.908 | | | 704 |
| | | | | |
| Total | 13.895 | | | 2.364 |

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de crédito de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

| Natureza | Probabilidade de perda | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|-----------------------------|------------------------|------------------|----------------------------|------------|--------------|
| | | | | | |
| Cível | Provável | | 4.944 | | 1.541 |
| Total não circulante | | | 4.944 | | 1.541 |
| | | | | | |
| Natureza | 31/12/2022 | Aumento Provisão | Baixa/Reversão de Provisão | 31/12/2023 | |
| | | | | | |
| Cível | 1.541 | 3.444 | (41) | | 4.944 |
| Total não circulante | 1.541 | 3.444 | (41) | | 4.944 |

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

| Natureza | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--------------|------------|-------|------------|-------|
| | Quantidade | Total | Quantidade | Total |
| | 22 | 836 | 17 | 694 |
| Cível | 1 | 322 | 1 | 295 |
| Tributária | 23 | 1.158 | 18 | 989 |
| Total | | | | |

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 109 (dezembro de 2022 - R\$ 54), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

| Descrição | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|----------------------------------------------------|------------|--|------------|----------------|
| | | | | |
| Transações com cartões de crédito | 132.681 | | | 81.939 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 5.517 | | | 3.887 |
| Cotas de capital a pagar | 3.846 | | | 3.239 |
| Provisão para participações nos lucros | 9.806 | | | 6.291 |
| Fundo de assistência técnica, educacional e social | 3.304 | | | 2.340 |
| Impostos e contribuições a recolher | 1.796 | | | 1.357 |
| Credores diversos | 330 | | | 2.304 |
| Cheques administrativos | 297 | | | 11.102 |
| Cobrança e arrecadação de tributos | 52 | | | 210 |
| Pendências a regularizar | 161.369 | | | 98 |
| Total | | | | 112.767 |

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de adquirência).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

mo m

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------|------------|------------|
| Capital social | 73.610 | 62.954 |
| Total de associados | 50.789 | 40.070 |

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do capital social foi de R\$ 10.656 (dezembro de 2022 – R\$ 9.447), sendo R\$ 5.410 (dezembro de 2022 – R\$ 4.847) via integralização de resultados e R\$ 9.024 (dezembro de 2022 – R\$ 7.599), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.594 (dezembro de 2022 – R\$ 2.999).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,5% em conta capital, no montante de R\$ 4.300 (dezembro de 2022 – R\$ 3.673), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a Reserva Legal

A partir de dezembro de 2023, a cooperativa passou a contabilizar a reversão de capital a pagar, não procurada pelos ex associados há mais de dez anos, conforme o disposto na Lei Complementar nº 196/22, no valor de R\$ 184.

d) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------------------|------------|------------|
| Resultado do período | 27.714 | 27.075 |
| (-) Juros sobre capital próprio | (4.300) | (3.673) |
| (+) Reversões de reservas | 9.629 | - |
| (=) Base de cálculo das destinações estatutárias | 33.043 | 23.402 |

| Descrição | % das destinações | 31/12/2023 | % das destinações | 31/12/2022 |
|-------------------------------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
| FATES | 10% | (3.304) | 10% | (2.340) |
| Reserva Legal | 70% | (23.130) | 70% | (16.382) |
| (=) Total das destinações | | (26.434) | | (18.722) |
| Sobras Líquidas a disposição da AGO | | 6.609 | | 4.680 |

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores, conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 36.834 | 33.091 |
| Participação nas sobras | (9.120) | (6.016) |
| Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio | 27.714 | 27.075 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes | (11.086) | (11.101) |
| Efeito dos ajustes previstos na legislação: | | |
| Sobras decorrentes dos atos cooperativos | 10.082 | 10.639 |
| Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício | 1.720 | 1.506 |
| Demais adições e exclusões previstas na legislação | 21 | 62 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | - | - |

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

Assinatura

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------------------------------|------------|------------|
| Ativo | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05) | 62.025 | 75.293 |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 06) | 363.784 | 332.418 |
| Centralização financeira (Nota 04) | 246.559 | 107.428 |
| Outros ativos financeiros (Nota 08) | 2.122 | 1.280 |
| Outros ativos (Nota 09) | 2.011 | 1.376 |
| Intangível (Nota 10) | 1.841 | 2.227 |
| Passivo | | |
| Depósitos interfinanceiros (Nota 11) | 121.640 | 144.970 |
| Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13) | 523.194 | 362.444 |
| Outros passivos (Nota 17) | 130.142 | 77.963 |
| Principal e juros dívida subordinada (Nota 15) | 10.242 | - |
| Receitas | | |
| Resultado títulos e valores mobiliários | 52.313 | 29.046 |
| Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22) | 9.156 | 6.199 |
| Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26) | 1.558 | 846 |
| Ingressos de depósitos intercooperativos | 22.879 | 14.661 |
| Despesas | | |
| Operações de captação no mercado (Nota 21) | 15.313 | 12.813 |
| Operações de empréstimos e repasses | 43.768 | 23.077 |
| Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25) | 2.226 | 2.132 |
| Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27) | 12.952 | 9.656 |

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

| Natureza da operação | 31/12/2023 | % em relação ao total | 31/12/2022 |
|----------------------|------------|-----------------------|------------|
| Depósitos à vista | 69 | 0,05% | 144 |
| Depósitos a prazo | 472 | 0,07% | 428 |
| Operações de crédito | 4.549 | 0,44% | 3.681 |

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

| Remuneração | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------|------------|------------|
| Pessoas chave da administração | 7.797 | 4.993 |

NOTA 21 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

| Descrição | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------------------------|------------------------------------|------------|------------|
| Depósitos interfinanceiros | 7.388 | 15.071 | 12.813 |
| Depósitos de aviso prévio | 44 | 213 | 369 |
| Depósitos a prazo | 31.351 | 55.461 | 31.626 |
| Letras financeiras | 242 | 242 | - |
| Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) | 614 | 1.058 | 699 |
| Total | 39.639 | 72.045 | 45.507 |

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| Descrição | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------------------------|------------------------------------|------------|------------|
| Cobrança | 1.373 | 2.746 | 2.632 |
| Comissões | - | 1 | - |
| Consórcios | 1.333 | 2.401 | 1.796 |
| Convênios | 551 | 1.110 | 1.052 |
| Distribuição de produtos e serviços bancários | 5.470 | 8.951 | 6.019 |
| Processamento da compensação | 19 | 35 | 32 |
| Seguros | 3.308 | 5.827 | 3.773 |
| Taxas e tarifas | 1.104 | 2.056 | 1.560 |
| Serviços de pagamento | 8.444 | 15.245 | 9.729 |
| Antecipação de recebíveis | 1.494 | 2.833 | 821 |
| Outros serviços | 68 | 147 | 194 |
| Total | 23.164 | 41.352 | 27.608 |

mo a

NOTA 23 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

| Descrição | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------|------------------------------------|------------|------------|
| | 2.478 | 4.352 | 3.375 |
| Pacotes de serviços - PF | 86 | 191 | 222 |
| Serviços prioritários - PF | 1 | 3 | 4 |
| Serviços diferenciados - PF | 1.931 | 3.557 | 2.818 |
| Tarifas bancárias - PJ | 4.496 | 8.103 | 6.419 |
| Total | | | |

NOTA 24 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

| Descrição | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------|------------------------------------|------------|------------|
| | 13.389 | 25.485 | 18.632 |
| Remuneração | 5.588 | 10.672 | 7.769 |
| Benefícios | 5.558 | 9.976 | 7.318 |
| Encargos sociais | 13 | 22 | 13 |
| Treinamentos | 24.548 | 46.155 | 33.732 |
| Total | | | |

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| Descrição | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------------------------------|------------------------------------|------------|------------|
| | 296 | 540 | 456 |
| Água, energia e gás | 2.234 | 4.295 | 3.655 |
| Aluguéis | 650 | 1.150 | 890 |
| Comunicação | 1.551 | 2.912 | 2.070 |
| Manutenção e conservação | 360 | 617 | 492 |
| Material de expediente | 1.622 | 3.008 | 2.147 |
| Processamento dados | 248 | 491 | 364 |
| Propaganda e publicidade | 3.410 | 7.005 | 4.195 |
| Promoções e relações públicas | 1.012 | 1.831 | 1.376 |
| Serviços do sistema financeiro | 54 | 102 | 78 |
| Assessoria e consultoria | 42 | 42 | 38 |
| Auditoria externa | 261 | 631 | 355 |
| Serviços jurídicos | 375 | 675 | 578 |
| Serviços de terceiros | 388 | 2.478 | 3.738 |
| Serviços de técnicos especializados | 1.203 | 2.316 | 1.867 |
| Serviços de vigilância e segurança | 750 | 1.416 | 1.939 |
| Serviços de transportes | 2.374 | 4.415 | 3.035 |
| Depreciação | 457 | 889 | 766 |
| Amortização (Rateio Confederação) | 1 | 11 | 19 |
| Amortização outros ativos intangíveis | 2.040 | 4.020 | 2.702 |
| Dispêndios assistência técnica, social e educacional | 877 | 1.689 | 1.339 |
| Emolumentos e taxas diversas | 197 | 334 | 154 |
| Ressarcimento tarifas | 110 | 178 | 125 |
| Seguros | 938 | 1.587 | 1.073 |
| Outras despesas administrativas | 21.450 | 42.632 | 33.451 |
| Total | | | |

NOTA 26 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

| Descrição | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------------------------------|------------------------------------|------------|------------|
| | 359 | 2.340 | 1.718 |
| Absorção de dispêndios - FATES | 19 | 117 | 151 |
| Lucros na alienação de valores e bens | 1.035 | 1.584 | 929 |
| Recuperação de encargos e despesas | 38 | 208 | 237 |
| Reversão de provisões operacionais | 976 | 1.325 | 991 |
| Reversão de provisões impostos folha | 412 | 659 | 346 |
| Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas | 36 | 41 | 50 |
| Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16) | - | 211 | 449 |
| Aluguel de máquina - Cartões Sicredi | 143 | 278 | 283 |
| Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior | 222 | 414 | 506 |
| Ressarcimento de Custos Operacional - RCO | 375 | 375 | - |
| Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO | 44 | 83 | 156 |
| Juros ao capital | 66 | 133 | 121 |
| Lucros e dividendos | 3.725 | 7.768 | 5.937 |
| Outras rendas operacionais | | | |
| Total | | | |

A partir de julho de 2023, a linha de receita referente ao aluguel de máquinas de cartões, que anteriormente era contabilizada em "Outros Ingressos e Receitas Operacionais", passou a ser registrada em "Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços", na linha de "serviços de pagamento". Essa alteração segue a Instrução Normativa (IN) nº 343/23.

mo m

NOTA 27 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| Descrição | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Descontos concedidos em renegociação e crédito | 2.046 | 4.437 | 2.126 |
| Contribuições Cooperativistas | 124 | 248 | 233 |
| Contribuição Sicredi Fundos Garantidores | 486 | 739 | 262 |
| Contribuição Confederação Sicredi | 5.028 | 9.285 | 7.200 |
| Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ | 522 | 996 | 854 |
| Prejuízo na alienação de valores e bens | 53 | 54 | - |
| Provisões para garantias financeiras prestadas | 1.525 | 2.273 | 680 |
| Provisões para passivos contingentes (Nota 16) | 3.379 | 3.444 | 32 |
| Outras provisões operacionais | 810 | 1.539 | 1.168 |
| Serviços associados a transações de pagamento | 6.013 | 9.262 | 3.962 |
| Risco operacional | 282 | 374 | 311 |
| Juros e comissões | 15 | 77 | 109 |
| Distribuição de produtos e serviços bancários | 129 | 174 | 243 |
| Ressarcimento de Custo Operacional - RCO | 492 | 967 | 958 |
| Outras despesas operacionais | 1.015 | 1.798 | 1.170 |
| Total | 21.919 | 35.667 | 19.308 |

NOTA 28 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

| Descrição | 2º semestre de 2023 (Não auditado) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Resultado antes das destinações | 14.387 | 27.714 | 27.075 |
| Eventos não recorrentes | - | - | - |
| Resultado recorrente | 14.387 | 27.714 | 27.075 |

NOTA 29 – COBRIGACÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Beneficiários de garantias prestadas | 191.512 | 105.408 |
| Coobrigações em cessões de crédito | 2 | 3 |
| Total | 191.514 | 105.411 |

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finape e BNDES.

NOTA 30 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

mo m

• Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;

• Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;

• Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;

• Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;

• Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;

• Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;

• Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

• Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócio (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. Principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIA;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB. Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

mo m

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade, disponibilidade das informações, a governança e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementadas por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

mo m

NOTA 31 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

| Limites operacionais | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Patrimônio de Referência (PR) | 209.623 | 169.385 |
| Nível I (NI) | 199.381 | 169.385 |
| Capital principal - CP | 199.381 | 169.385 |
| Capital social | 73.610 | 62.954 |
| Reservas de capital | 121.003 | 103.989 |
| Sobras acumuladas | 6.609 | 4.680 |
| Ajustes Prudenciais | (1.841) | (2.238) |
| Nível II (NII) | 10.242 | - |
| Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas | 10.242 | - |
| Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) | 1.480.314 | 1.049.955 |
| Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária | 3.327 | 3.900 |
| Margem de Capital | 50.863 | 55.240 |
| Índice de Basileia (PR / RWA) | 14,16% | 16,13% |
| Situação de Imobilização (Imob) | 38.206 | 30.365 |
| Índice de Imobilização (Imob / PR) | 18,23% | 17,93% |

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 32 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, norma complementar a Resolução CMN nº 4.966, no qual divulgou os procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de "SPPI"), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

As Cooperativas Singulares e as Centrais, aprovaram internamente em sua governança, o plano de implementação com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O resumo do plano está demonstrado a seguir:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

O SICREDI organizou internamente em Grupos de Trabalhos, no qual estão atuando nas aplicações dos conceitos da nova norma, incluindo: aplicação de novas metodologias, políticas, processos e consequente reflexos sistêmicos.

Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. O processo completo de implantação será concluído até a data de entrada em vigor das normas.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a novas estruturas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados através da Instrução Normativa BCB nº 426 a 433 de 1/12/2023. As avaliações dos impactos do plano de contas estão em andamento com revisão do projeto.

b) Lei nº 14.467 de 16/11/2022

A Lei 14.467 publicada em 16 de novembro de 2022, prevê novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Visto que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 ("IFRS 9"), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade".

c) Acesso não autorizado no ambiente de tecnologia da informação

Em 3 de fevereiro de 2024, o Sistema Sicredi detectou acesso não autorizado no ambiente de tecnologia da informação, exclusivamente em operações de cartões de crédito. Em resposta, foram ativados imediatamente os protocolos de segurança e adotadas medidas protetivas e corretivas que previnam a ocorrência de incidentes semelhantes no futuro, não tendo sido identificados, até o momento, impactos materiais. O Sistema Sicredi está atuando para determinar as responsabilidades.

Valmir Dzivielevski
Diretor Executivo
CPF: 881.076.719-53

Paulo Diego Breancini
Diretor de Operações
CPF: 057.065.289-85

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

Handwritten signature and initials

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Guarapuava / Paraná, 26 de fevereiro de 2024.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Ademir Pires Barandrecht
Conselheiro

Ari Schwans
Conselheiro

Luziane Giordani
Conselheira

mo m

Demonstrações Financeiras 2024/1

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 25/08/2024, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Valmir Dzivielevski
Diretor Executivo
CPF: 881.076.719-53

Paulo Diego Breancini
Diretor de Operações
CPF: 057.065.289-85

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20



Demonstrações Financeiras 2024/1

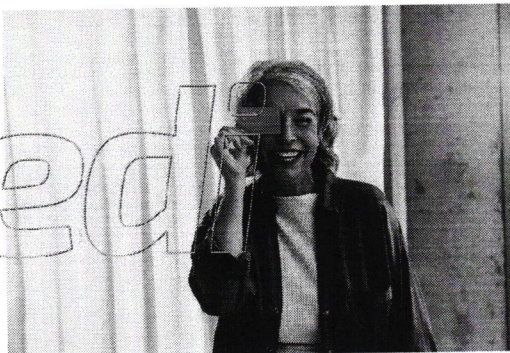
**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e
Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas
PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**

mo 17

Somos o

Sicredi



A primeira instituição financeira cooperativa do Brasil

Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024. Atuando há mais de 120 anos, somos uma instituição feita de pessoas para pessoas, unidas em torno de um mesmo objetivo.

Operamos em Sistema organizado em cinco centrais regionais e mais de 100 cooperativas filiadas a elas, cada uma delas com autonomia para atuação local.

Nossas demonstrações financeiras combinadas consolidam o resultado de todas as empresas que compõem o Sicredi.



Temos porte e presença nacional

- Estamos em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em mais de **2 mil** municípios
- Em mais de **200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Mais de **8 milhões** de associados
- Mais de **2,7 mil** agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

- Conta corrente
- Investimentos
- Consórcios
- Conta 100% digital
- Cartões
- Seguros
- Máquina de cartões
- E muito mais

Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera.

Serviços financeiros com foco nas pessoas

Com mais de 300 produtos e serviços, apoiamos os nossos associados. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são as verdadeiras donas do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.

Tradição em inovar

Somos pioneiros do cooperativismo de crédito no Brasil e atuamos a partir de associação voluntária de pessoas em torno de um objetivo comum. Nosso modelo de negócio é centenário e ao mesmo tempo atual, pois é baseado na cooperação entre as pessoas e no interesse pela comunidade. Acreditamos que as soluções digitais são aliadas na difusão do cooperativismo de crédito.

Solidez e segurança

Nossos indicadores financeiros têm apresentado consistentes resultados positivos. Somos regulamentados pelo Banco Central do Brasil e temos os mesmos mecanismos de segurança que as demais instituições financeiras convencionais. Contamos com uma série de instrumentos que garantem segurança e confiabilidade aos investimentos dos nossos associados.

Atuação do Sicredi nos enchentes que atingiram a RS

Durante todo o mês de maio, fortes chuvas impactaram quase todo o estado do Rio Grande do Sul, trazendo desafios para pessoas e empresas da região. O Sicredi atuou de forma rápida e efetiva buscando estar ao lado de seus colaboradores e associados. Foram tomadas medidas de negócio e apoio. A instituição segue atuando para apoiar na distribuição de linhas de crédito do governo e em outras frentes que contribuam para a reconstrução do estado.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÊS MULHER, JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

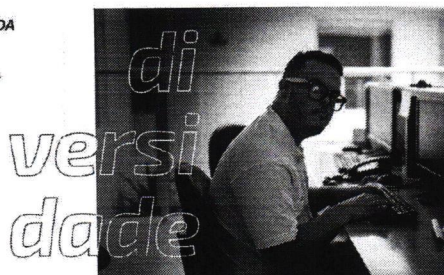
Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 28 anos de existência, o programa já impactou mais de 4,2 milhões de crianças e adolescentes em 650 municípios.

PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



Ranking atribuído ao Sicredi pelas principais agências de rating do mundo:

AA+ – Fitch
AAA – Moody's
AAA – Standard & Poor's

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em diversas listas mais reconhecidas mundialmente por nossos resultados, tais como: Melhor e Melhor de Região Exame, Voto 100% do Voto Econômico, Melhor Empresa para Trabalhar, de GPTW, rankings do Banco Central e ANDES. Em 2022, fomos reconhecidos como a 4ª melhor instituição financeira em termos de diversidade pela Revista Forbes, mesmo que não seja uma das melhores instituições financeiras do Brasil no atendimento ao cliente e à comunidade.

Handwritten signature and initials.

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| ATIVO | | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------------------------------------|-----------|------------------|------------------|
| ATIVO | | 1.861.795 | 1.826.905 |
| DISPONIBILIDADES | (Nota 04) | 7.654 | 7.408 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | 1.916.816 | 1.850.430 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | (Nota 05) | 33.289 | 62.025 |
| Títulos e valores mobiliários | (Nota 06) | 442.024 | 363.784 |
| Centralização financeira | (Nota 04) | 188.813 | 246.559 |
| Relações interfinanceiras ativas | | 5.967 | 222 |
| Operações de crédito | (Nota 07) | 1.091.207 | 1.037.971 |
| Outros ativos financeiros | (Nota 08) | 155.516 | 139.869 |
| PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO | (Nota 07) | (113.651) | (77.781) |
| OUTROS ATIVOS | (Nota 09) | 11.026 | 6.801 |
| IMOBILIZADO DE USO | (Nota 10) | 38.076 | 38.206 |
| INTANGÍVEL | (Nota 10) | 1.874 | 1.841 |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.861.795 | 1.826.905 |
| PASSIVO | | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| PASSIVO | | 1.644.947 | 1.625.683 |
| DEPÓSITOS | (Nota 11) | 1.027.208 | 922.273 |
| Depósitos à vista | | 152.648 | 136.970 |
| Depósitos interfinanceiros | | 123.239 | 121.640 |
| Depósitos a prazo | | 751.321 | 663.663 |
| DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | 448.077 | 537.097 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | (Nota 12) | 863 | 5 |
| Relações interfinanceiras | (Nota 13) | 414.332 | 523.194 |
| Obrigações por repasses | | - | 3 |
| Outros passivos financeiros | (Nota 14) | 32.882 | 13.895 |
| PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS | (Nota 15) | 511 | 4.944 |
| OUTROS PASSIVOS | (Nota 16) | 169.151 | 161.369 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | (Nota 17) | 216.848 | 201.222 |
| CAPITAL SOCIAL | | 85.371 | 73.610 |
| RESERVAS DE SOBRAS | | 123.655 | 121.003 |
| SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | | 7.822 | 6.609 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.861.795 | 1.826.905 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

mo 17

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi
Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| Descrição das contas | | 01/01/2024 a | 01/01/2023 a |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------|------------------|-----------------|
| | | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
| INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 166.554 | 123.540 |
| Operações de crédito | (Nota 07) | 130.914 | 91.994 |
| Resultado de títulos e valores mobiliários | | 24.826 | 22.641 |
| Resultado das aplicações compulsórias | | 20 | 6 |
| Ingressos de depósitos intercooperativos | | 10.794 | 8.899 |
| | | (113.947) | (74.704) |
| DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | | |
| Operações de captação no mercado | (Nota 18) | (37.106) | (32.406) |
| Operações de empréstimos e repasses | | (21.726) | (19.077) |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | (Nota 07) | (55.115) | (23.221) |
| | | 52.607 | 48.836 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | | |
| OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS | | (39.989) | (30.876) |
| Ingressos e receitas de prestação de serviços | (Nota 19) | 26.186 | 18.188 |
| Rendas de tarifas bancárias | (Nota 20) | 5.367 | 3.607 |
| Dispêndios e despesas de pessoal | (Nota 21) | (27.561) | (21.607) |
| Outros dispêndios e despesas administrativas | (Nota 22) | (27.992) | (21.181) |
| Dispêndios e despesas tributárias | | (227) | (179) |
| Outros ingressos e receitas operacionais | (Nota 23) | 10.717 | 4.043 |
| Outros dispêndios e despesas operacionais | (Nota 24) | (26.479) | (13.747) |
| | | 12.618 | 17.960 |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 12.618 | 17.960 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | | (320) | (240) |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | (197) | (147) |
| Provisão para Imposto de Renda | | (123) | (93) |
| Provisão para Contribuição Social | | | |
| | | (4.476) | (4.392) |
| PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS | | | |
| SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE | | 7.822 | 13.328 |

[Handwritten signature]

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Expansão | Sobras ou Perdas Acumuladas | Total |
|--------------------------------------------------|----------------|----------------|---------------------|-----------------------------|----------------|
| Saldos no início do período em 01/01/2023 | 62.954 | 97.689 | 6.300 | 4.680 | 171.623 |
| Distribuição de sobras para associados | 1.339 | - | - | (1.339) | - |
| Destinações para reservas | - | - | 3.329 | (3.329) | - |
| Outras destinações | - | - | - | (12) | (12) |
| Capital de associados | 4.216 | - | - | - | 4.216 |
| Aumento de capital | (1.585) | - | - | - | (1.585) |
| Baixas de capital | - | - | - | 13.328 | 13.328 |
| Resultado do período | 66.924 | 97.689 | 9.629 | 13.328 | 187.570 |
| Saldos no fim do período em 30/06/2023 | 66.924 | 97.689 | 9.629 | 13.328 | 187.570 |
| Mutações do Período | 3.970 | - | 3.329 | 8.648 | 15.947 |
| Saldos no início do período em 01/01/2024 | 73.610 | 121.003 | - | 6.609 | 201.222 |
| Distribuição de sobras para associados | 4.192 | - | - | (4.235) | (43) |
| Destinações para reservas | - | - | 2.374 | (2.374) | - |
| Capital de associados | 9.548 | - | - | - | 9.548 |
| Aumento de capital | (1.979) | 278 | - | - | (1.701) |
| Baixas de capital | - | - | - | 7.822 | 7.822 |
| Resultado do período | 85.371 | 121.281 | 2.374 | 7.822 | 216.848 |
| Saldos no fim do período em 30/06/2024 | 85.371 | 121.281 | 2.374 | 7.822 | 216.848 |
| Mutações do Período | 11.761 | 278 | 2.374 | 1.213 | 15.626 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

[Handwritten signature]

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| | 01/01/2024 a 30/06/2024 | 01/01/2023 a 30/06/2023 |
|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO | 61.608 | 39.056 |
| Resultado do semestre/exercício | 7.822 | 13.328 |
| AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO | 53.786 | 25.728 |
| (Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 55.115 | 23.221 |
| Distribuição de dividendos | - | (39) |
| Depreciação e amortização | 3.092 | 2.483 |
| Baixas do ativo permanente | 12 | 2 |
| (Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | (4.433) | 61 |
| VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS | (11.214) | 822 |
| (Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | 28.736 | 41.301 |
| (Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários | 34.451 | (98.959) |
| (Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas | (5.745) | (8.366) |
| (Aumento) Redução em operações de crédito | (72.481) | (45.491) |
| (Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos | 858 | - |
| Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas | (108.862) | 38.985 |
| (Aumento) Redução em outros ativos financeiros | (15.647) | (22.663) |
| (Aumento) Redução em outros ativos | (4.225) | (3.075) |
| Aumento (Redução) em depósitos | 104.935 | 89.875 |
| Aumento (Redução) em passivos financeiros | 18.987 | 849 |
| Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses | (3) | (140) |
| Absorção de dispêndios pelo FATES | (3.304) | (1.981) |
| (Redução) Aumento em outros passivos | 11.086 | 10.487 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado) | 50.394 | 39.878 |
| Aquisição de imobilizado de uso | (2.526) | (7.764) |
| Aplicações no intangível | (481) | (267) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado) | (3.007) | (8.031) |
| Integralização de capital | 9.548 | 4.216 |
| Baixa de capital | (1.701) | (1.585) |
| Distribuição de Sobras | (43) | (12) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado) | 7.804 | 2.619 |
| AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 55.191 | 34.466 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | 389.320 | 329.461 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04) | 444.511 | 363.927 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/S
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

| | 01/01/2024 a 30/06/2024 | 01/01/2023 a 30/06/2023 |
|---------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Sobras ou perdas do semestre | 7.822 | 13.328 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente atribuível | 7.822 | 13.328 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

mo
m

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/08/1983 e sede situada na Rua Flores, 506, na cidade de Guarapuava - PR. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 30 junho de 2024, está organizado por 104 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.740 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 27 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos em situações de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ). Além disso, o FGCoop também pode realizar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram respeitadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

Conforme o disposto no Art. 2, parágrafo 4º da Resolução BCB nº 2/20, as demonstrações financeiras semestrais relativas aos semestres findos em 30 junho de 2024, podem ser acompanhadas de notas explicativas selecionadas. Listamos a seguir as notas explicativas que foram apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais não estão sendo incluídas ou apresentadas no mesmo grau de detalhamento nestas demonstrações financeiras semestrais:

- I. Operações de crédito (composição das operações segregada por setor de atividades e faixas de vencimento e concentração das operações);
- II. Outros ativos (movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens);
- III. Obrigações por repasses;
- IV. Patrimônio líquido (juros ao capital, destinações, resultados acumulados);
- V. Sicredi fundo garantidor;
- VI. Imposto de renda e contribuição social;
- VII. Transações com partes relacionadas;
- VIII. Resultado não recorrente;
- IX. Índices de basileia e de imobilização;

A Diretoria concedeu autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras em 22 de agosto de 2024.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Foram adotadas as seguintes políticas contábeis materiais para a elaboração das demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No semestre findo em 30 junho de 2024 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 843 (junho de 2023 - R\$ 670) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.



c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras ativas - Centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.



n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

mo
m

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

| | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Descrição | 7.654 | 7.408 |
| Disponibilidades | 248.044 | 135.353 |
| Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira | 188.813 | 246.559 |
| Centralização financeira | 444.511 | 389.320 |
| Total | | |

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2024 equivale a 104% do CDI (dezembro de 2023 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| Descrição | 30/06/2024 A vencer | | | 31/12/2023 | |
|-----------------------------------------------------------------|------------------------|--------------|-------------------|------------|--------|
| | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total |
| Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. | - | - | 33.289 | 33.289 | 62.025 |
| Total | - | - | 33.289 | 33.289 | 62.025 |
| Total não circulante | | | | 33.289 | 62.025 |

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa (operações de hedge) e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| Descrição | 30/06/2024 A vencer | | | 31/12/2023 | |
|----------------------------------------------------------|------------------------|--------------|-------------------|------------|---------|
| | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total |
| Títulos de renda fixa - CPR | 26.018 | 83.800 | 46.197 | 156.015 | 190.466 |
| Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira | - | - | - | - | 135.353 |
| Cotas de fundos multimercado - centralização financeira | 248.044 | - | - | 248.044 | - |
| Participações de Cooperativas | - | - | 37.965 | 37.965 | 37.965 |
| Total | 274.062 | 83.800 | 84.162 | 442.024 | 363.784 |
| Total circulante | | | | 357.862 | 295.339 |
| Total não circulante | | | | 84.162 | 68.445 |

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

| | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------------------|--------------|--------------|
| Registrados ao custo de aquisição | 5.685 | 5.685 |
| Sicredi Participações S.A. | 1 | 1 |
| Sicredi Fundos Garantidores - SFG | 32.279 | 32.279 |
| Cooperativa Central | 37.965 | 37.965 |
| Total | | |

Handwritten signature

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

| Operações de crédito e Outros créditos | 30/06/2024 | | | | 31/12/2023 | |
|-----------------------------------------------------------------|------------------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Vencidas a partir de 15 dias | A vencer | | | Total da carteira | Total da carteira |
| | | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | | |
| Empréstimos e títulos descontados | 37.513 | 149.897 | 200.170 | 353.674 | 741.254 | 627.497 |
| Financiamentos | 912 | 8.445 | 24.838 | 52.110 | 86.305 | 86.084 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 2.224 | 39.045 | 127.399 | 94.980 | 263.648 | 324.390 |
| Total das operações de crédito | 40.649 | 197.387 | 352.407 | 500.764 | 1.091.207 | 1.037.971 |
| Avais e fianças honrados (Nota 08) | 333 | 1 | 4 | 15 | 353 | 390 |
| Devedores por compra de valores e bens (Nota 08) | 96 | 13 | 609 | 679 | 1.397 | 1.194 |
| Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08) | | 99.845 | 44.761 | 879 | 145.485 | 129.684 |
| Total de outros créditos | 429 | 99.859 | 45.374 | 1.573 | 147.235 | 131.268 |
| Carteira total | 41.078 | 297.246 | 397.781 | 502.337 | 1.238.442 | 1.169.239 |

| | | |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Total circulante | 502.337 | 752.692 |
| Total não circulante | | 416.547 |

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

| Níveis de risco | % Provisão | Operações de crédito e Outros créditos | | Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | |
|-----------------|------------|----------------------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------|---------------|
| | | 30/06/2024 | 31/12/2023 | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
| AA | - | 63.861 | 38.129 | 1.957 | 2.330 |
| A | 0,50 | 391.321 | 465.962 | 3.116 | 3.211 |
| B | 1,00 | 311.701 | 321.301 | 6.451 | 5.164 |
| C | 3,00 | 215.171 | 172.146 | 10.936 | 7.120 |
| D | 10,00 | 109.351 | 71.199 | 14.821 | 10.741 |
| E | 30,00 | 49.411 | 35.817 | 11.921 | 10.441 |
| F | 50,00 | 23.841 | 20.897 | 21.756 | 11.721 |
| G | 70,00 | 31.081 | 16.756 | 42.681 | 27.031 |
| H | 100,00 | 42.681 | 27.032 | | |
| Total | | 1.238.442 | 1.169.239 | 113.651 | 77.781 |

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 226.242 (dezembro de 2023 - R\$ 191.514) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 25) As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 4890 (dezembro de 2023 - R\$ 2.568) conforme (Nota 14).

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

| Setor | 30/06/2024 | | | | 31/12/2023 | |
|-------------------|------------------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Vencidas a partir de 15 dias | A vencer | | | Total da Carteira | Total da Carteira |
| | | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | | |
| Pessoas físicas | 25.146 | 153.341 | 151.916 | 215.942 | 546.345 | 434.871 |
| Rural | 2.224 | 39.045 | 127.399 | 94.980 | 263.648 | 324.390 |
| Industrial | 302 | 9.505 | 9.159 | 24.313 | 43.279 | 31.577 |
| Comércio | 7.511 | 53.904 | 62.413 | 99.788 | 223.616 | 215.282 |
| Pessoas jurídicas | 5.895 | 41.451 | 46.894 | 67.314 | 161.554 | 163.119 |
| Total | 41.078 | 297.246 | 397.781 | 502.337 | 1.238.442 | 1.169.239 |

| | | |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Total circulante | 502.337 | 752.692 |
| Total não circulante | | 416.547 |

d) Concentração das operações de crédito

| | 30/06/2024 | % | 31/12/2023 | % |
|-------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| 10 maiores devedores | 138.247 | 11,16 | 106.538 | 9,11 |
| 50 devedores seguintes | 173.018 | 13,97 | 154.427 | 13,21 |
| 100 devedores seguintes | 129.743 | 10,48 | 145.218 | 12,42 |
| Demais | 797.434 | 64,39 | 763.056 | 65,26 |
| Total | 1.238.442 | 100,00 | 1.169.239 | 100,00 |

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

| | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|-------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 77.781 | 35.686 |
| Constituição de provisão | 76.861 | 34.678 |
| Reversão de provisão | (21.746) | (11.457) |
| Movimento da provisão para perdas no resultado | 55.115 | (7.705) |
| Movimentação de baixados para prejuízo | (19.245) | 51.202 |
| Saldo final | 113.651 | |

mo

f) Resultado com operações de crédito:

| | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|-------------------------------------------------|----------------|---------------|
| Empréstimos e títulos descontados | 105.139 | 72.404 |
| Financiamentos | 9.093 | 7.846 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 13.759 | 9.086 |
| Outros | 89 | 15 |
| Subtotal | 128.080 | 89.351 |
| Recuperações de créditos baixados como prejuízo | 2.834 | 2.643 |
| Total | 130.914 | 91.994 |

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

| Descrição | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07) | 144.606 | 128.676 |
| Ressarcimento de despesas (c) | 1.814 | 2.082 |
| Dividendos a Receber | - | 44 |
| Devedores por compra de valores e bens (Nota 07) | 718 | 419 |
| Avais e fianças honrados (Nota 07) | 338 | 390 |
| Transações com cartão de crédito (b) | 5.938 | 5.994 |
| Outros | 350 | 372 |
| Total Circulante | 153.764 | 137.977 |
| Outros créditos (Nota 07) | 1.573 | 1.783 |
| Devedores por depósitos em garantia (Nota 15) | 179 | 109 |
| Total não circulante | 1.752 | 1.892 |
| Total | 155.516 | 139.869 |

(a) Valores a receber relativos a transações de pagamento, sejam de associados (carteira de emissão) ou do Banco Cooperativo Sicredi (repasse das receitas sobre a carteira de Adquirência).

(b) Valores a receber de associados, relativo às transações com cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

(c) O ressarcimento de despesas trata-se do valor a receber das filiadas referente os valores a ressarcir das despesas administrativas resultante da contribuição das filiadas sobre o orçamento da Cooperativa Central.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

| Descrição | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------------------|---------------|--------------|
| Outros valores e bens | 2.931 | 2.115 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 1.240 | 387 |
| Adiantamentos para pagamentos de nossa conta | 954 | 789 |
| Adiantamentos para Confederação Sicredi (a) | 1.623 | 1.426 |
| Atualização monetária sobre DIs (Central) | 887 | 578 |
| Impostos e contribuições a compensar (b) | 465 | 392 |
| Pendências a regularizar | 203 | 43 |
| Valores a receber Portabilidades | 49 | 17 |
| Valores a receber SFG | 20 | 7 |
| Ressarcimento Centralizadora (c) | 648 | - |
| Outros | 1.633 | 43 |
| Total circulante | 10.653 | 5.807 |
| Outros valores e bens | 373 | 994 |
| Total não circulante | 373 | 994 |
| Total | 11.026 | 6.801 |

(a) Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(b) Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a pagamentos indevidos ou a maior de tributos e também a retenções sofridas de impostos com direito à compensação. Estes valores serão compensados através de PER/DCOMP Web ou através de Pedidos de Restituição à Receita Federal e Prefeituras

(c) Ressarcimento centralizadora referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens(móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

a) Outros valores e bens

| Descrição | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos | 4.500 | 4.698 |
| Imóveis | 4.088 | 4.698 |
| Veículos e afins | 182 | - |
| Máquinas e equipamentos | 230 | - |
| Provisões para redução ao valor recuperável de ativos | (2.229) | (2.229) |
| Material em estoque | 69 | 69 |
| Despesas antecipadas | 964 | 571 |
| Total | 3.304 | 3.109 |

mo m

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

| Descrição | Taxas anuais de depreciação % | Custo | 30/06/2024 | | 31/12/2023 | |
|-----------------------------------------|-------------------------------|--------|--------------------------|---------|------------|--|
| | | | Depreciação/A mortização | Líquido | Líquido | |
| Imobilizado de uso | - | 53.787 | (15.711) | 38.076 | 38.206 | |
| Móveis e equipamentos em estoque | - | 17 | - | 17 | 17 | |
| Imobilizações em curso | - | 1.822 | - | 1.822 | 1.508 | |
| Terrenos | - | 11.230 | - | 11.230 | 11.230 | |
| Instalações | 10% | 1.833 | (684) | 1.149 | 1.122 | |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10% | 13.618 | (3.974) | 9.644 | 9.908 | |
| Móveis e equipamentos | 10% | 9.758 | (3.407) | 6.351 | 6.195 | |
| Equipamentos de comunicação e segurança | 10% | 4.480 | (1.445) | 3.035 | 2.929 | |
| Equipamentos de processamento de dados | 20% | 9.795 | (5.478) | 4.317 | 4.669 | |
| Veículos | 20% | 1.234 | (723) | 511 | 628 | |
| | | 8.563 | (6.689) | 1.874 | 1.841 | |
| Intangível | 20% | 8.466 | (6.592) | 1.874 | 1.841 | |
| Investimentos Confederação | | | | | | |

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

| Depósitos | 30/06/2024 | | | 31/12/2023 | |
|----------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|------------|---------|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total |
| Depósitos à vista | 152.641 | | | 152.641 | 136.970 |
| Depósitos interfinanceiros | | 6.231 | 117.008 | 123.239 | 121.640 |
| Depósitos a prazo | 25.311 | 154.467 | 571.537 | 751.315 | 663.663 |
| Total | 177.952 | 160.698 | 688.545 | 1.027.205 | 922.273 |
| Total circulante | | | | 338.663 | 248.858 |
| Total não circulante | | | | 688.545 | 673.415 |

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

| Descrição | 30/06/2024 | | | 31/12/2023 | |
|-------------------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|------------|-------|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total |
| Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI) (a) | 9 | 541 | 232 | 863 | 5 |
| Total | 9 | 541 | 232 | 863 | 5 |
| Total circulante | | | | 631 | 5 |
| Total não circulante | | | | 232 | - |

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

Estes títulos são remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

| Descrição | 30/06/2024 | | 31/12/2023 | |
|--------------------------------------|------------|--|------------|--|
| | | | | |
| Repasse interfinanceiros | 408.335 | | 523.194 | |
| Recebimentos e pagamentos a liquidar | 5.997 | | - | |
| Total | 414.332 | | 523.194 | |

a) Repasses Interfinanceiros

| Descrição | 30/06/2024 | | | 31/12/2023 | |
|------------------------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|----------------|----------------|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total |
| Banco Cooperativo Sicredi S.A. | 62.28 | 172.911 | 140.835 | 376.028 | 477.263 |
| Total - Recursos do Crédito Rural | 62.28 | 172.911 | 140.835 | 376.028 | 477.263 |
| Cooperativa Central | 4 | 3 | 211 | 290 | 326 |
| Banco Cooperativo Sicredi S.A. | 1.43 | 13.28 | 17.302 | 32.017 | 45.605 |
| Total - Outros Recursos | 1.48 | 13.312 | 17.513 | 32.307 | 45.931 |
| Total | 63.76 | 186.223 | 158.348 | 408.335 | 523.194 |
| Total circulante | | | | 249.987 | 381.113 |
| Total não circulante | | | | 158.348 | 142.081 |

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,25% a.a. com vencimentos até 15/06/2034, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

| Descrição | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Provisão para garantias financeiras prestadas (a) | 1.510 | 660 |
| Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c) | 1.171 | 242 |
| Recursos em trânsito de terceiros (b) | 1.821 | 1.085 |
| Total circulante | 4.502 | 1.987 |
| Provisão para garantias financeiras prestadas (a) | 3.380 | 1.908 |
| Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c) | 25.000 | 10.000 |
| Total não circulante | 28.380 | 11.908 |
| Total | 32.882 | 13.895 |

(a) A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se às responsabilidades que as Cooperativas assumem ao garantir operações de crédito realizadas por seus cooperados junto ao Banco Sicredi.

(b) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

(c) Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2034, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

| Natureza | Probabilidade de perda | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------|------------------------|------------|--------------|
| Trabalhista | Provável | 2 | - |
| Cível | Provável | 509 | 4.944 |
| Total não circulante | | 511 | 4.944 |

| Natureza | 31/12/2023 | Aumento Provisão | Baixa/Reversão de Provisão | 30/06/2024 |
|-----------------------------|--------------|------------------|----------------------------|------------|
| Trabalhista | - | 2 | - | 2 |
| Cível | 4.944 | 47 | (4.482) | 509 |
| Total não circulante | 4.944 | 49 | (4.482) | 511 |

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 179 (dezembro de 2023 - R\$ 109), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

Em 30 junho de 2024, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

| Natureza | 30/06/2024 | | 31/12/2023 | |
|--------------|------------|--------------|------------|--------------|
| | Quantidade | Total | Quantidade | Total |
| Cível | 25 | 1.948 | 22 | 836 |
| Tributária | 1 | 334 | 1 | 322 |
| Total | 30 | 2.282 | 23 | 1.158 |

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

| Descrição | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Transações com cartões de crédito (a) | 146.411 | 132.681 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 7.679 | 4.417 |
| Provisão para pagamentos a efetuar empresas do grupo | 733 | 1.100 |
| Cotas de capital a pagar | 3.124 | 3.846 |
| Provisão para participações nos lucros | 4.845 | 9.806 |
| Fundo de assistência técnica, educacional e social | - | 3.304 |
| Impostos e contribuições a recolher | 1.680 | 1.796 |
| Contas a pagar - credores diversos | 3.131 | 2.899 |
| Credores - empresas do grupo | 962 | 790 |
| Patrocínios esportivos a pagar Central | 102 | 51 |
| Cheques administrativos | - | 330 |
| Cobrança e arrecadação de tributos (b) | 373 | 297 |
| Pendências a regularizar | 111 | 52 |
| Total Circulante | 169.151 | 161.369 |

(a) As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasse dos custos sobre a carteira de aquisição).

(b) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

| Descrição | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|-------------------------------------------|---------------|---------------|
| Capital social inicial | 73.616 | 62.954 |
| Integralização de Capital - quotas partes | 9.548 | 4.216 |
| Integralização de Capital - resultado | 4.191 | 1.336 |
| Baixa de Capital | (1.979) | (1.585) |
| Capital social final | 85.371 | 66.924 |

Em 30 de junho de 2024 o total de associados foi de 55.817 (em dezembro de 2023 - 50.789).

NOTA 18 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

| Descrição | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|--------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Depósitos interfinanceiros | 5.913 | 7.683 |
| Depósitos de aviso prévio | 38 | 169 |
| Depósitos a prazo | 28.871 | 24.110 |
| Letras de crédito imobiliário | 37 | - |
| Letras financeiras | 1.624 | - |
| Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) | 623 | 444 |
| Total | 37.106 | 32.406 |

NOTA 19 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| Descrição | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|-----------------------------------------------|---------------|---------------|
| Cobrança | 1.420 | 1.373 |
| Consórcios | 1.344 | 1.068 |
| Convênios | 547 | 559 |
| Distribuição de produtos e serviços bancários | 5.884 | 3.481 |
| Processamento da compensação | 18 | 16 |
| Seguros | 3.880 | 2.519 |
| Taxas e tarifas | 988 | 952 |
| Serviços de pagamento | 10.119 | 6.800 |
| Antecipação de recebíveis | 1.899 | 1.339 |
| Outros serviços | 87 | 81 |
| Total | 26.186 | 18.188 |

NOTA 20 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

| Descrição | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Pacotes de serviços - PF | 3.107 | 1.874 |
| Serviços prioritários - PF | 93 | 105 |
| Serviços diferenciados - PF | 2 | 2 |
| Tarifas bancárias - PJ | 2.165 | 1.626 |
| Total | 5.367 | 3.607 |

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

| Descrição | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|------------------|---------------|---------------|
| Remuneração | 15.536 | 12.096 |
| Benefícios | 6.392 | 5.084 |
| Encargos sociais | 5.617 | 4.418 |
| Treinamentos | 16 | ε |
| Total | 27.561 | 21.607 |

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| Descrição | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Água, energia e gás | 363 | 244 |
| Aluguéis | 2.272 | 2.061 |
| Comunicação | 682 | 500 |
| Manutenção e conservação | 1.889 | 1.361 |
| Material de expediente | 276 | 257 |
| Processamento dados | 2.027 | 1.386 |
| Propaganda e publicidade | 265 | 243 |
| Promoções e relações públicas | 3.967 | 3.595 |
| Serviços do sistema financeiro | 1.128 | 815 |
| Assessoria e consultoria | 64 | 48 |
| Serviços jurídicos | 476 | 370 |
| Serviços de terceiros | 1.230 | 300 |
| Serviços de técnicos especializados | 504 | 2.090 |
| Serviços de vigilância e segurança | 1.288 | 1.113 |
| Serviços de transportes | 716 | 666 |
| Depreciação | 2.644 | 2.041 |
| Amortização (Rateio Confederação) | 448 | 432 |
| Amortização outros ativos intangíveis | . | 10 |
| Dispêndios assistência técnica, social e educacional | 3.455 | 1.980 |
| Emolumentos e taxas diversas | 2.309 | 813 |
| Ressarcimento tarifas | 174 | 137 |
| Seguros | 136 | 68 |
| Despesas com Viagens | 1.070 | 47 |
| Rateio Confederação - Recuperação de Crédito | 136 | 105 |
| Outras despesas administrativas | 465 | 495 |
| Total | 27.992 | 21.181 |

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

| Descrição | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------------|
| Absorção de dispêndios - FATES | 3.304 | 1.981 |
| Lucros na alienação de valores e bens | 12 | 98 |
| Recuperação de encargos e despesas | 771 | 545 |
| Reversão de provisões operacionais | 664 | 170 |
| Reversão de provisões impostos folha | 433 | 345 |
| Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas | 631 | 247 |
| Reversão de provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15) | 4.482 | ε |
| Aluguel de máquina - Cartões Sicredi (a) | . | 211 |
| Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior | 133 | 135 |
| Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO | 244 | 192 |
| Lucros e dividendos | . | 35 |
| Outras rendas operacionais | 43 | 67 |
| Total | 10.717 | 4.042 |

(a) A partir de julho de 2023, a linha de receita referente ao aluguel de máquinas de cartões, que anteriormente era contabilizada em "Outros Ingressos e Receitas Operacionais", passou a ser registrada em "Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços", na linha de "serviços de pagamento". Essa alteração segue a Instrução Normativa (IN) nº 343/23.



NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| Descrição | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|-------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Descontos concedidos em renegociação e crédito | 3.211 | 2.391 |
| Contribuições Cooperativistas | 130 | 124 |
| Contribuição Sicredi Fundos Garantidores | 557 | 253 |
| Contribuição Confederação Sicredi | 4.717 | 4.257 |
| Contribuições Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ | 550 | 474 |
| Prejuízo na alienação de valores e bens | 123 | 1 |
| Provisões para garantias financeiras prestadas | 2.953 | 748 |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15) | 48 | 66 |
| Outras provisões operacionais | 943 | 725 |
| Serviços associados a transações de pagamento | 7.123 | 3.245 |
| Risco operacional | 4.654 | 92 |
| Juros e comissões | 73 | 171 |
| Distribuição de produtos e serviços bancários | 5 | 46 |
| Ressarcimento de Custo Operacional - RCO | 485 | 476 |
| Outras despesas operacionais | 896 | 670 |
| Total | 26.479 | 13.747 |

(a) Na nota de outros dispêndios e despesas operacionais ajustamos as linhas de Serviços associados a transações de pagamento e Operações com cartões em decorrência de reclassificações oriundas da IN 347 para deixarmos os saldos do semestre e do período anterior comparáveis.

NOTA 25 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

| Descrição | 30/06/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Beneficiários de garantias prestadas | 226.240 | 191.512 |
| Coobrigações em cessões de crédito | 2 | 2 |
| Total | 226.242 | 191.514 |

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 26 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

mo 17

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócio (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. Principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

mo n

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite ao risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite ao risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade, disponibilidade das informações, a governança e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

mo m

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 30 junho de 2024, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 28 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores.

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, norma complementar a Resolução CMN nº 4.966, no qual divulgou os procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de “SPPI”), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidênciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

As Cooperativas Singulares e as Centrais, aprovaram internamente em sua governança, o plano de implementação com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025.

O resumo do plano está demonstrado a seguir:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

O SICREDI organizou internamente em Grupos de Trabalhos, no qual estão atuando nas aplicações dos conceitos da nova norma, incluindo: aplicação de novas metodologias, políticas, processos e consequente reflexos sistêmicos. O processo atual encontra-se em fase de desenvolvimento sistêmicos e construção de motores de cálculo para execução de testes de implementações.

Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. O processo completo de implantação será concluído até a data de entrada em vigor das normas.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a novas estruturas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados através das Instrução Normativa BCB nº 426 a 433 de 1/12/2023. As avaliações dos impactos do plano de contas estão em andamento com revisão do projeto.

O Conselho Monetário Nacional publicou em 26 de junho de 2024, a Resolução CMN nº 5.146 que dispõe sobre alterações na Resolução CMN nº 4.966/2, permitindo que sistemas cooperativos de dois ou de três níveis que contenham instituição enquadrada nos segmentos 1 (S1), 2 (S2) ou 3 (S3), conforme regulamentação vigente, possam adotar a metodologia completa de perda esperada prevista na normativa.

b) Lei nº 14.467 de 16/11/2022

A Lei 14.467 publicada em 16 de novembro de 2022, prevê novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Visto que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 (“IFRS 9”), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade”.

c) Operações de arrendamento mercantil - Resolução CMN nº 4.975/21 (IFRS 16)

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2025. A Administração está avaliando os impactos da nova norma.

d) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo, que visa simplificar e modernizar o sistema tributário, reduzindo o litígio e aumentando a segurança jurídica. Em julho de 2024, houve a aprovação na Câmara dos Deputados do PLP nº 68, que trouxe as primeiras regulamentações sobre o assunto. A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição às contribuições do PIS e da Cofins, ISS e o ICMS.

A nova legislação vigorará a partir de 2026, com um período de transição que se estenderá até 2032; assim, não haverá alteração nas apurações dos tributos para os exercícios de 2024 e 2025. O Sicredi vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda outras regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes da reforma tributária.

mo m

e) Enchentes no Rio Grande do Sul

O Sicredi, instituição financeira cooperativa presente em diversas regiões do Brasil, tem desempenhado um papel fundamental na assistência às comunidades afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Sua atuação tem sido marcada por ações de solidariedade e apoio aos associados e comunidades atingidas por essas adversidades.

Em momentos de desastres naturais, como as enchentes, o Sicredi tem se mobilizado para oferecer suporte financeiro e logístico, visando minimizar os impactos causados e auxiliar na reconstrução das áreas afetadas. A instituição tem disponibilizado linhas de crédito especiais, com condições facilitadas, para que os associados possam recuperar suas atividades produtivas e reconstruir suas propriedades.

Além disso, o Sicredi tem promovido ações de arrecadação de doativos, mobilizando seus colaboradores e associados para contribuir com alimentos, roupas, produtos de higiene e outros itens essenciais para as famílias atingidas. Essas doações são distribuídas de forma organizada, garantindo que cheguem às mãos daqueles que mais necessitam.

A instituição também tem investido em programas de educação financeira e orientação aos associados, visando auxiliá-los na gestão de suas finanças e na busca por soluções para superar os desafios causados pelas enchentes.

A atuação do Sicredi nas enchentes do Rio Grande do Sul demonstra o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que está presente, buscando promover a solidariedade, a cooperação e a resiliência diante de situações adversas.

Valmir Dzivilevski
Diretor Executivo
CPF: 881.076.719-53

Paulo Diego Breancini
Diretor de Operações
CPF: 057.065.289-85

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

mo m

COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA- SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ: 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300

TELEFONE: (42) 3035-9000

Ata nº. 486 da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista – Sicredi Planalto das Águas PR/SP

I – Data, hora e local: realizada em quatro de maio de dois mil e vinte e um, às 13h40min (treze horas e quarenta minutos), na sede da Cooperativa, situada na Rua das Flores 506, Conradinho, Guarapuava/PR, CEP 85.045-300.

II – Presenças: Conselheiros de Administração – Srs. Fabio Peterlini – Presidente, Olacir Borgert – Vice-Presidente, Sra. Adriane Thives Araujo de Azevedo, Sra. Elisandra Martins Portes, Sr. Lucas Simon, Sr. Adauto Brandelero e Sr. Manfred Becker;

III – Deliberações:

Tendo em vista o término do mandato da atual Diretoria Executiva que se encerrará na 1º reunião deste conselho após a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 20 de março de 2021, o Conselho de Administração desta cooperativa reelegerá seus Diretores em seus respectivos cargos conforme abaixo:

Diretor Executivo:

Valmir Dzivielevski, brasileiro, nascido em 24/10/1972, filho de Vitório Dzivielevski e Maria Dzivielevski, administrador, casado com regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 881.076.719-53, Carteira de Identidade nº 5.207.492-4, SSP/PR, residente na Rua Domingos Marcondes, 1522, Bairro Santana, Guarapuava, PR, CEP 85070-020;

Diretor de Operações:

Paulo Diego Breancini, brasileiro, nascido em 24/11/1985, filho de Paulo Roberto Breancini e Rosa Krupek Breancini, administrador, casado com regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 057.065.289-85, Carteira de Identidade nº 9.197.846-6, SSP/PR, residente na Travessa Tocantins, 87, Bairro dos Estados, Guarapuava, PR, CEP 85035-135;

Diretor de Negócios:

Eric Ranulfo Martins, brasileiro, nascido em 02/05/1980, filho de Artur Mozart Martins e Maria Sirlei Martins, economista, casado, CPF nº 024.499.839-61, Carteira

mo

**COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO
PARANÁ E NOROESTE PAULISTA- SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP**

CNPJ: 77.984.870/0001-77

NIRE Nº.: 41400000729

ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 – Conradinho - Guarapuava/PR.

CEP: 85.045-300

TELEFONE: (42) 3035-9000

de Identidade nº 5.752.508-8, SSP/PR, residente na Rua Saldanha Marinho, 40 Apto 17, Bairro Trianon, Guarapuava, PR, CEP 85012-280.

Os Diretores foram eleitos por unanimidade, pelo prazo restante do mandato, ou seja, até a primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral de 2025. Assim, o Conselho aguardará a homologação do nome pelo Banco Central do Brasil na forma da Resolução CMN 4122/12, art. 1º caput, para que posteriormente seja empossado.

Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada.

Declaramos para os devidos fins que a presente ata é cópia fiel e autêntica da que se encontra lavrada no livro de atas de Reunião do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista – Sicredi Planalto das Águas PR/SP.

Guarapuava, 04 de maio de 2021.

Fabio Peterlini
Presidente

Olacir Borgert
Vice-presidente

mo m



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 3 de 3

FLS. 194

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|-----------------|
| CPF/CNPJ | Nome |
| 01599472945 | FABIO PETERLINI |
| 96454334953 | OLACIR BORGERT |



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/07/2021 08:30 SOB N° 20214569675.
PROTOCOLO: 214569675 DE 13/07/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104985575. CNPJ DA SEDE: 77984870000177.
NIRE: 41400000729. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/07/2021.
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS
AGUAS PR/SP

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

mo m

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****CERTIDÃO**

Certifica-se que, nesta data, o (a) COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP (CNPJ 77.984.870/0001-77) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Cooperativa de Crédito**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie e credenciada como participante do PIX. Atestamos também que a referida instituição possui autorização para executar operações em:

- Crédito Rural

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 15:07:00 do dia 2/12/2024, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: JemznqLq7nKgMfSwioFt

Certidão emitida gratuitamente.

**DECLARAÇÃO LGPD.**

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, inscrito no CNPJ n.º 77.984.870/0001-77, por intermédio de seus representantes legais, o Sr. VALMIR DZIVIELEVSKI, portador da Carteira de Identidade n.º 52074924 e do CPF n.º 881.076.719-53, e o Sr. PAULO DIEGO BREANCINI, portador da Carteira de Identidade n.º 91978466 e do CPF n.º 057.065.289-85, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Guarapuava, 06 de dezembro de 2024.

VALMIR DZIVIELEVSKI
CPF: 881.076.719-53
DIRETOR EXECUTIVO

PAULO DIEGO BREANCINI
CPF: 057.065.289-85
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Sicredi Planalto das Águas PR/SP
Rua das Flores, 506, Conradinho
85.045-300 - Guarapuava/PR
sicredi.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código E951-4CAA-63F3-D8A1.
Classificação da informação: Uso Interno

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código E951-4CAA-63F3-D8A1.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi (Certisign). Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E951-4CAA-63F3-D8A1> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E951-4CAA-63F3-D8A1



Hash do Documento

B6EDFF40706FE86BA6A59251B7397D5E35BB729EB425BCC415CA9E83F0AD0069

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/12/2024 é(são) :

☒ Valmir Dzivielevski (DIRETOR EXECUTIVO) - 881.076.719-53

em 06/12/2024 17:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Paulo Diego Breancini (DIRETOR DE OPERAÇÕES) -

057.065.289-85 em 06/12/2024 16:31 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



mo
n



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, inscrito no CNPJ n.º 77.984.870/0001-77, por intermédio de seus representantes legais, o Sr. VALMIR DZIVIELEVSKI, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 52074924 e do CPF n.º 881.076.719-53, e o Sr. PAULO DIEGO BREANCINI, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 91978466 e do CPF n.º 057.065.289-85.

OUTORGADO: BRUNO KARAM DA ROSA, portador da Carteira de Identidade n.º 9.015.998-4, e do CPF n.º 067.274.779-09, residente e domiciliado na rua Santos Dumont, n.º 323, Cidade Guarapuava, Estado Paraná, CEP 85.040-110.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 60/2024, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Guarapuava, 06 de dezembro de 2024.

CNPJ 77.984.870/0001-77

VALMIR DZIVIELEVSKI
CPF: 881.076.719-53
DIRETOR EXECUTIVO

PAULO DIEGO BREANCINI
CPF: 057.065.289-85
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Sicredi Planalto das Águas PR/SP

Rua das Flores, 506, Conradinho
85.045-300 - Guarapuava/PR
sicredi.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 0F21-781C-C751-AC20.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi (Certisign). Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0F21-781C-C751-AC20> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0F21-781C-C751-AC20



Hash do Documento

7BC3FF789D980B1E0EAD3A40A4B469B1418BED7CDE8B0F439D44E18E579218E4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/12/2024 é(são) :

☒ Valmir Dzivielevski (DIRETOR EXECUTIVO) - 881.076.719-53
em 06/12/2024 17:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Paulo Diego Breancini (DIRETOR DE OPERAÇÕES) -
057.065.289-85 em 06/12/2024 16:30 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Handwritten signature and initials



02/12/2024
11:15:54

Sua solicitação não pôde ser atendida

Serviço: Cadastro de Inscrições Estaduais
Motivo: 77984870000177 - CNPJ NAO CADASTRADO NO CAD/ICMS

Orientações adicionais ? Entre em contato com o SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60 Ano: 2024

DADOS DO FORNECEDOR

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|
| FORNECEDOR: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTEPAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP | | |
| CNPJ: 77.984.870/0001-77 | INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO | |
| ENDEREÇO: Rua das Flores, 506 | | |
| BAIRRO: Conradinho | | |
| CEP: 85.045-300 | CIDADE: Guarapuava | ESTADO: Paraná |
| TELEFONE: (42) 98888-3823 | FAX: ----- | E-MAIL: Lucas_politie@sicredi.com.br |
| BANCO, AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA Banco Sicredi – 748 Agência – 0700 Conta Corrente – 10.303-9 CNPJ 77.984.870/0001-77 | | |

Constitui objeto desta licitação: “CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR , para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

| Item | Nome do produto / Serviço | Quant. | Unidade | Preço Mínimo | Preço Máximo Total |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---------|---------------|--------------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | Serviço | 01 | R\$ 51.000,00 | R\$ |

Sicredi Planalto das Águas PR/SP

Rua das Flores, 506, Conradinho
85.045-300 - Guarapuava/PR
sicredi.com.br

Handwritten signature and initials

2. A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do serviço durante o período de validade. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a adequação dos serviços do nos termos do Edital e da legislação vigente.
4. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
5. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Guarapuava, 06 de dezembro de 2024.

CNPJ 77.984.870/0001-77

VALMIR DZIVIELEVSKI
CPF: 881.076.719-53
DIRETOR EXECUTIVO

PAULO DIEGO BREANCINI
CPF: 057.065.289-85
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Sicredi Planalto das Águas PR/SP

Rua das Flores, 506, Conradinho
85.045-300 - Guarapuava/PR
sicredi.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 7A91-C5A5-C2FE-E53D.
Classificação da informação: Uso Interno

Este documento foi assinado digitalmente por Valmir Dzivielevski e Paulo Diego Breancini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 7A91-C5A5-C2FE-E53D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi (Certisign). Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7A91-C5A5-C2FE-E53D> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7A91-C5A5-C2FE-E53D



Hash do Documento

55A448D14FEF1FE3863602F9F351DE329A07B1CB94EB1216A5E503019938D9CD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/12/2024 é(são) :

☒ Valmir Dzivielevski (DIRETOR EXECUTIVO) - 881.076.719-53
em 06/12/2024 17:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Paulo Diego Breancini (DIRETOR DE OPERAÇÕES) -
057.065.289-85 em 06/12/2024 16:31 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Handwritten signature in blue ink

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2024
Processo Administrativo Nº 101/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER
Data de Publicação: 21/11/2024 15:44:37

LOTE 1 - ADJUDICADO - 10/12/2024 10:25:34
LOTE 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: Serviço Modelo:
Descrição: SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR.SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO.
Quantidade: 1 Valor Unit.: 51.000,00 Valor Total: 51.000,00

CLASSIFICAÇÃO

| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|---------------------------|-----|--------------------|----------------|--------------|---------|-----|
| 1 COOPERATIVA DE CREDITO, | 430 | 77.984.870/0001-77 | 51.000,00 | 51.000,00 | | Não |

DECLASSIFICADOS

| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|

INABILITADOS


| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|


PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER


MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS


MEMBRO DE APOIO DANIEL TOMEN

**MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR**


mo m

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
SANTA MARIA DO OESTE-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2024
Processo Administrativo Nº 101/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MILICIO VICENTE STROHER
Data de Publicação: 21/11/2024 15:44:37

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 10/12/2024 10:25:50
LOTE 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

| | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|---------|
| Item: 1 | Unidade: UNIDADE | Marca: Serviço | Modelo: |
| Descrição: SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR.SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | | | |
| Quantidade: 1 | Valor Unit.: 51.000,00 | Valor Total: 51.000,00 | |

CLASSIFICAÇÃO


| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|---------------------------|-----|--------------------|----------------|--------------|---------|-----|
| 1 COOPERATIVA DE CREDITO, | 430 | 77.984.870/0001-77 | 51.000,00 | 51.000,00 | | Não |

DECLASSIFICADOS

| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|

INABILITADOS

| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|
|--------------|-----|-----------|----------------|--------------|---------|----|


AUTORIDADE: OSCAR DELGADO



RELATÓRIO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 101/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024

O presente processo Licitatório foi instaurado pelo Município de Santa Maria do Oeste – PR, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, e tem como **OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR"**. Iniciado seus tramites legais, teve o seguinte desenvolvimento. O aviso de licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 22 de novembro de 2024, edição 3158, desta forma, disponibilizado aos interessados. Sendo que procedeu ao acesso através da plataforma eletrônica BLL COMPRAS do edital a empresa: **1) COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP**. Durante o prazo para elaboração das propostas não houve solicitação de esclarecimentos relativos ao edital. Na data e hora aprazada verificou-se que demonstrou interesse em participar da referida licitação, protocolando as propostas e documentação, a seguinte empresa: **1) COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP**. Como indica a ata de sessão do Pregão Eletrônico.

Após, foi realizada a análise das propostas de lances anexadas na Plataforma BLL Compras, e em ato contínuo, foram verificadas as propostas apresentadas e constatada sua consonância com as exigências editalícias. Sendo assim, segue abaixo o resultado final onde consta o Item, o valor e o respectivo vencedor:

- 1) COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP**, inscrita no CNPJ sob o Nº 77.984.870/0001-77, situada na Rua das Flores, Nº 506, Conradinho, Guarapuava PR, neste ato representado pelo Sr. BRUNO KARAM DA ROSA, portador do RG nº 9.015.998-4 SSP PR e inscrito no CPF nº 067.274.779-09.

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | marca | Preço Unit | Preço total |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------|------------|-------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. | 1,00 | Serviço | 51.000,00 | 51.000,00 |
| | SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | | | | |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |

Encerrada a fase da proposta de preços, passou-se a analisar a documentação do licitante vencedor, sendo a documentação rubricada pela equipe de apoio e pregoeiro, sendo que na análise dos documentos verificou-se que a empresa: **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP**, apresentou a documentação em conformidade com o edital, assim a empresa participante foi considerada HABILITADA.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS. 208

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042)99841-0495

Assim, em face ao exposto nos itens anteriores deste relatório e no contido nas demais peças constituintes do processo licitatório, o pregoeiro emite o seu parecer final:

Que a contratação do objeto do PREGÃO ELETRONICO n.º 060/2024, seja adjudicada após cumprida as formalidades legais e com base no edital, na legislação pertinente e nas decisões constantes deste relatório, ao respectivo proponente vencedor, para a execução do objeto, nos prazos e condições estipuladas no instrumento convocatório, a:

- 1) COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, inscrita no CNPJ sob o Nº 77.984.870/0001-77, situada na Rua das Flores, Nº 506, Conradinho, Guarapuava PR, neste ato representado pelo Sr. BRUNO KARAM DA ROSA, portador do RG nº 9.015.998-4 SSP PR e inscrito no CPF nº 067.274.779-09.

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | marca | Preço Unit | Preço total |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------|------------|-------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | 1,00 | Serviço | 51.000,00 | 51.000,00 |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |


Milício Vicente Stroher
Pregoeiro

Santa Maria do Oeste PR, 10 de dezembro de 2024.



PARECER JURÍDICO

"O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista".

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2024.

PREGÃO ELETRONICO Nº 060/2024.

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-PR."

Trata o presente Parecer da análise do procedimento licitatório supracitado, principalmente no que tange a sua fase externa. Ressaltando-se, outrossim de parecer quanto a regularidade formal, com base nos documentos constantes nos autos.

Assim, compulsando o procedimento, verifica-se que o Aviso de Licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, data de 22 de Novembro de 2024, edição 3.158, fls. 62, conforme faz prova os documentos acostados ao processo, atendendo assim o que determina o **art. 54**, inciso I, Parág. 2º, da Lei nº 14.133/201., que dispõe: **"Art. 54 – A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). § 2º - É facultada a divulgação adicional e a manutenção do**

[Assinatura]



inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim."

Destaque-se também que encontra-se anexo aos autos informação, referente a divulgação junto ao Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos da Instrução Normativa de nº 37/2009 – fls. 60, anexo ainda às fls. 63, comprovante de envio de edital a Câmara Municipal, atendendo assim o disposto na Lei Municipal nº 326/2011.

O prazo para retirada do edital transcorreu normalmente, não sendo apresentada nenhuma impugnação ao edital em questão. Sendo que somente **01 (UMA)** empresa, procedeu à retirada do referido edital: **1) COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP.**

Na data e hora aprazada verificou-se que procedeu acesso através da plataforma eletrônica BLL Compras do edital e demonstraram interesse em participar da referida licitação, **01 (uma)** empresa, tendo sido vencedora a empresa **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP.**, com CNPJ nº **77.984.870/0001-77**, situada na Rua das Flores, nº 506, Bairro Conradinho, na cidade de Guarapuava-PR., com o valor de **R\$ 51.000,00** (Cincoenta e um mil reais).

Encerrada a fase da proposta de preços, passou-se a analisar a documentação dos licitantes vencedores, sendo a documentação rubricada pela equipe de apoio e pregoeiro, sendo que na análise dos documentos verificou-se que a empresa: **1) COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE**

B



PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP., apresentou a documentação em conformidade com o edital, assim a empresa participante foi considerada **HABILITADA**.

Como se sabe, o pregão é uma modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, regido, inclusive pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Há também outros princípios norteadores da Administração Pública, comumente percebidos tais como o da igualdade, razoabilidade e proporcionalidade.

Pode-se dizer que as características mais marcantes dessa nova modalidade são a simplificação e a celeridade, desde a sessão do pregão, incluído o credenciamento dos participantes, apresentação dos lances e habilitação, até a assinatura do contrato, devendo o pregoeiro ater-se exclusivamente aos pontos essenciais de validade, seja da proposta comercial, seja dos itens requeridos para a habilitação, no escopo de evitar justamente que formalismos desnecessários procrastinem os fins perseguidos pela Administração. Ao pregoeiro requer, sobretudo, razoabilidade e proporcionalidade, e impessoalidade nas decisões, como se verifica no caso em tela.

Características estas observadas quando da realização do presente certame, onde o pregoeiro e equipe de apoio agiram com razoabilidade e proporcionalidade, na condução do certame.

Desta forma, pelo aspecto legal, esta assessoria opina que o presente procedimento licitatório deve ser encaminhado ao Chefe de Executivo Municipal para análise final, procedendo-se se assim o quiser e determinar, pela homologação e adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor de acordo com o constante no relatório de julgamento e classificação do pregoeiro, anexo ao procedimento.



Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a este órgão de execução da advocacia prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, ou mesmo quanto a execução do contrato a ser firmado.

S.M.J. É o Parecer.

Santa Maria do Oeste-Pr, 10 de Dezembro de 2024.


EDER JOSÉ SEBRENSKI
Assessor Jurídico



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

FLS. 213

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 101/2024, elaborado na Modalidade **Pregão Eletrônico** nº 060/2024, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR"**, pela proposta mais vantajosa para o Município - Maior Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto ao licitante abaixo especificado, sendo que o mesmo apresentou proposta condizente e válida ao objeto deste processo licitatório. Cujo valor está compatível com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDOR CONFORME PLANILHA:

- 1) **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP**, inscrita no CNPJ sob o Nº 77.984.870/0001-77, situada na Rua das Flores, Nº 506, Conradinho, Guarapuava PR, neste ato representado pelo Sr. BRUNO KARAM DA ROSA, portador do RG nº 9.015.998-4 SSP PR e inscrito no CPF nº 067.274.779-09.

| Item | Nome do produto/serviço | Quantidade | marca | Preço Unit | Preço total |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------|------------|------------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. | 1,00 | Serviço | 51.000,00 | 51.000,00 |
| | SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MÍNIMO PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | | | | |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 12 de dezembro de 2024

Irene
IRENE APARECIDA SCHMOELLER
Secretária Municipal de Administração

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 101/2024, elaborado na Modalidade **Pregão Eletrônico** nº 060/2024, que tem por objeto a **“CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR”**, pela proposta mais vantajosa para o Município - Maior Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto ao licitante abaixo especificado, sendo que o mesmo apresentou proposta condizente e válida ao objeto deste processo licitatório. Cujo valor está compatível com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDOR CONFORME PLANILHA:

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, inscrita no CNPJ sob o Nº 77.984.870/0001-77, situada na Rua das Flores, Nº 506, Conradinho, Guarapuava PR, neste ato representado pelo Sr. BRUNO KARAM DA ROSA, portador do RG nº 9.015.998-4 SSP PR e inscrito no CPF nº 067.274.779-09.

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | marca | Preço Unit | Preço total |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------|------------|------------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MÍNIMO PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | 1,00 | Serviço | 51.000,00 | 51.000,00 |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 12 de dezembro de 2024

IRENE APARECIDA SCHMOELLER
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Milicio Vicente Stroher
Código Identificador:26BD466C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/12/2024. Edição 3173

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. IRENE APARECIDA SCHMOELLER.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, inscrita no CNPJ sob o Nº 77.984.870/0001-77, situada na Rua das Flores, Nº 506, Conradinho, Guarapuava PR.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR”.

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | marca | Preço Unit | Preço total |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------|------------|-------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MÍNIMO PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | 1,00 | Serviço | 51.000,00 | 51.000,00 |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |

O total do item é de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais).

Data de assinatura: 17 de dezembro de 2024.

Vigência: 16/12/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Administração, **Sra. IRENE APARECIDA SCHMOELLER.**
CONTRATADA: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIROS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, inscrita no CNPJ sob o Nº 77.984.870/0001-77, situada na Rua das Flores, Nº 506, Conradinho, Guarapuava PR.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR”.

| Item | Nome do produto/serviço | Quant | marca | Preço Unit | Preço total |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------|------------|-------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MINIMO PELO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | 1,00 | Serviço | 51.000,00 | 51.000,00 |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |

O total do item é de **R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais).**

Data de assinatura: 17 de dezembro de 2024.
Vigência: 16/12/2026

Publicado por:
Milicio Vicente Stroher
Código Identificador:54805AB5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/12/2024. Edição 3176
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº149/2024

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR, através do órgão da Secretaria de Administração, com sede na Rua José de França Pereira, nº 10, Centro, Santa Maria do Oeste PR, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.544/0001-26, neste ato representado pela Sra. IRENE APARECIDA SCHMOELLER, nomeada pelo Decreto nº 10/2023, inscrita no CPF sob o nº 036.081.959-12, portadora da carteira de identidade nº 7.082.112-5 SSP PR.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA – SICREDE PLANALTO DAS ÁGUS PR/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 77.984.870/0001-77, com sede na Rua das Flores, nº 506, CEP 85.045-300, Conradinho, Guarapuava PR, neste ato representado por BRUNO KARAM DA ROZA, inscrito no CPF sob o nº 067.274.779-06, portador da carteira de identidade nº 9.015.998-04, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, nº 323, CEP 85.040-110, Vila Carli, Guarapuava PR, e-mail lucas_politie@sicredi.com.br, e telefone (42) 98888-3823.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 010/2023; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 060/2024 e do Procedimento Licitatório nº 101/2024 que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

“CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR”, conforme descrito no Termo de Referência.

| Item | Nome do produto/serviço | Quantidade | marca | Preço Unitário | Preço total |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------|----------------|------------------|
| 1 | SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - PR. SERVIÇO BANCÁRIO RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PRAZO DE 24 MESES. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ATENDIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO MÍNIMO PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS CINCO DIAS ANTERIORES E OS DEZ POSTERIORES A DATA DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. | 1,00 | Serviço | 51.000,00 | 51.000,00 |
| TOTAL | | | | | 51.000,00 |

2 FUNDAMENTO:

Este documento foi assinado digitalmente por Paulo Diego Breancini e Valmir Dzivielewski. Este documento foi assinado eletronicamente por MARCOS ANTONIO DE LIMA, IRENE APARECIDA SCHMOELLER, MILICIO VICENTE STROHER e Bruno Karam da Roza.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3BDE-26E1-4D6B-F573.

Este documento foi assinado digitalmente por Paulo Diego Breancini e Valmir Dzivielewski. Este documento foi assinado eletronicamente por MARCOS ANTONIO DE LIMA, IRENE APARECIDA SCHMOELLER, MILICIO VICENTE STROHER e Bruno Karam da Roza.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3BDE-26E1-4D6B-F573.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 060/2024, objeto do Processo Administrativo n.º 101/2024, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado, Edição n.º 3173, na data de 13 de dezembro de 2024.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 As trocas de informações entre a contratada e a Prefeitura Municipal deverão ser protegida através de sistema de segurança de preferência com a utilização de certificados digitais (podendo ser armazenado em token), emitidos por uma Autoridade Certificadora – AC, autorizada pela Infraestrutura de Chave Pública - ICP-BRASIL, tanto para fins de autenticação da origem quanto para garantir o sigilo dos dados transferidos.

3.2 Devido à natureza dos sistemas operados pela Prefeitura Municipal, cuja exportação de dados é realizada através dos recursos tecnológicos de sistemas de Troca eletrônica de dados, a instituição financeira à qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se em manter pessoal treinado para lidar com as operações inerentes a esses sistemas, indicando, um responsável, para fins de contato e comunicação direta com o órgão encarregado pela folha de pagamento da Prefeitura Municipal.

3.3 Os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste - PR, em relação ao serviço contratado, serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada à contratação em tela, na forma das regras sobre tarifas bancárias estabelecidas pela Resolução n.º 3.919 de 25/11/2010, com observância do disposto na Resolução n.º 3402/2006 e 3.424 de 21/12/2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, demais resoluções que vierem a substituí-las e legislação permanente.

3.4 Considerando a atuação da Administração Pública Municipal que possui servidores atuando em todo território do município em diversas atividades, é necessário que a contratada tenha condições de atendimento para todos os servidores.

3.5 A instituição financeira contratada deverá possuir rede de atendimento instalada, constituída por Agências Bancárias, Postos Bancários, como também, Correspondentes Bancários, na forma da Resolução BACEN n.º 3954, de 24/02/2011 ou Caixas de Atendimento Eletrônico.

3.6 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá possuir, no mínimo, 01 (uma) agência bancária no Município de Santa Maria do Oeste/PR, devidamente habilitada para os serviços objeto desta Licitação. Na agência bancária da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá direcionar a estrutura de pessoal ao atendimento dos servidores municipais, no mínimo pelo período compreendido entre os 10 (dez) dias posteriores à realização do pagamento.

3.7 CONDIÇÕES GERAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

3.7.1 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá ter sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e online. Havendo alteração/substituição do sistema informatizado do Município, deverá a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA realizar a necessária compatibilização. Em qualquer hipótese, todas as despesas de adaptação e/ou conversão, se necessárias, ocorrerão por conta da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

3.7.2 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá atualizar constantemente seus serviços e produtos no sentido de alcançar para os servidores municipais o melhor e o maior benefício dentre os serviços e produtos oferecidos pelos bancos.

3.7.3 Os servidores municipais poderão optar pelos serviços que lhe convierem, sendo assegurada a **isenção de taxas** referentes aos itens abaixo relacionados, sem prejuízo das condições especificadas nas Resoluções e normativas do BACEN:

- manutenção de Conta Corrente;
- 01 (um) extrato mensal impresso;
- 02 (dois) extratos semanais (por mês) emitidos em terminal eletrônico
- transferência total ou parcial de crédito para outras instituições financeiras
- saques totais ou parciais dos créditos;
- renovação de cadastro;
- fornecimento de cartão magnético com a função DÉBITO;
- consultas de saldos e extratos ilimitadas na tela de terminal de auto-atendimento e pela internet.

3.7.3.1 Os servidores que optarem pela abertura de conta corrente (comum ou especial) junto à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ficarão sujeitos à cobrança das respectivas tarifas/taxas pelos produtos/serviços disponibilizados, em valores limitados aos praticados para todos os demais correntistas da instituição financeira, de acordo com as características do tipo de conta e de serviços em que o servidor se enquadra.

3.7.4 Para os servidores que recebem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não será cobrada qualquer tarifa/taxa de produtos/serviços ou encargos de qualquer natureza.

3.7.4.1 O Município não realizará o pagamento dos servidores municipais por intermédio da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA enquanto não concluídos a abertura de todas as contas.

3.7.5 Será concedido à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA o direito de disponibilizar aos servidores municipais empréstimos em consignação na folha de pagamento, em conformidade com a legislação própria.

3.7.5.1 As taxas de juros a serem praticadas para os empréstimos em consignação serão negociadas, objetivando o estabelecimento de taxas de juros mais benéficas.

3.7.6 Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores municipais, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, gratificação natalina (13º salário), férias e demais créditos originários da relação entre o servidor, a Prefeitura e os demais órgãos da Administração Direta.

3.7.7 O Município enviará a relação nominal dos servidores com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data do crédito, no caso de pagamento mensal.

3.7.8 O Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros com antecedência de 01 (um) dia útil, ou seja, em D-1.

3.7.9 Pirâmide Salarial (valor e quantidade de servidores por faixa salarial):

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

| Faixa Salarial em R\$ | Nº. de Servidores | Valor Bruto em R\$ |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------------|
| Entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 | 76 | R\$ 130.129,47 |
| Entre R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00 | 117 | R\$ 288.091,73 |
| Entre R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00 | 102 | R\$ 364.168,92 |
| Acima de R\$ 4.000,01 | 164 | R\$ 983.095,17 |
| Total | 459 | R\$ 1.765.485,29 |

3.7.9.1 Valor da folha de pagamento (base OUTUBRO 2024);

Valor bruto: R\$ 1.765.485,29 (Um milhão setecentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

3.7.10 Em relação ao número de servidores acima informados, este poderá variar durante o período contratual.

3.7.11 O Município estará isento da cobrança de tarifas referente ao objeto licitado para os créditos efetuados em contas-salários ou contas correntes abertas pelos servidores e fornecedores na(s) agência (as) do licitante vencedor do certame.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratado pagará ao Contratante os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais).

5. DO REAJUSTE.

5.1 Não se aplica

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas Decreto Municipal n.º 010/2023.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no Decreto Municipal n.º 010/2023.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante. Gestor: Secretária de Administração IRENE APARECIDA SCHMOELLER. Fiscais: JOANA LUCIANA SILVA DE ANDRADE matrícula nº 9997227 e PAULO HENRIQUE RENZI, matrícula nº 9997235 conforme portaria Nº 19/2024.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

Este documento foi assinado digitalmente por Paulo Diego Breancini e Valmir Dzivilevski. Este documento foi assinado eletronicamente por MARCOS ANTONIO DE LIMA, IRENE APARECIDA SCHMOELLER, MILICIO VICENTE STROHER e Bruno Karam da Roza. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3BDE-26E1-4D6B-F573.

Este documento foi assinado digitalmente por Paulo Diego Breancini e Valmir Dzivilevski. Este documento foi assinado eletronicamente por MARCOS ANTONIO DE LIMA, IRENE APARECIDA SCHMOELLER, MILICIO VICENTE STROHER e Bruno Karam da Roza. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3BDE-26E1-4D6B-F573.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

7.1 Os serviços deverão ser realizados na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 Uma vez que o objeto da licitação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, não haverá previsões orçamentárias.

8.2. A instituição financeira responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços de pagamento da folha de pessoal do Município de Santa Maria do Oeste - PR.

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 17/12/2024 a 16/12/2026.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

10.1.8.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.8.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.7 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3 Prestar informações quando acionados pelos os órgãos de controle da Administração Pública e do contratante.

10.4 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5 Prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais fatos ou atos noticiados que o envolvam, independente de solicitação.

10.6 Responsabilizar-se pela divulgação de dados pessoais não expressamente autorizada pelo contratante, ou pelo uso indevido de qualquer informação relativa ao objeto do contrato.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento a ser feito pela instituição financeira, conforme valor ofertado na licitação deverá ser efetuado em **05 (cinco) parcelas**, sendo a primeira no prazo máximo de **10 (Dez) dias úteis** contados a partir da data da assinatura do contrato.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

12.1.1 Conforme o Item 12 do Edital e 14 do contrato e subsequentes há previsão expressa de sanções administrativas pelo eventual inadimplemento, por tanto, dispensável a garantia, uma vez que o contrato não cumprido, sofrerá as sanções previstas.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS.

13.1 Não se aplica

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabeleceu a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD.

17.13 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.14 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.15 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.16 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. CASOS FORTUITOS

18.1 A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.

18.2 Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original, sob pena de rescisão contratual.

19. RESPONSABILIDADE CIVIL

19.1. Em caso de ações judiciais ou quaisquer demandas extrajudiciais, que envolvam uma das Partes em virtude de qualquer infração administrativa, contratual, injúria, prejuízo ou danos de qualquer natureza, a Parte infratora estará obrigada a: a) ressarcir a Parte afetada por quaisquer danos ou prejuízos que venha a ser responsabilizada; e b) exonerar a Parte afetada da relação processual e de seus efeitos e buscar substituí-la.

19.2. Se o juízo não aceitar a substituição processual, a outra Parte dará o pleno acesso e acompanhamento do processo à Parte infratora, que arcará com todas as despesas que a outra Parte vier a incorrer, inclusive eventuais condenações e honorários advocatícios, desde que previamente tenha havido notificação à Parte infratora para que assuma a defesa da causa.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

20. ANTICORRUPÇÃO

20.1. As Partes obrigam-se a observar, cumprir ou fazer cumprir, por si, suas Afiliadas, Colaboradores e Prepostos toda e qualquer Lei Anticorrupção, em especial a Lei 12.846, de 2013, conforme aplicável, assim como se abster de praticar quaisquer atos de corrupção ou que violem a legislação mencionada.

20.2 A CONTRATANTE obriga-se a manter políticas e procedimentos internos que assegurem o cumprimento integral da legislação de prevenção à corrupção, disseminando estes documentos aos seus colaboradores e prepostos.

20.3. A CONTRATANTE deverá comunicar imediatamente ao Sicredi, qualquer situação envolvendo a CONTRATANTE e seus prepostos, caso venham a ser citados ou envolvidos/relacionados com os crimes financeiros amparados pela legislação mencionada na cláusula 20.1., ou que tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole as normas referidas na cláusula 20.1.

20.4. O Sicredi poderá rescindir o Contrato, sem incidência de quaisquer multas ou indenização, caso a CONTRATANTE, ou pessoa relacionada à CONTRATANTE, seja cadastrada nas listas do Portal de Transparência do Governo Federal, quais sejam: (i) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e (ii) Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP).

21. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

21.1. As Partes obrigam-se a cumprir todas as normas e exigências legais relativas à política nacional do meio ambiente, emanadas das esferas Federal, Estadual e Municipal.

21.2. As Partes reconhecem a importância de práticas inclusivas e não discriminatórias negativas, obrigando-se a adotar políticas inclusivas, que promovam a diversidade e equidade, disseminando-as entre seus empregados e fornecedores.

21.3. As Partes se comprometem a não contratar mão de obra que envolva exploração de trabalhos forçados ou infantil, exigindo a adoção desta prática também por seus fornecedores.

21.4. A CONTRATANTE, quando aplicável, observará: a) a adoção de política de sustentabilidade ou responsabilidade social, ambiental e climática, devidamente disseminada entre seus empregados e fornecedores; b) a adoção de uma gestão sustentável do seu negócio e de sua cadeia de fornecimento, primando por entregar produtos e serviços de qualidade com o menor impacto ambiental possível, utilizando os princípios da economia circular; c) a observância e contribuição, a partir de seu negócio, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

22.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 010/2023 e demais leis municipais, estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

22.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

22.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pitanga – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 99841-0495

Santa Maria do Oeste PR, 17 de dezembro de 2024.

IRENE APARECIDA SCHMOELLER
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE
CONTRATANTE

BRUNO KARAM DA ROSA
SICREDE PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP
CONTRATADA

MARCOS ANTONIO DE LIMA
RG:9.769.349-8
TESTEMUNHA 1

MILICIO VICENTE STROHER
RG:3.916.724-7
TESTEMUNHA 2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi (Certisign). Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3BDE-26E1-4D6B-F573> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3BDE-26E1-4D6B-F573



Hash do Documento

0D78F3FE403D80CBFC6050A66C654F2CF1D5FE0ED219ABF328C8CBBE6FCD83C7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/01/2025 é(são) :

☒ MARCOS ANTONIO DE LIMA (Testemunha) - ***.959.869-** em 07/01/2025 14:36 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Jan 07 2025 14:36:51 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -24.9402341 Longitude: -51.8664411 Accuracy: 41.08599853515625

IP 201.131.185.19

Identificação: Por email: m*****2@hotmail.com

Assinatura:



Hash Evidências:

0B88F0A461039F3F1C87BDBCE997F7D253A1FAB01FA7138DF1D611086EEC222C

☒ IRENE APARECIDA SCHMOELLER (SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATANTE) - ***.081.959-** em 07/01/2025 10:41 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Jan 07 2025 10:40:56 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -24.9402348 Longitude: -51.8664382 Accuracy: 100

IP 201.131.185.19

Identificação: Por email: j*****r@gmail.com

Assinatura:



Hash Evidências:

2E153FDDC588FA8967C0CCD2CD22A939DCF58138F99329EC4D71D7FD1EBBFD89

☒ MILICIO VICENTE STROHER (Testemunha) - ***.005.889-** em 07/01/2025 10:35 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

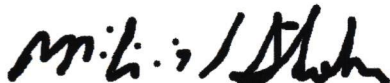
Client Timestamp Tue Jan 07 2025 10:35:29 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Location not shared by user.

IP 201.131.185.19

Identificação: Por email: m*****e@hotmail.com

Assinatura:



Hash Evidências:

E35FD0059C30F169B4564B2BE62306E219705851FBED532BC85AD55F38B03293

☒ Paulo Diego Breancini (DIRETOR DE OPERAÇÕES) - ***.065.289-** em 23/12/2024 15:10 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Valmir Dzivielevski (DIRETOR EXECUTIVO) - ***.076.719-** em 23/12/2024 13:50 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Bruno Karam da Roza (ASSESSOR DE NEGÓCIOS - CONTRATADA) - ***.274.779-** em 23/12/2024 13:47 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Mon Dec 23 2024 13:47:00 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.5307008 Longitude: -46.6518016 Accuracy: 959471.2224688453

IP 161.69.63.64

Identificação: Autenticação de conta

Assinatura:



Hash Evidências:

680B7973F0AA98A39D2A16CA1506CECAF82A2A39C767C66C828F77918BCC7F5E

